UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA
E LITERATURAS ESPANHOLA E HISPANO-AMERICANA

GISELE SOUZA MOREIRA

**Fronteiras e imigrantes no discurso político eleitoral dos
presidenciáveis nas eleições de 2014 no Brasil e de 2015 na Argentina**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2021

GISELE SOUZA MOREIRA

**Fronteiras e imigrantes no discurso político eleitoral dos
presidenciáveis nas eleições de 2014 no Brasil e de 2015 na Argentina**

VERSÃO CORRIGIDA

Tese de doutorado apresentada para o Programa de
Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas
Espanhola e Hispano-americana da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M835f Moreira, Gisele
 Fronteiras e imigrantes no discurso político
 eleitoral dos presidentiáveis nas eleições de 2014 no
 Brasil e de 2015 na Argentina / Gisele Moreira;
 orientador Adrián Fanjul - São Paulo, 2021.
 190 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Modernas. Área de
concentração: Língua Espanhola e Literaturas
Espanhola e Hispano-Americana.

1. Determinação discursiva. 2. Fronteiras. 3.
Imigrantes. 4. Brasil. 5. Argentina. I. Fanjul,
Adrián, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Gisele Souza Moreira

Data da defesa: 26/02/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 20/04/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

Àqueles que, desde a infância, me deram amor, coragem e livros:

Denísia e João

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul pelos ensinamentos, leituras atentas e dedicação em me orientar desde o mestrado até a conclusão desta tese; por ter sido uma pessoa fundamental na minha formação como professora e pesquisadora.

À Fernanda Castelano e à Andreia Menezes, por toda a atenção e pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

À CAPES, pela bolsa concedida.

Ao Marcelo, sempre tão presente e compreensivo, por dividir a vida comigo, me apoiando em meus projetos e vibrando com as minhas conquistas.

À Lucy e à Nina, por serem minha inspiração e deixarem a vida mais leve e doce.

Aos meus pais, por me ajudarem com as meninas e por tantas outras coisas que não caberiam aqui.

Ao Giovanni, à Naiane, à Belle e à Lívia, pelos domingos descontraídos, abraços e carinhos.

À Sheila e à Dani, porque se eu pudesse escolher minha família, não faria melhor.

À Virginia, pelo apoio e amor de sempre e por ter me dito, há 10 anos, que tinha certeza de que eu chegaria aqui.

À Dani Gomes, por me levantar com amor sempre que eu tropeço e por crescer comigo nessa jornada.

À Priscila, porque a distância não é nada e porque sem você o caminho desta pesquisa não teria sido tão divertido.

À Valéria, amiga de tantos anos, pelas palavras de apoio e pela torcida de sempre;

Ao Fábio e à Isabella, por me ouvirem sempre tão atentos e pela amizade que ultrapassou as paredes da universidade e as fronteiras do país;

Aos amigos da pós-graduação com os quais, ao longo dos anos, compartilhei livros, mesas de bar e lutas políticas.

Aos meus amigos da Fatec São Roque, pelo café na sala dos professores, pelas conversas e palavras de apoio.

A todos que lutam pela educação e pela pesquisa no Brasil.

*Se meus olhos fossem câmeras
cinematográficas eu não veria chuvas nem
estrelas nem lua, teria que construir
chuvas, inventar luas, arquitetar estrelas.
Mas meus olhos são feitos de retinas, não
de lentes, e neles cabem todas as chuvas
estrelas lua que vejo todos os dias todas as
noites.*

(Caio Fernando Abreu)

RESUMO

MOREIRA, G. S. Fronteiras e imigrantes no discurso político eleitoral dos presidentiáveis nas eleições de 2014 no Brasil e de 2015 na Argentina, 2021. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021

Esta tese tem como objeto as diferentes maneiras de determinar os termos fronteira/frontera(s) e imigrante/inmigrante(s) no discurso dos presidentiáveis do Brasil e da Argentina nas eleições de 2014 e de 2015, respectivamente. Considerando as diferentes formações socio-históricas dos dois países, temos como objetivo geral investigar e comparar os diferentes modos de construir, no discurso, as representações sobre as fronteiras e a imigração. Os objetivos específicos são: verificar as diferentes formas como as fronteiras e os imigrantes são determinados no discurso dos presidentiáveis; refletir sobre como esses objetos de discurso são construídos, considerando-se os imaginários e as condições de produção de cada enunciado; observar as relações desses imaginários com outros tipos de exclusão, o que nos levou a redeterminar semanticamente o objeto de discurso “fronteira”. Teoricamente, o presente trabalho apoia-se nos pressupostos da análise do discurso materialista (PÊCHEUX, 2015 [1983]; COURTINE, 2009; ORLANDI, 2009; INDURSKY, 2013; GUIMARÃES, 2007). O *corpus* é formado por sequências discursivas produzidas em sincronia e por vários interlocutores: no Brasil, aquelas dos candidatos à presidência em 2014, na Argentina, de candidatos à presidência em 2015. As análises evidenciam a frequente associação entre fronteiras e criminalidade, pré-construído que emerge de diferentes maneiras nos *corpora* dos dois países: nossa hipótese é de que nos discursos do Brasil, o perigo está projetado sobre o que entra pela fronteira, como drogas e armas; naqueles da Argentina, há, além disso, mais um perigo: o estrangeiro ou imigrante. Essa constatação nos fez redeterminar semanticamente o objeto de discurso “fronteira” e nos levou a investigar como a criminalidade e a vulnerabilidade social se relacionam nos discursos de cada país.

Palavras-chave: Determinação discursiva. Fronteiras. Imigrantes. Brasil. Argentina.

ABSTRACT

MOREIRA, G. S. Borders and immigrants in the electoral political discourse of the presidential candidates in the elections of Brazil in 2014 and Argentina in 2015, 2021. Doctoral (thesis) - Programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021

The theme of this thesis are the different manners of determining the terms *fronteira/frontera(s)* and *imigrante/inmigrante(s)* in the discourses of Brazil and Argentina's presidential candidates in the 2014 and 2015 elections, respectively. Regarding the different social historical formations of both countries, we have a general objective to investigate and compare different ways of building, through the discourse, the representations of border and immigrant. The specific objectives are: to verify the different forms of how borders and immigrants are determined in the discourse of the presidential candidates; to ponder on how this discourse objects are constructed, taking into consideration the imaginary and the production conditions of each statement; to observe the relation of this imaginaries with other types of exclusion, what led us to semantically redetermining the discourse object “border” in order to reflect on other types of borders in both countries. The present paper is endorsed by the presumed theory of the material discourse analysis (PÊCHEUX, 2015 [1983]; COURTINE, 2009; ORLANDI, 2009; INDURSKY, 2013; GUIMARÃES, 2007). The *corpus* is composed of discourse sequences produced in synchrony and by several interlocutors: in Brazil, those that belong to the presidential candidates in 2014; in Argentina, the presidential candidates in 2015. The analyses demonstrate the frequent association among borders and criminality, pre-built that emerge from different ways in the *corpora* of both countries: our hypothesis is that in Brazilian speeches, the threat focuses on what can enter through the borders, such as drugs and weapons; for those in Argentina, there is, besides all this, one more risk: the foreigner or immigrant. This confirmation has made us semantically redetermining the discourse object “border” and has made investigate how criminality and social vulnerability are related in the discourse of each country.

Keywords: Discursive determination. Borders. Immigrants. Brazil. Argentina.

RESUMEN

MOREIRA, G. S. Fronteras e inmigrantes en el discurso político electoral de los presidenciables en las elecciones de 2014 en Brasil y de 2015 en Argentina, 2021. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021

Esta tesis trata de las diferentes maneras de determinar los términos *fronteira/frontera(s)* e *imigrante/inmigrante(s)* en el discurso de los presidenciables de Brasil y de Argentina en las elecciones de 2014 y de 2015, respectivamente. Considerando las diferentes formaciones socio históricas de los dos países, tenemos como objetivo general investigar y comparar los diferentes modos de construir, en el discurso, las representaciones sobre la frontera y la inmigración. Los objetivos específicos son: verificar las diferentes formas como las fronteras y los inmigrantes son determinados en el discurso de los presidenciables, reflexionar sobre como estos objetos discursivos son contruidos, considerando los imaginarios e las condiciones de producción de cada enunciado; observar las relaciones de esos imaginarios con otros tipos de exclusión, lo que nos llevó a redeterminar semánticamente el objeto discursivo “frontera” para pensar sobre otros tipos de fronteras en los dos países. El presente trabajo se apoya en los presupuestos del análisis del discurso materialista (PÊCHEUX, 2015 [1983]; COURTINE, 2009; ORLANDI, 2009; INDURSKY; 2013; GUIMARÃES, 2007). El *corpus* está formado por secuencias discursivas producidas en sincronía y por varios interlocutores: en Brasil, aquellas de los candidatos a la presidencia en 2014, en Argentina, de candidatos a la presidencia en 2015. Los análisis evidencian la frecuente asociación entre fronteras y criminalidad, preconstruido que emerge de diferentes maneras en los *corpora* de los dos países: nuestra hipótesis es que, en los discursos de Brasil, el peligro se proyecta sobre lo que entra por la frontera, como drogas y armas; en los de Argentina, hay, además de eso, otro peligro: el extranjero o inmigrante. Esa constatación nos hizo redeterminar semánticamente el objeto discursivo “frontera” y nos llevó a investigar cómo la criminalidad y la vulnerabilidad social se relacionan en los discursos de cada país.

Palabras clave: Determinación discursiva, Fronteras, Inmigrantes, Brasil, Argentina

Lista de Figuras

Figura 1 – Relação de presidentes de esquerda eleitos em países da América Latina – 1998-2010.....	38
Figura 2 – Resultado do primeiro turno das eleições presidenciais de 2014 no Brasil.....	47
Figura 3 - Resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2014 no Brasil.....	48
Figura 4 - Resultado do primeiro turno das eleições presidenciais de 2015 na Argentina.....	63
Figura 5 - Resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2015 na Argentina.....	63
Figura 6 – IBGE.....	153

Lista de tabelas

Tabela 1- Número de imigrantes na Argentina – 1990.....	29
Tabela 2 - Número de imigrantes na Argentina – 2015.....	29
Tabela 3 - Número de imigrantes no Brasil – 1990.....	30
Tabela 4 - Número de imigrantes no Brasil – 2015.....	30
Tabela 5 – Quantidade de ocorrência de termos.....	85

Lista de quadros

Quadro 1 – Relação de candidatos à presidência nas eleições de 2014.....	46
Quadro 2 – Candidatos às PASO – Argentina – 2015.....	61
Quadro 3 – Candidatos à presidência Argentina – 2015.....	62

Lista de abreviaturas e siglas

AD – Análise do discurso

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CMC – Conselho do Mercado Comum

DEM – Democratas

DSD – Domínio Semântico da Determinação

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Mercosul – Mercado Comum do Sul

MI – Ministério da Integração Regional

MPL – Movimento Passe Livre

PASO – Primarias Abiertas, Simultáneas y Obligatorias

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCO – Partido da Causa Operária

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEN – Partido Ecológico Nacional

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Progressistas

PPL – Partido Pátria Livre

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido Liberal

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRO – Partido Propuesta Republicana

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PRP – Partido Republicano Progressista

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos trabalhadores

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

SD – Partido Solidariedade

SDR – Sequência Discursiva de Referência

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UCR – Unión Cívica Radical

Sumário

Capítulo I - Brasil e Argentina: relações internacionais e migrações	24
1.1 Mercosul: integração regional e acordos de migração	24
1.2 Migrações na América Latina: dados e legislação do Brasil e da Argentina	27
1.2.1 Movimentos migratórios na América Latina.....	27
1.2.2 Legislação migratória na Argentina	31
1.2.3 Legislação migratória no Brasil	34
2 Capítulo II - Brasil e Argentina: conjuntura eleitoral	36
2.1 América Latina: relações internacionais e migrações recentes	36
2.2 Política e eleições no Brasil (2002-2016).....	40
2.2.1 O Partido dos Trabalhadores chega ao poder: lulismo x petismo.....	40
2.2.2 Protestos de junho de 2013	44
2.2.3 As eleições de 2014	46
2.3 Política e eleições na Argentina.....	51
2.3.1 Argentina em crise	51
2.3.2 Forças políticas: peronismo, kirchnerismo e macrismo	53
Capítulo III – Fundamentação teórica e Metodologia	65
3.1 Análise do discurso: conceitos.....	65
3.2 O discurso político	72
3.4 Domínio Semântico da Determinação	75
Capítulo IV – Constituição do <i>corpus</i> e procedimentos de análise	78
4.1 A noção de <i>corpus</i> discursivo	78
4.2 Constituição do <i>corpus</i>	79
4.2.1 Apresentação das transcrições.....	81

4.3 Ampliando o <i>corpus</i>	82
4.4 Ocorrências lexicais no <i>corpus</i>	84
4.5 Procedimentos de análise	86
Capítulo V – Fronteira/frontera(s).....	88
5.1 Relação fronteira <i>versus</i> criminalidade.....	88
5.2 Fronteiras: formação e imaginários	92
5.3 Os diferentes modos de determinar os termos fronteira/frontera(s)	99
5.3.1 O possessivo na construção da determinação	99
5.3.2 O emprego do adjetivo na construção da referência	102
5.3.3 Controle e cuidado nas fronteiras	104
5.4 Fronteira ameaçada: o que entra <i>versus</i> quem entra	107
Capítulo VI – Imigrante/inmigrante(s) e estrangeiros.....	111
6.1 Identidade e nacionalismo.....	112
6.2 Construindo um inimigo externo	117
6.3 A crescente xenofobia: um caso da Argentina.....	121
6.4 A imigração ontem e hoje	127
6.5 Argentina e Brasil: abordagem da imigração de uma perspectiva comparada ...	129
Capítulo VII – Repensando a fronteira: racismo, criminalidade e vulnerabilidade social no Brasil e na Argentina	138
7.1 Repensando a fronteira	139
7.3 Os planos de governo e o silêncio sobre o racismo	145
7.4 Um pouco mais sobre a favela: a guerra racista contra o crime	153
Considerações finais	159
Referências	162

Anexo A – Corpus das eleições de 2014 no Brasil	172
Anexo B – Corpus das eleições de 2015 na Argentina	178
Anexo C – Principais problemas nas fronteras	185
Anexo D - Capa da Revista La Primera	186
Anexo E - Campanha do Ministério da Justiça.....	187
Anexo F - Estatísticas presidiárias na Argentina: Gráfico sobre a nacionalidade dos presos na Argentina em 2014.	189

Introdução

Desde o mestrado, interessamo-nos pelos estudos sobre o Brasil e sobre a Argentina, no que diz respeito à discursividade e às diferenças e semelhanças no funcionamento do português e do espanhol. Em nossa dissertação (MOREIRA, 2013), comparamos o emprego das três séries de demonstrativos (este, esse, aquele e suas variações) no português do Brasil e no espanhol da Argentina. Embora a referida pesquisa não tivesse como postulado teórico a análise do discurso materialista (AD), ao finalizá-la, aproximamo-nos dessa linha teórica e, posteriormente, decidimos adotá-la como fundamentação para desenvolvermos nossa pesquisa no doutorado.

Assim, esta tese se inscreve numa linha de estudos que buscam comparar as discursividades brasileira e argentina com base na materialidade linguística e que vêm sendo desenvolvidos no programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana da Universidade de São Paulo.

Considerando o discurso político, que enfocamos neste trabalho, é importante ressaltar que se trata de um campo que nos chama a atenção há algum tempo. De modo mais específico, interessamo-nos pelas diferentes formas como se constroem as fronteiras e os imigrantes no discurso dos presidentiáveis nas eleições de 2014 no Brasil e de 2015 na Argentina. Esse interesse nasceu de um incômodo que sentíamos ao acompanhar as eleições nos dois países e ao escutar discursos de presidentiáveis, nos quais percebemos que a fronteira era tratada como lugar do crime, que deveria ser fechado e protegido. Nesse lugar parecia prevalecer o perigo, do qual uma maneira de distanciar-se era mostrando que ele viria de fora.

No início da pesquisa, o objetivo era estudar somente as diferentes formas de determinar as fronteiras nos *corpora* dos dois países. Contudo, ao analisar os discursos dos presidentiáveis, percebemos que, em cada um dos dois países, aparecia com destaque uma “preocupação” diferente em relação aos “perigos” da fronteira. Em decorrência disso, sentimos a necessidade de ampliar nossa busca e incluímos os termos imigrantes e estrangeiros. Assim, no nosso trabalho, foi se consolidando, como tema, a interrogação pelas diferentes formas como apareciam determinados, em diversas formulações, os termos referidos a fronteiras, a imigrantes e a estrangeiros.

Essa percepção permitiu-nos definir o objetivo geral desta pesquisa: investigar a construção, como objetos de discurso, de *fronteira/frontera(s)* e *imigrante/inmigrante(s)*

no discurso político de presidenciáveis no Brasil e na Argentina, respectivamente, nas eleições de 2014 e de 2015; e os objetivos específicos: verificar as diferentes formas como as fronteiras e os imigrantes são determinados no discurso dos presidenciáveis, refletir sobre como as fronteiras e os imigrantes são representados, levando-se em conta os imaginários presentes nos dois países e as condições de produção dos enunciados, construir uma indagação histórica a respeito desses termos e procurar relações interdiscursivas com outras sequências, também do discurso político e jornalístico da mesma época.

Nosso *corpus* é constituído por sequências discursivas produzidas em sincronia e por vários interlocutores: no Brasil, as falas dos candidatos à presidência em 2014; na Argentina, as falas dos candidatos à presidência em 2015. Delimitamos esse período porque começamos esta pesquisa em 2016, ano seguinte às eleições da Argentina. Analisamos o conjunto de enunciados selecionados com base nos conceitos da análise do discurso materialista postulados, principalmente, por Pêcheux (2015 [1983]), Courtine (2009), Orlandi (2001), Indursky (2013), Guimarães (2007). Um conceito central nas nossas análises é o de Domínio Semântico da Determinação (GUIMARÃES, 2004).

Considerando as diferentes formações socio-históricas do Brasil e da Argentina, definimos a hipótese de que, nas sequências discursivas do Brasil, o que se representa como perigo está associado *àquilo* que pode entrar pelas fronteiras, ao passo que, na Argentina, o perigo está associado a *quem* pode entrar e permanecer em seu território. No discurso de ambos os países, de formas distintas, emerge a preocupação com a preservação de uma ideia do que pertenceria ao âmbito nacional. Essa hipótese será testada com base na análise do *corpus*.

Essa análise nos levou a indagar, também, relações interdiscursivas com outras sequências. Essa série à qual chegamos mediante a relações interdiscursivas conta com discursos de um político argentino proferidos em 2012 e 2014, uma discussão de deputados na câmara sobre a intervenção militar no Rio de Janeiro em 2018 e outras sequências discursivas que apresentaremos ao longo da tese.

Isto posto, organizamos esta tese em sete capítulos, além desta Introdução, das Considerações Finais, das Referências e dos Anexos. No capítulo I, abordamos, em uma perspectiva histórica desde 1980, as relações internacionais e as migrações na América Latina através de uma reflexão sobre o Mercado Comum do Sul (Mercosul)

considerando o plano migratório e de integração regional de ambos os países e discorreremos sobre a legislação migratória do Brasil e da Argentina.

No capítulo II, apresentamos a conjuntura eleitoral do Brasil e da Argentina, desde alguns anos antes das eleições até o momento em que elas ocorreram. Começamos o capítulo discorrendo sobre os movimentos políticos na América Latina nos últimos anos, de forma mais geral. Na segunda parte do capítulo, dedicada ao Brasil, tratamos da chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, do impacto do lulismo e do governo de Dilma Rousseff, abordamos também as manifestações ocorridas no país, em junho de 2013, e, por fim, os candidatos às eleições de 2014. Já na terceira parte, dedicada à Argentina, tratamos dos impactos de uma crise ocorrida em meados dos anos 2000 e das forças políticas em jogo: peronismo, kirchnerismo e macrismo. Por fim, discorreremos sobre as eleições de 2015.

No capítulo III, explicitamos as bases teóricas e metodológicas adotadas nesta tese, notadamente os conceitos da análise do discurso materialista que norteiam nossa análise. Na sequência, abordamos algumas noções desse arcabouço teórico particularmente produtivas no nosso trabalho: as de discurso político, de determinação e de Domínio Semântico da Determinação.

No capítulo IV, descrevemos o *corpus* da pesquisa, especificamente, sua formulação e condições de produção, bem como os critérios utilizados para sua seleção. Além disso, explicitamos os procedimentos de análise.

No capítulo V, apoiados no que foi exposto nos capítulos anteriores, procedemos à análise propriamente dita, considerando como as fronteiras são representadas nos enunciados dos presidentes dos dois países. Para tanto, examinamos os diferentes modos de determinar os termos *fronteira/frontera(s)*, e a relação da fronteira com a criminalidade. Por fim, discutimos acerca do emprego dos verbos “cuidar” e “controlar” em referência à fronteira.

No capítulo VI, em continuidade à análise, focamos no termo “imigrantes”. Com base nos conceitos de identidade e de nacionalismo, abordamos a construção do imigrante como inimigo externo. Em seguida, tratamos das diferenças entre a representação do imigrante no passado e na atualidade, e de diferenças entre o Brasil e a Argentina no que diz respeito à composição e papel histórico das imigrações.

Tanto a análise como as leituras realizadas foram nos mostrando a necessidade de enquadrar as representações dos imigrantes no problema geral das profundas desigualdades socioeconômicas de ambos os países e a violência do processo de

exclusão específico em cada um deles. Isso nos levou a repensar a conceitualização de fronteira e, por fim, chegamos ao capítulo VII, no qual ampliamos a noção de fronteira e, então, discorremos sobre as relações entre criminalidade e vulnerabilidade social com base no modo como xenofobia e racismo são tratados no Brasil e na Argentina, observando como o imaginário sobre os atores da violência que permeia um e outro emerge nos dois países.

Capítulo I - Brasil e Argentina: relações internacionais e migrações

Neste primeiro capítulo, abordamos as relações internacionais e as migrações no âmbito da América Latina, de modo mais amplo, e da Argentina e do Brasil, mais especificamente. Discorreremos sobre o Mercosul, considerando o plano migratório e de integração regional, e sobre as relações exteriores e a evolução da legislação migratória observadas nos dois países.

1.1 Mercosul: integração regional e acordos de migração

Na década de 1980, Brasil e Argentina se aproximaram. Ambos os países precisavam enfrentar tanto a crise econômica pela qual estavam passando quanto os desafios impostos pela redemocratização. Em julho de 1986, o presidente do Brasil, José Sarney, e o presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, assinaram a Ata para a Integração Brasil-Argentina, documento que deu início às políticas de integração e por meio do qual esses países alcançaram “maior autonomia e independência em relação ao mercado mundial, mediante crescente unificação dos seus espaços econômicos” (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 460).

Em 29 de novembro de 1988, Brasil e Argentina assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, documento em que os dois países se comprometiam, em um prazo de 10 anos, a

[...] construir um espaço econômico comum, mediante a remoção gradual, no prazo de 10 anos, de todos os obstáculos tarifários e não tarifários à circulação de bens e serviços, bem como harmonizar e coordenar suas políticas aduaneiras, monetária, fiscal, cambial, agrícola e industrial, entre outras. (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 464)

Inicialmente, a integração foi pensada somente do ponto de vista da economia e do mercado, com o objetivo de construir um espaço econômico comum que estreitaria e facilitaria as relações entre os dois países. Em 1990, os presidentes do Brasil e da

Argentina decidiram antecipar, de 1999 para 1994, o prazo do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, dessa forma, ao deixarem de lado

[...] o conceito de integração gradual, flexível e equilibrada, Menem e Collor de Mello adaptaram os objetivos do Tratado de 1988 às políticas de abertura econômica e reforma aduaneira, visando à aceleração do ritmo de liberalização comercial. (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 480)

Esse processo de integração entre os dois países teve a adesão de Uruguai e Paraguai e, em 26 de março de 1991, os quatro assinaram o Tratado de Assunção, que criava o Mercosul, cujo objetivo era consolidar a integração econômica, fundamentada no artigo 1º do referido documento:

Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente. (MERCOSUL, 1981)

Embora, em um primeiro momento, a criação do Mercosul estivesse mais relacionada à economia, atualmente, esse acordo tem como objetivo “consolidar a integração política, econômica e social entre os países que o integram, fortalecer os vínculos entre os cidadãos do bloco e contribuir para melhorar sua qualidade de vida”¹.

Atualmente, fazem parte do Mercosul: Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. A Venezuela entrou para o Mercosul em 2012, mas foi suspensa do exercício de membro em dezembro de 2016.

A implantação do Mercosul assim como o estabelecimento de decretos e acordos firmados ao longo dos anos são essenciais para pensarmos as políticas e a economia dos países que o integram. Reconhecemos a importância de se discutir esses aspectos, no entanto, nesta investigação, focamos na imigração, que integra nossa discussão acerca do uso dos termos *fronteira/frontera(s)* e *imigrante/inmigrante(s)* por parte dos presidencialistas.

Em 2009, foi promulgado, no Brasil, um acordo que havia sido assinado em 6 de dezembro de 2002. Tratava-se do Acordo sobre residência para nacionais dos estados

¹ Texto extraído da página brasileira do Mercosul: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercopol>. Acesso em: 1º jan. 2020.

partes do Mercosul, Bolívia e Chile, documento que garantia o direito de residência nos países que dele faziam parte, como explicitado no seguinte artigo:

Artigo 1º: Os nacionais de um Estado Parte que desejem residir no território de outro Estado Parte poderão obter residência legal neste último, conforme os termos deste Acordo, mediante a comprovação de sua nacionalidade e apresentação dos requisitos previstos no artigo 4º do presente. (MERCOSUL, 2002)

O artigo 9º, que se refere aos direitos dos imigrantes, conta com os seguintes parágrafos: *igualdade de direitos civis, reunião familiar, igualdade de tratamento com os nacionais, compromisso em matéria previdenciária, direito de transferir recursos e direitos dos filhos de imigrantes*. Como podemos notar, o referido acordo prevê uma série de direitos aos imigrantes.

Assim, por exemplo, para solicitar residência nos países signatários, é necessário apresentar documento de identificação e declaração de antecedentes criminais, bem como pagar as devidas taxas. O imigrante tem o direito de residir por dois anos no país escolhido, prazo que pode ser transformado em residência permanente se comprovados meios de subsistência legais.

Essa normativa tem sido importante para os imigrantes, mas ainda há muitos desafios; há exploração de trabalho, imigrantes sem documentos e dificuldades para validação de diplomas e títulos. A esse respeito, Baraldi (2014, p. 6) afirma:

Houve poucos avanços em termos de coordenação de sistemas de formação, certificação, políticas públicas em geral de promoção do potencial da livre circulação de trabalhadores. Apenas em 2013 foi aprovado o Plano para facilitar a circulação de trabalhadores no Mercosul (Resolução GMC 110) e atualmente ainda se busca tornar efetivo o funcionamento de um Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul (OMTM).

Em 2010, a decisão número 26 do Conselho do Mercado Comum (CMC) estabeleceu um Plano de Ação para se firmar o Estatuto da Cidadania do Mercosul, documento do qual trazemos o Artigo 2º:

Art. 2º – O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL estará integrado por um conjunto de direitos fundamentais e benefícios para os nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e se conformará com base, entre outros, nos seguintes objetivos oportunamente elencados nos Tratados Fundamentais do MERCOSUL e na normativa derivada. (MERCOSUL, 2010)

Para cumprir os objetivos do Estatuto, uma série de elementos devem ser trabalhados no período de 10 anos: *Circulação de pessoas, Fronteiras, Identificação, Documentação e cooperação consular, Trabalho e Emprego, Previdência Social, Educação, Transporte, Comunicações, Defesa do consumidor e Direitos políticos*.

Em dezembro de 2018, na 53ª Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, foi firmado um acordo para simplificar o processo de revalidação de diplomas de graduação, assim, um diploma obtido em um dos países do Mercosul passaria a ser válido em todos os países, mediante avaliação e análise de documentos², como dito no documento:

O objetivo do presente acordo é a revalidação entre as partes dos títulos ou diplomas em nível de graduação que tenham validade oficial no sistema educacional da parte onde foram obtidos, conforme seu arcabouço legal vigente de Ensino Superior. (MERCOSUL, 2018)

O prazo estabelecido já terminou e notamos que, embora o Mercosul tenha representado avanços para as questões migratórias, ainda falta colocar em prática muitos dos objetivos definidos pelo acordo.

A seguir, apresentamos dados migratórios pertinentes ao Brasil e à Argentina, bem como mudanças na legislação migratória dos dois países ocorridas ao longo dos anos, as quais acreditamos terem sido influenciadas pelas normativas do Mercosul.

1.2 Migrações na América Latina: dados e legislação do Brasil e da Argentina

1.2.1 *Movimentos migratórios na América Latina*

Os deslocamentos populacionais fazem parte da história, sempre existiram. Ultimamente, em todo mundo, cresce o movimento migratório, que, em muitos casos, envolve pessoas que saem de seus países para fugir de condições de vida desumanas.

Na América do Sul, além da chegada de refugiados, há um movimento migratório intenso de pessoas de outros países da própria região motivadas por diversos

² Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-12/paises-firmam-acordo-e-diplomas-de-graduacao-valem-em-todo-o-mercosul>. Acesso em: 1º fev. 2020.

fatores. De acordo com Texidó e Gurrieri (2012, p. 9), “en las últimas décadas, las poblaciones sudamericanas se movilizan en el marco de procesos migratorios internacionales motivados por diferentes factores: económicos, laborales, sociales, culturales y políticos”³.

De fato, podemos entender as consequências do neoliberalismo – principalmente no sentido de concentração de renda e das difíceis condições de vida para quem tem renda baixa – como uma das motivações das migrações no âmbito da América Latina. Sobre o neoliberalismo e sua relação com as migrações, Domenech e Magliano (2008, p. 425) afirmam:

La adopción de este régimen, que en los años noventa se había extendido prácticamente por toda América Latina, supuso la aplicación de políticas regresivas para la gran mayoría de la población, situación que se tradujo en un significativo aumento de los niveles de desempleo, un crecimiento de los índices de pobreza, una precarización del trabajo asalariado y una marcada desigualdad en la distribución del ingreso, extendiéndose la conflictividad social en la mayoría de los países de la región.⁴

Com esse modelo em crise, as consequências continuam sendo sentidas e as migrações persistem. Há algum tempo, era mais comum ver pessoas de países da América do Sul migrando para fora do continente, em grande parte para os Estados Unidos. Recentemente, com a crise pela qual também vem passando aquele país, as migrações entre países da própria região se acentuaram.

Argentina e Brasil experimentaram uma importante imigração europeia no século XIX, mas ela foi mais intensa no primeiro país. Atualmente, ambos recebem imigrantes, principalmente, de diversas nações da América Latina, o que será abordado no capítulo VI.

³ Tradução nossa: nas últimas décadas, as populações sul-americanas se mobilizam no marco dos processos migratórios internacionais motivados por diferentes fatores: econômicos, profissionais, sociais, culturais e políticos

⁴ Tradução nossa: A adoção deste regime, que nos anos noventa havia se estendido por praticamente toda a América Latina, supôs a aplicação de políticas regressivas para a grande maioria da população, situação que se traduziu em um aumento significativo dos níveis de desemprego, um crescimento dos níveis de pobreza, uma precarização do trabalho assalariado e uma acentuada desigualdade na distribuição da renda, aumentando os conflitos sociais na maioria dos países da região

As tabelas de 1 a 4, apresentadas a seguir, mostram o número de imigrantes que viviam na Argentina e no Brasil em 1990 e em 2015.

Tabela 1- Número de imigrantes na Argentina – 1990

País ou região de origem	Imigrantes	%
Itália	336.040	20%
Paraguai	257.243	16%
Espanha	229.535	14%
Chile	223.528	14%
Bolívia	147.234	9%
Uruguai	136.906	8%
Other South*	59.169	4%
Brasil	34.359	2%
Outros países	225.905	14%
Total	1.649.919	

Fonte: United Nations (2017).

*Outros países da América do Sul

Tabela 2 - Número de imigrantes na Argentina – 2015

País ou região de origem	Imigrantes	%
Paraguai	679.044	33%
Bolívia	419.048	20%
Chile	213.119	10%
Peru	195.320	9%
Itália	152.338	7%
Uruguai	132.749	6%
Espanha	98.050	5%
Brasil	48.792	2%
Outros países	147.842	7%
Total	2.086.302	

Fonte: United Nations (2017).

Tabela 3 - Número de imigrantes no Brasil – 1990

País ou região de origem		
Portugal	274.924	34%
Japão	86.768	11%
Itália	70.081	9%
Espanha	59.188	7%
Argentina	28.350	4%
Alemanha	25.679	3%
Uruguai	23.363	3%
Chile	22.243	3%
Outros países	207.921	26%
Total	798.517	

Fonte: United Nations (2017).

Tabela 4 - Número de imigrantes no Brasil – 2015

País ou região de origem		
Portugal	164.705	23%
Japão	58.564	8%
Paraguai	46.857	7%
Bolívia	46.336	6%
Itália	44.366	6%
Espanha	36.691	5%
Argentina	34.699	5%
Uruguai	28.708	4%
Outros países	255.642	36%
Total	716.568	

Fonte: United Nations (2017).

Podemos observar que o panorama da imigração nos dois países é bastante diferente: na Argentina, a imigração é maior e há predomínio de imigrantes que vêm de países limítrofes. No Brasil, também houve um crescimento desse tipo de imigração nos

últimos anos, mas ainda em menor número. Observamos, na Argentina, um grande crescimento no número de imigrantes paraguaios e bolivianos.

Nesse sentido, entendemos ser pertinente a reflexão desenvolvida por Texidó e Gurrieri (2012, p. 67):

El hecho migratorio en América del Sur ha puesto de manifiesto la necesidad de construir un marco normativo que atienda las necesidades de los migrantes y de las sociedades receptoras con el fin de permitir que los flujos migratorios beneficien a los diversos actores sociales involucrados. Encuadrado en estas normas, todos los países de la región incorporan en sus constituciones referencias concretas acerca de las migraciones.⁵

Considerando a necessidade a que se referem os autores, relacionada a normativas que atendam à demanda dos imigrantes e das sociedades receptoras, abordamos, na sequência, a legislação que versa sobre processos migratórios no Brasil e na Argentina, especialmente no que se refere às mudanças que sofreu ao longo do tempo.

1.2.2 Legislação migratória na Argentina

Em 1981, na Argentina, foi promulgada a Lei nº 22.439, conhecida como Ley Videla. Inserida no período da ditadura militar (1976-1983), contexto em que os direitos dos cidadãos estavam em risco, a lei trata o imigrante como ameaça. Embora a ditadura tenha acabado, esse documento ainda é válido no tratamento de questões sobre imigração.

Conforme afirmam Domenech e Magliano (2008, p.429), “la Ley Videla sirvió para legitimar numerosas prácticas de exclusión social”⁶. Assim, no âmbito dessa lei, o imigrante é alguém com muitos deveres e poucos direitos. Muitas linhas do documento são dedicadas a criminalizar os imigrantes não regularizados e a sua presença em território argentino.

⁵ Tradução nossa: A migração na América do Sul revelou a necessidade de construir um marco normativo que atendesse as necessidades dos migrantes e das sociedades receptoras a fim de permitir que os fluxos migratórios beneficiassem os diversos atores sociais envolvidos. Enquadrado nestas normas, todos os países da região incorporam em suas constituições referências concretas sobre as migrações

⁶ Tradução nossa: A Lei Videla serviu para legitimar numerosas práticas de exclusão social

No país, a imigração era vista como um problema, uma ameaça, o que fica evidente, por exemplo, no Decreto nº 2.771/93, que se insere nas políticas restritivas sobre a entrada de estrangeiros no país. O decreto reforça a necessidade de “encarar el grave problema provocado por las ocupaciones ilegales de viviendas y otros delitos que alteren la paz social”⁷. Desse decreto, destacamos o seguinte trecho:

[...] a fin de hacer operativa la política migratoria instrumentada, resulta indispensable que el Poder Ejecutivo Nacional, por medio de sus organismos pertinentes, adopte las medidas necesarias para afrontar este grave problema, empleando una metodología ágil y efectiva, que permita la inmediata expulsión de inmigrantes ilegales. (ARGENTINA, 1993)

Com o passar dos anos, a discussão sobre pontos muito radicais da Lei nº 22.439 – como a expulsão imediata de imigrantes ilegais – intensificou-se, principalmente em decorrência da pressão de órgãos de Direitos Humanos e do Mercosul, o que resultou, em 2003, na promulgação da Lei nº 25.871, que substituiu a anterior.

Ao examinarmos a lei de 1981 e a atual, podemos reconhecer políticas contraditórias: na lei de 1981, ao mesmo tempo que se tentava, por meio de convênios, regularizar a imigração, acirravam-se as políticas de controle:

Esta contradicción permanente reflejó de forma cada vez más explícita la existencia de diferentes posiciones frente a las políticas migratorias, tanto dentro del mismo gobierno como también en la sociedad política y en la sociedad civil, y se mantuvo hasta la actualidad, con un recrudecimiento entre 1995 y 1999. Fue en este quinquenio cuando, se puede señalar, la ley Videla tuvo su reflejo más nítido en la conjunción de la mayor política restrictiva aplicada desde la recuperación de la democracia. (MÁRMORA, 2004, p. 61)⁸

Domenech (2013, p. 2), ao definir as políticas migratórias atuais como políticas de controle “con rostro humano”, afirma:

⁷ Tradução nossa: encarar o grave problema provocado pelas ocupações ilegais de residências e outros delitos que prejudiquem a paz social

⁸ Tradução nossa: Esta contradição permanente refletiu de forma cada vez mais explícita a existência de diferentes posições frente às políticas migratórias, tanto dentro do mesmo governo como também na sociedade política y na sociedade civil, e se manteve até a atualidade, com uma intensificação entre 1995 e 1999. Foi neste quinquênio quando, se pode salientar, a Ley Videla teve seu reflexo mais nítido na conjunção da maior política restritiva aplicada desde a recuperação da democracia.

Bajo la cobertura ideológica de esta nueva perspectiva técnico-política se desarrolla una política de control con rostro humano: amparado en el discurso de los derechos humanos para obtener la legitimidad necesaria para su instrumentalización, el control sobre la inmigración irregular desplaza (no elimina) formas restrictivas o coercitivas, pero no con el propósito de hacer efectivos derechos humanos de los inmigrantes, sino para obtener mayores resultados en la administración eficaz de los flujos migratorios⁹.

Na Lei nº 22.439, o estrangeiro é considerado uma ameaça, e sua presença no território nacional é, muitas vezes, criminalizada, principalmente se se tratar de estrangeiro não desejado (ou seja, não europeu). A Lei nº 25.871 estabeleceu que o estrangeiro é um sujeito que tem direitos e que merece proteção do Estado. Em decorrência disso, a perseguição ao estrangeiro ilegal diminuiu.

Ainda no que se refere à Lei nº 25.871, concordamos com Domenech e Magliano (2008, p. 444), para quem, “mientras se proclama la aceptación de la diferencia cultural, la identidad nacional es defendida en términos exclusivistas”¹⁰, aspecto que fica evidente no artigo 125:

“Ninguna de las disposiciones de la presente ley tendrá por efecto eximir a los extranjeros de la obligación de cumplir con la legislación nacional ni de la obligación de **respetar la identidad cultural de los argentinos**”. (ARGENTINA, 2003, grifo nosso)

Esse artigo é emblemático no sentido de que a mudança para uma legislação mais atenta ao campo dos direitos humanos não leva à transformação, de fato, da perspectiva que se tem sobre o estrangeiro. Mantém-se a ideia de que o estrangeiro é o outro; ele não faz parte da cultura nacional e por isso não pode influenciá-la.

Cabe mencionar que há, na legislação argentina, a Lei nº 26.165, Ley general de reconocimiento y protección al refugiado, que regula o processo dos refugiados e lhes garante direitos básicos. Como no nosso *corpus* são raras as ocorrências de termos relacionados aos refugiados, não nos aprofundaremos nesse tema.

⁹Tradução nossa: Sob a cobertura ideológica desta nova perspectiva técnico-política se desenvolve uma política de controle com rosto humano: amparado no discurso dos direitos humanos para obter a legitimidade necessária para sua instrumentalização, o controle sobre a imigração irregular desloca (não elimina) formas restritivas ou coercitivas, mas não com o propósito de efetivar os direitos humanos dos imigrantes mas sim para obter maiores resultados na administração eficaz dos fluxos migratórios.

¹⁰ Tradução nossa: Enquanto se proclama a aceitação da diferença cultural, a identidade nacional é defendida em termos exclusivistas

1.2.3 Legislação migratória no Brasil

Em novembro de 2017, o Senado aprovou a Lei nº 13.445, Lei de Migração, que regula a entrada e permanência de estrangeiros no país, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, criado em 1980, durante a ditadura militar. Esse estatuto era restritivo e privilegiava aspectos relacionados à segurança e aos “interesses nacionais”, como podemos observar já nos seus três primeiros artigos:

Art. 1. Em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais.

Art. 2. Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

Art. 3. A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais. (BRASIL, 1980)

Depois da promulgação da Constituição de 1988, o Estatuto deveria ter sido desconsiderado por apresentar artigos incompatíveis com a Carta Magna. No entanto, continuou vigente por muitos anos e só perdeu validade com a promulgação da nova lei. O artigo 5º da Constituição evidencia o desacordo entre o Estatuto do Estrangeiro, que diferencia os direitos do estrangeiro e do brasileiro, e o documento constitucional:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988)

Embora promulgada em 2017, a Lei nº 13.445 vinha sendo discutida há algum tempo. No site do Ministério da Justiça¹¹, há a seguinte informação:

¹¹ Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/nova-lei-de-migracao-esta-em-vigor-para-facilitar-regularizacao-de-estrangeiros-no-brasil>. Acesso em: 5 abr. 2020.

A Lei de Migração entrou em vigor na mesma data da publicação do Decreto nº 9.199, que regulamenta diversos pontos da legislação e garante a sua aplicação. O normativo é resultado de uma série de debates entre os diversos órgãos envolvidos direta e indiretamente na questão migratória no Brasil e no exterior (Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Trabalho, Ministério das Relações Exteriores e Polícia Federal), além de representantes da sociedade civil e de organismos internacionais. No Decreto foram detalhadas questões práticas da Lei, como os requisitos para cada tipo de visto, a disciplina do procedimento de reconhecimento da apátrida e a consequente naturalização facilitada, os requisitos para obtenção da residência e outros procedimentos administrativos.

A Lei nº 13.445 representa um avanço porque foi elaborada com base nos postulados sobre direitos humanos e também porque não caracteriza o estrangeiro como uma ameaça à segurança nacional.

Ainda no que se refere às políticas de migração, vale destacar que, em 2009, foi promulgada a Lei nº 11.961, que regulamentou a permanência de estrangeiros em situação irregular e garantiu residência a muitos deles que viviam no país, como explicitado em seu artigo primeiro:

Poderá requerer residência provisória o estrangeiro que, tendo ingressado no território nacional até 1º de fevereiro de 2009, nele permaneça em situação migratória irregular. (BRASIL, 2009)

A explanação acerca das políticas de migração adotadas pelo Brasil e pela Argentina permite-nos observar que, embora tenha havido evolução no tratamento dado aos imigrantes nesses países, ainda há muito a conquistar, a fim de que esses sujeitos tenham seus principais direitos garantidos. Os interesses econômicos vêm sendo colocados acima da garantia de acesso aos direitos básicos dos cidadãos, sejam eles nacionais ou estrangeiros; como afirmam Baraldi e Gainza (2013), a hegemonia neoliberal é um obstáculo para que as políticas migratórias propostas sejam efetivadas.

Os aspectos apresentados neste primeiro capítulo constituem um subsídio importante para compreendermos o contexto migratório pertinente ao Brasil e à Argentina e para procedermos à análise que realizamos adiante. No próximo capítulo, abordamos as conjunturas política e eleitoral relativas aos dois países, de modo a apresentarmos um panorama mais amplo acerca das forças políticas que atuam em ambos os contextos.

2 Capítulo II - Brasil e Argentina: conjuntura eleitoral

Neste capítulo, começamos fazendo uma introdução sobre as relações políticas na América Latina nos últimos anos. Logo, explicitamos a conjuntura eleitoral do Brasil e da Argentina, nos períodos analisados no *corpus*, o que nos subsidiará na análise dos discursos dos presidenciáveis que apresentamos nos capítulos seguintes. Com base na revisão de aspectos políticos que julgamos importantes e de questões envolvidas nos processos eleitorais que apresentamos, examinamos as condições de produção dos referidos discursos.

Dividimos este capítulo em três partes: na primeira, tratamos das relações internacionais recentes na América Latina; na segunda parte, dedicamo-nos à conjuntura eleitoral de 2014 no Brasil; na terceira, tratamos da conjuntura eleitoral de 2015 na Argentina. Em ambos os casos, discutimos aspectos políticos relevantes para nossa pesquisa.

2.1 América Latina: relações internacionais e migrações recentes

No final dos anos de 1980, a economia dos países da América Latina era decadente e não havia solução para o problema da alta dívida externa. Em decorrência desse contexto, nos anos de 1990, predominaram as políticas neoliberais, que se mostraram tentativas frustradas de crescimento econômico: empresas estatais foram privatizadas, governos passaram a não mais restringir investimentos estrangeiros e adotaram condições impostas pelos Estados Unidos para que fosse possível renegociar a dívida externa e receber recursos de agências financeiras internacionais. Ao analisar esse cenário, Moniz Bandeira (2002, p.144) explica que

[...] as condições econômicas, sociais e políticas, que nos anos 60 e 70 haviam gerado os movimentos de insurgência, agravaram-se, ao fim de uma década de políticas econômicas neoliberais, executadas por governos democraticamente eleitos. A dívida externa continuou como um problema para toda a América Latina.

O insucesso do modelo neoliberal agravou a crise econômica na América Latina. Motivados pela insatisfação com o tipo de política que se vinha fazendo, cresceram os movimentos com aspectos reformistas, os quais propunham melhor distribuição de renda e valorizavam programas sociais que visavam à busca por soluções para o problema da pobreza. Na esteira dessas propostas, vários candidatos de esquerda, progressistas ou de centro-esquerda foram eleitos presidentes. De acordo com Cheresky (2016, p. 57):

[...] os movimentos e governos refundacionais emergiram como a contrapartida da crise de representação e da desarticulação das instituições tradicionais com a promessa de uma sociedade justa, sob variadas designações (socialismo do século XXI, Estado multinacional pós-colonialista, democracia).

Referimo-nos a uma época na qual líderes da esquerda, que não conseguiam chegar ao poder, viram uma oportunidade de governar. Essa mudança no paradigma das lideranças, que começou com a eleição de Hugo Chávez, em 1998, na Venezuela, teve representantes em diversos países. Apesar de apresentarem propostas variadas, esses líderes – que emergiram em resposta a uma crise de representação e a diferentes fatores em cada país – convergiam no desejo de oferecer assistência aos mais pobres e prover uma distribuição mais igualitária da riqueza. Cheresky (2016, p. 57) esclarece que os

[...] antecedentes em cada caso nacional são distintos e em geral houve alguma forma de agrupação política ou social promotora, mas o impulsor e aglutinador foi um líder de popularidade, enunciador e decisório, com adeptos, mas sem apoio de pares, e cuja sustentação foi uma relação direta com os cidadãos.

Ao refletir sobre a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva – trabalhador que representava um partido de origem sindical –, no Brasil, e sobre a eleição de Evo Morales, – líder de origem indígena –, na Bolívia, bem como sobre a chegada de uma mulher à presidência do Chile pela primeira vez na história, Cheresky (2007, p. 20) afirma que é possível perceber uma “ampliación de la presencia ciudadana y el abandono del estereotipo elitista de los mandatarios y representantes”¹².

¹² Tradução nossa: ampliação da presença cidadã e o abandono do estereótipo elitista dos governantes e representantes

Essa ampliação da presidência cidadã foi observada em toda a América Latina, marcando o início de uma nova fase na política da região. Levitsky e Roberts (2011) discutem a ascensão da esquerda nessa região, situando o movimento entre 1998 e 2010. Na introdução de sua obra, os autores explicam que consideram o termo *esquerda* para se referirem a “political actors who seek, as a central programmatic objective, to reduce social and economic inequalities”¹³ (LEVITSKY; ROBERTS, 2011, p. 5).

Antes de iniciar a discussão propriamente dita, os autores apresentam uma relação dos presidentes de esquerda que chegaram ao poder em cada país, o partido ao qual pertenciam e o ano de sua eleição, o que reproduzimos a seguir (Figura 1).

Figura 1 – Relação de presidentes de esquerda eleitos em países da América Latina – 1998-2010

Country	Party	President	Year elected
Venezuela	Fifth Republic Movement/ United Socialist Party of Venezuela	Hugo Chávez	1998; reelected in 2000, 2006
Chile	Chilean Socialist Party (PSCh)	Ricardo Lagos Michelle Bachelet	2000 2006
Brazil	Workers' Party (PT)	Luiz Inácio Lula da Silva Dilma Rousseff	2002; reelected in 2006 2010
Argentina	Justicialista Party (PJ)	Néstor Kirchner, Cristina Fernández de Kirchner	2003 2007
Uruguay	Broad Front (FA)	Tabaré Vázquez José Alberto (Pepe) Mujica	2004 2009
Bolivia	Movement toward Socialism (MAS)	Evo Morales	2005; reelected in 2009
Nicaragua	Sandinista National Liberation Front (FSLN)	Daniel Ortega	2006
Ecuador	Country Alliance	Rafael Correa	2006; reelected in 2009
Paraguay	Patriotic Alliance for Change	Fernando Lugo	2008
El Salvador	Farabundo Martí National Liberation Front (FMLN)	Mauricio Funes	2009

Fonte: LEVITSKY; ROBERTS (2011, p. 2).

¹³ Tradução nossa: atores políticos que buscam, como objetivo programático central, reduzir as desigualdades sociais e econômicas.

Os governos de esquerda, de centro-esquerda ou os progressistas que chegaram ao poder na América Latina não eram homogêneos em relação a suas ideias nem em relação a suas agendas. No geral, eram governos comprometidos com a divisão econômica mais justa e alguns se mostraram mais dispostos a romper com o neoliberalismo que outros. Cheresky (2016, p. 56), a respeito disso, destaca que

[...] o sucesso que sobretudo esta corrente multivariada exibia era o da inclusão social. O epicentro do movimento bolivariano – denominado assim por Hugo Chávez em reconhecimento à raiz independentista na trajetória de Simón Bolívar – foram a Venezuela, a Bolívia e o Equador, que elaboraram constituições e leis em sintonia com o ideal de uma nova fundação. Os governos da Argentina, no ciclo de Néstor Kichner, e do Brasil, no de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, se associaram ou se solidarizaram com esse movimento com diferenças significativas.

Trata-se de uma transformação no tipo de representação política eleita. Nesse sentido, cabe ressaltar a ascensão de presidentes com propostas muito diferentes daquelas dos anteriores. Alguns se mostravam mais engajados com um processo fundacional que outros, mas todos tinham o desejo de governar com foco em uma melhor distribuição de renda e em melhorias para as classes mais baixas da população. Nesse sentido, Levitsky e Roberts (2011, p. 2) observam:

[...] the post-1998 wave of leftist victories ushered in a new era on policy experimentation in which governments expanded their developmental, redistributive, and social welfare roles. The ‘left turn’, therefore, changed not only who governed in Latin America, but also how they governed.¹⁴

Mais recentemente, os governos progressistas, de esquerda ou de centro-esquerda, perderam força, e muitos espaços democráticos estão sendo ameaçados. Cheresky (2016, p. 55) afirma que “o termo ‘democracia’ está na boca de todos e, inclusive, ampara regimes políticos com práticas que parecem colocar em risco a liberdade e a igualdade”. Em uma era de comunicação rápida e de notícias (verdadeiras ou não) postadas em redes sociais, como a que estamos vivenciando, surgem lideranças

¹⁴ Tradução nossa: a onda pós-1998 de vitórias da esquerda inaugurou uma nova era na experimentação de políticas, na qual os governos expandiram seus papéis de desenvolvimento, redistribuição e bem-estar social. A “virada à esquerda”, portanto, mudou não apenas quem governava na América Latina, mas também como se governava.

que exploram a desconfiança que o cidadão tem em relação a políticos e partidos, ou seja,

[...] com modalidades variadas no mundo todo, emergem líderes de popularidade, que mobilizam por fora e contra os aparatos políticos ou corporativos, convocando o ‘cidadão comum’ e provocando, desse modo – se obtêm êxito –, a convergência de descontentes variados, sem haver, necessariamente, afinidade entre eles. (CHERESKY, 2016, p. 60)

Concordamos com Cheresky: o contexto atual favorece o surgimento de líderes que, baseados em um discurso que critica tudo e todos que estão no poder, reúnem uma série de eleitores que não necessariamente têm os mesmos anseios. Um exemplo notável disso, fora da América Latina, é Donald Trump, presidente eleito nos Estados Unidos em 2016. No Brasil, temos Jair Bolsonaro, eleito em 2018. Sua chegada ao poder, apoiada por militares e religiosos, envolveu notícias falsas sobre a oposição, discursos fascistas e críticas a programas de distribuição de renda.

As eleições de 2014 no Brasil e de 2015 na Argentina ocorreram em um momento conflitivo e de divisão entre os eleitores, em que as lideranças de esquerda na América Latina enfrentavam muitos desafios. Particularmente, em relação aos países mencionados, abordamos as especificidades e os desdobramentos desse processo em cada um deles.

2.2 Política e eleições no Brasil (2002-2016)

Nesta seção, tratamos da conjuntura política e eleitoral brasileira, considerando o período de surgimento do Partido dos Trabalhadores e a ascensão ao poder de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. Em seguida, discorreremos sobre as eleições ocorridas em 2014.

2.2.1 *O Partido dos Trabalhadores chega ao poder: lulismo x petismo*

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil depois de três derrotas em eleições presidenciais anteriores. A ascensão ao poder de alguém da classe trabalhadora e de origem sindicalista deu início a um novo momento político. Quatro anos depois, foi reeleito com ampla votação. Em 2010, Dilma Rousseff, lançada por ele como candidata, foi eleita presidenta. Em 2014, foi reeleita em uma disputa acirrada. Em 2016, em virtude de um golpe parlamentar, foi destituída do poder.

A fim de ampliarmos a reflexão sobre o regime político adotado no Brasil, ressaltamos a interpretação de Cheresky (2016, p. 61), segundo a qual,

[...] a característica do governo do PT, e também dos precedentes, é que o presidente/líder conta com a legitimidade do patrimônio eleitoral, mas seu partido é minoritário no congresso. Esse tipo de regime foi denominado presidencialismo de coalizão, pois se sustenta em acordos pragmáticos nas Câmaras, que se refletem em compromissos que incluem a participação dos aliados no governo e com domínio sobre diferentes áreas das políticas públicas, mesmo em postos-chave.

Conforme afirma o pesquisador, no tipo de regime vigente no Brasil, o presidencialismo de coalizão¹⁵, o líder não conta com apoio majoritário no Congresso. Ao longo de anos no governo, líderes do Partido dos Trabalhadores (PT) fizeram alianças com diversos partidos, inclusive com aqueles da oposição. Um dos articuladores do golpe que destituiu a presidenta, em 2016, foi Michel Temer, vice-presidente e membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), aliado eleitoral, apesar das diferenças de tradição e de programa em relação ao PT.

A análise dos anos do PT no governo é uma atividade bastante complexa e foi feita por diversos estudiosos que divergem em alguns pontos e avaliam, de forma diferente, os governos petistas. Exemplos disso são as produções de Singer e Loureiro (2016), Braga (2016), Safatle, Borges e Oliveira (2016) e Avritzer (2016). No âmbito deste estudo, interessa-nos tratar de alguns aspectos específicos desse período, considerando a diferença entre “lulismo” e “petismo”.

O PT foi oficializado como partido político em 1980, em um contexto de movimentos sindicais intensos e de greves no ABC Paulista. O partido, que defendia reformas estruturais profundas, contava com muitas lideranças sindicais. O nome mais conhecido entre essas lideranças era o de Luiz Inácio Lula da Silva. Com o passar dos anos, o PT sofreu mudanças e passou a considerar o capital de outra forma,

¹⁵ O sistema político brasileiro é nomeado de presidencialismo de coalizão por Abranches (1988).

distanciando-se das ideias iniciais, mais socialistas. Singer (2012) afirma que o PT passou a ter duas almas e explica os paradoxos criados:

A convivência das duas almas do PT leva a paradoxos. O partido defende, simultaneamente, reformas estruturais profundas e a estabilidade econômica; propriedade social dos meios de produção e respeito aos contratos que garantem os direitos do capital; um postulado genérico anticapitalista e o apoio às grandes empresas capitalistas; ‘a formação de uma cultura socialista de massas’ e acordos com partidos de direita. As diferentes descrições da mudança do PT, que apontam ora no sentido da mudança maximizadora ora no da manutenção do modelo organizativo original, perdem de vista que o característico da fase que se abre em 2002 é a coexistência de dois vetores opostos num mesmo corpo partidário. (SINGER, 2012, p. 70-71)

Com as tentativas de Lula nas eleições presidenciais, sua vitória em 2002 e considerando as mudanças elencadas anteriormente por Singer, temos o fenômeno do lulismo, uma vertente não orgânica na qual não havia polarização entre esquerda e direita, mas entre pobres e ricos, e na qual se observava a convergência de agendas contraditórias. As políticas de distribuição de renda do primeiro mandato de Lula criaram um grupo novo de eleitores com novas demandas, como esclarece Singer (2012, p. 20) no seguinte excerto:

[...] no lulismo a polarização se dá entre ricos e pobres, e não entre esquerda e direita. Por isso, a divisão lulista tem uma poderosa repercussão regional, e o Nordeste, que é mais pobre, concentra o voto lulista. Daí, igualmente, termos maioria tucana de São Paulo para o Sul, e petista do Rio de Janeiro para o Norte. Isso significa que o lulismo dilui a polarização esquerda/direita porque busca equilibrar as classes fundamentais e esvazia as posições que pretendem representá-las na esfera política.

Nos governos de Dilma e Lula houve muitas vitórias em relação ao enfrentamento da pobreza. De acordo com o relatório global da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)¹⁶, publicado em 2014, o Brasil saiu do mapa da fome ao reduzir em 82%, no período de 2002 a 2013, o número de pessoas que passavam fome. Braga (2016, p. 56) chama-nos a atenção para a melhora econômica do trabalhador:

¹⁶ FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nation. The State of Food Insecurity in the World Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>. Acesso em: 24 maio 2020.

[...] quando analisamos as negociações coletivas no Brasil durante os governos petistas, por exemplo, percebemos claramente que o resultado mais saliente da era Lula para os trabalhadores sindicalizados, em relação aos anos FHC, foi a recomposição do poder de compra dos rendimentos do trabalho.

Durante o primeiro mandato, a imagem de Lula foi abalada pela investigação do *mensalão*, esquema de pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor de projetos do governo. Safatle, Borges e Oliveira (2016, p. 56) afirmam que “Lula optou por fazer acordos com pequenos e médios partidos, distribuindo cargos e verbas, o que mais tarde seria entendido como uma das causas do mensalão”.

Ao final do seu primeiro mandato, Lula tinha 52% de aprovação, mais do que Fernando Henrique Cardoso que, em 1998, fim do seu primeiro mandato, tinha 35%¹⁷. Lula foi reeleito com mais de 60% dos votos válidos. Como pontuam Safatle, Borges e Oliveira (2016, p. 44), ao ter a “popularidade em alta e confiante, o presidente estava preparado para iniciativas mais ousadas”.

Em 2008, o Brasil passou por uma crise que começou nos Estados Unidos, com a falência de um tradicional banco de investimentos. Esse acontecimento ultrapassou os limites do setor financeiro daquele país e atingiu todo o mundo. O governo de Lula promoveu ações para reduzir o impacto dessa crise no Brasil. Em um evento político na cidade de São Bernardo do Campo (SP), fez uma declaração polêmica sobre a crise: “Lá (nos EUA), ela é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esqui” (GALHARDO, 2008, s. p.).

Lula deixou a presidência do Brasil, ainda com altos índices de aprovação, e lançou Dilma Rousseff como candidata à presidência. Cheresky (2016, p. 63) observa a dificuldade de transferência de uma liderança de popularidade:

[...] a liderança de popularidade não é facilmente transferível, pois a característica desse modo personalista de governar tem um alto componente de identificação com decisões concretas e benefícios atribuídos ao líder e com seus traços de personalidade ou, se preferir, com o componente carismático.

¹⁷ Dados provenientes do Datafolha, dezembro de 2006. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2006/12/1222248-ao-final-do-primeiro-mandato-lula-e-aprovado-por-52-dos-brasileiros.shtml>. Acesso em: 5 abr. 2020.

Para ter sucesso nessa transferência de poder, o PT investiu muito na campanha de Dilma, figura desconhecida no cenário político. Safatle, Borges e Oliveira (2016, p. 75) descrevem esse momento:

O segundo semestre de 2010 foi tomado pelo processo eleitoral. As aparições públicas do presidente e seus discursos combinavam prestação de contas com campanha para a candidata que ele escolhera, Dilma Rousseff, ex-militante do trabalhismo de Leonel Brizola que jamais havia disputado um cargo eletivo. Dilma entrou para o PT em 2000, dois anos antes da primeira eleição de Lula. No clima de euforia que dominava o país e com a popularidade em alta, Lula usou a formulação simples e eficaz do ‘momento mágico’ em discursos escritos, improvisados e entrevistas.

O primeiro mandato de Dilma Rousseff foi afetado pela crise mundial de 2011, originada na Europa. Com isso, uma série de ações foram tomadas pela presidenta: redução de juros, uso intensivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), medidas de reindustrialização, reforma do setor elétrico, entre outras. De acordo com Singer (2016, p. 23),

[...] sob a condução de Dilma, o lulismo apostou em uma coalizão de forças entre industriais e trabalhadores, que fracassou, afundando o navio que deveria levar o Brasil para fora da arrebentação gerada, em 2011, pelo segundo tsunami de dificuldades mundiais, isto é, a volta da crise financeira internacional iniciada em 2008.

Essa crise atingiu mais fortemente o Brasil em comparação com a anterior, e Dilma, no final do seu primeiro mandato, sofreu queda em sua popularidade. Singer (2016, p. 33) afirma que “enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classes poderosas e resistentes. Ao reduzir os juros e forçar o *spread* para baixo, Dilma tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro”. A então presidenta acabou por entrar em conflito com setores com grande influência na política do país.

2.2.2 *Protestos de junho de 2013*

Em junho de 2013, uma série de manifestações, lideradas pelo MPL-SP (Movimento Passe Livre – São Paulo), ocorreu nas capitais e grandes cidades do país,

motivadas inicialmente pelo aumento de 20 centavos na tarifa do transporte público. Posteriormente, o MPL-SP perdeu a liderança dessas manifestações, o que fez emergir diferentes agendas, contraditórias entre si, definidas pelos próprios manifestantes.

Manifestar-se contra o aumento de passagens não era novidade: em 2003, vários protestos ocuparam o mês de agosto em Salvador em resposta ao aumento da tarifa do transporte público; em Florianópolis, em 2004, houve intensos protestos também contra o aumento das tarifas, os quais continuaram nos anos seguintes. As manifestações foram ganhando tanta força pelo país que, em 2005, o MPL-Brasil foi fundado no V Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre. O objetivo desse movimento era liderar a luta pelo transporte público gratuito.

Em relação às manifestações de 2013, a cada dia elas ganhavam mais adeptos e maior visibilidade. Distanciando-se do tema da tarifa do transporte público, os protestos tomaram proporções enormes: houve mais de 400 manifestações divididas em 12 capitais e grandes cidades brasileiras ao longo do ano. A violência da polícia na repressão dessas manifestações chamou a atenção e ganhou repercussão internacional. A esse respeito, Rolnik (2013, p. 8) afirma:

[...] podemos pensar as manifestações como um terremoto [...] que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos.

Já com agendas das mais variadas, milhares de pessoas levantaram cartazes nos quais questionavam o alto salário dos jogadores de futebol, a corrupção, a baixa remuneração dos professores, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Sakamoto, jornalista que acompanhou as manifestações desde o começo, reflete sobre as características dos participantes dos protestos:

[...] apesar de as manifestações terem uma clara origem de esquerda, nem todos os que foram às ruas eram exatamente progressistas. Aliás, vale lembrar que o Brasil é bem conservador – da ‘elite branca’ paulistana à chamada ‘nova classe média’ que ascendeu socialmente, tendo como referências símbolos de consumo (e a ausência deles como depressão). Trata-se de uma população com 93% a favor da maioria penal. Que acha que a mulher não é dona do seu corpo. Que é contra o casamento gay. Que tem nojo dos imigrantes pobres da América do Sul. Que apoia o genocídio de jovens negros e pobres nas periferias das grandes cidades. Enfim, não é porque centenas de milhares foram às ruas por uma pauta justa que essa realidade mudou. (SAKAMOTO, 2013, p. 97)

As manifestações, como salientamos, transformaram-se em movimentos cuja heterogeneidade não é de fácil compreensão, consequentemente, é difícil de explicá-la. O que tomou conta das ruas foi um movimento no qual cabia toda insatisfação. Interesses diversos o impulsionaram, como argumenta Sakamoto (2013, p. 99):

É claro que os grupos conservadores mais radicais vão se aproveitar desse momento e botar lenha do descontentamento, apontando como culpados a classe política que está no poder. Flertam com ações autoritárias e, evidentemente, adorariam desestabilizar essas instituições.

A popularidade dos governantes caiu significativamente a partir desses eventos. A classe política foi apontada como a culpada de todos os problemas. A insatisfação era expressa em cartazes que traziam estampada a mensagem “*O gigante acordou*”, em referência a um país que estava estagnado, mas que havia acordado e iria à luta.

Com essas manifestações e com a queda da popularidade da presidenta, começou a se desenhar um cenário polarizado e conflitivo para as eleições do ano seguinte, como bem observam Schwarcz e Starling (2018, p. 110), ao afirmarem que

na borda das manifestações de 2013 já se anunciava [...] um ativismo de pendor individualista, uma postura intransigente e pautada no ódio, e cada vez menos afeita ao diálogo.

É importante destacar que as manifestações não consolidaram novas lideranças na esquerda do arco político.

2.2.3 As eleições de 2014

O primeiro turno das eleições foi realizado em 5 de outubro de 2014. Nenhum dos candidatos atingiu 50% dos votos válidos, então, um segundo turno foi realizado em 26 de outubro. Apresentamos, a seguir (Quadro 1), a relação de candidatos, seus vices, partidos e coligações.

Quadro 1 – Relação de candidatos à presidência nas eleições de 2014

Candidato/a à presidência e Partido	Candidato/a à vice-presidência e Partido	Coligação
Dilma Rousseff (PT)	Michel Temer (PSDB)	Coligação com a Força do Povo (PT / PMDB / PSD / PP / PR / PROS / PDT / PC do B / PRB)
Aécio Neves (PSDB)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	Muda Brasil (PSDB / PMN / SD / DEM / PEN / PTN / PTB / PTC / PT do B)
Marina Silva (PSB)	Beto Albuquerque (PSB)	Unidos pelo Brasil (PHS / PRP / PPS / PPL / PSB / PSL)
Luciana Genro (PSOL)	Jorge Paz (PSOL)	Não houve coligação
Pastor Everaldo (PSC)	Leonardo Gadelha (PSC)	Não houve coligação
Eduardo Jorge (PV)	Célia Sacramento (PV)	Não houve coligação
Levy Fidelix (PRTB)	Cel. José Alves (PRTB)	Não houve coligação
Zé Maria (PSTU)	Claudia Durans (PSTU)	Não houve coligação
Eymael (PSDC)	Roberto Lopes (PSDC)	Não houve coligação
Mauro Iasi (PCB)	Sofia Manzano (PCB)	Não houve coligação
Ruy Costa Pimenta (PCO)	Ricardo Machado (PCO)	Não houve coligação

Fonte: elaborado pela autora.

Podemos notar que há uma série de partidos políticos nas coligações descritas no quadro anterior. Sobre esse assunto, Avritzer (2016, p. 42) observa que o

[...] sistema político brasileiro é um sistema fragmentado devido ao baixo custo de criação de novos partidos e à falta de barreiras à competição eleitoral. Os principais constrangimentos que existem para a criação de partidos no Brasil são de natureza burocrática.

A eleição presidencial de 2014 se destacou por ser a mais disputada desde a redemocratização do Brasil. A seguir, trazemos uma imagem com os resultados do primeiro turno (considerando os 3 candidatos mais votados) para mostrar como se configurou a disputa de votos.

Figura 2 – Resultado do primeiro turno das eleições presidenciais no Brasil

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>

Já no primeiro turno, notamos uma disputa bastante acirrada entre os candidatos, disputa que se intensifica mais no segundo turno, no qual podemos observar que a diferença de votos entre Dilma Rousseff e Aécio Neves é muito pequena. Vejamos a seguir.

Figura 3 – Resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2014 no Brasil

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>

O candidato derrotado recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e questionou o resultado, colocando em dúvida a legitimidade do mandato de Dilma. Schwarcz e Starling (2018, p. 166) destacam que “era a primeira vez desde o fim da ditadura militar que um candidato derrotado contestava o resultado eleitoral e tentava vetar a maioria gerada nas urnas”.

Ainda sobre as eleições de 2014 e suas particularidades, Avritzer (2016, p. 42) ressalta que as

[...] eleições de 2014 foram eleições atípicas, independentemente do seu resultado. Elas foram atípicas porque elas ocorreram em um ambiente de polarização entre direita e esquerda, movimentos sociais e governo que vinha se acentuando desde 2013. As manifestações que surgiram inicialmente no campo da esquerda insatisfeita com o governo rapidamente foram apropriadas por setores conservadores que se reorganizaram no Brasil nos últimos anos.

Nos anos anteriores, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) vinha sendo o maior opositor do PT; seus candidatos foram os principais concorrentes nas eleições presidenciais anteriores. Contudo, em 2014, no 1º turno, houve oscilação entre dois candidatos, Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB). No caso do PSDB, destacamos a análise de Avritzer (2016, p. 49):

O PSDB enfrenta, desde 2002, o problema de uma nacionalização deficiente. O Partido tem uma excelente estrutura, fortemente centrada em dois estados do Sudeste, São Paulo e Minas Gerais. Depois de disputar e perder três eleições, a de 2002, de 2006 e a de 2010 com candidatos paulistas, o PSDB fez a aposta em uma candidatura oriunda do Estado de Minas Gerais apostando em um apoio quase imediato dessa candidatura pelo eleitorado paulista. No entanto, Aécio Neves só conseguiu resolver o problema da aceitação da sua candidatura pelo eleitorado paulista na última semana do primeiro turno das eleições.

Depois de reeleita, a presidenta pôs em prática uma política econômica contrária à prometida na campanha eleitoral, e não seguiu a agenda com base na qual havia sido eleita. De acordo com Braga (2016, p. 90), o

[...] aprofundamento da crise econômica e a guinada política neoliberal do segundo governo de Dilma Rousseff marcam a transição do modelo de desenvolvimento brasileiro. Do ‘esboço desenvolvimentista’, conforme expressão de André Singer, passamos

às políticas de austeridade fiscal desenhadas mais ou menos diretamente pelo setor financeiro. A contração cíclica impulsionada pelos cortes dos gastos federais elevou o desemprego [...] atingindo em cheio tanto o precariado urbano quanto o proletariado organizado sindicalmente.

Nesse contexto, Aécio Neves anunciou que faria forte oposição ao governo de Dilma Rousseff:

Ainda que por uma pequena margem, o desejo da maioria dos brasileiros foi que nos mantivéssemos na oposição, e é isso que faremos. Faremos uma oposição incansável, inquebrantável e intransigente na defesa dos interesses dos brasileiros. Vamos fiscalizar, cobrar, denunciar.¹⁸

Ainda durante o governo de Dilma Rousseff, a Polícia Federal, por meio da operação batizada de Lava Jato¹⁹, investigou um bilionário esquema de corrupção que envolvia dirigentes da Petrobrás, empresas fornecedoras e políticos da base aliada do governo; altos executivos e muitos empresários foram presos. Tal operação teve papel importante na queda de popularidade da então presidenta.

Em fevereiro de 2015, o candidato do PT à presidência do Congresso foi derrotado em primeiro turno, o que fez com que o PT ficasse excluído dos cargos da mesa e da presidência de todas as principais comissões. Como consequência, o Congresso tornou-se muito conservador, como observa Avritzer (2016, p. 54):

Imediatamente teve início a mais forte onda conservadora no Congresso brasileiro desde 1985. Em menos de 60 dias as mais importantes agendas dos setores conservadores no Brasil foram postas em pauta, a saber: a redução da maioridade penal; o financiamento privado de campanhas políticas; legislação contra a união homoafetiva. Todas estas agendas, algumas no campo moral e outras no campo político expressam uma reorganização dos setores conservadores no Brasil, capitaneada pelo principal partido do centro, o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O segundo mandato de Dilma Rousseff foi de intensa crise: desemprego, denúncias de corrupção e protestos. A oposição e aliados, inclusive o vice-presidente

¹⁸ Ver Oliveira (2014). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/05/aecio-neves-promete-oposicao-201cincansavel-e-intransigente201d>. Acesso em: 19 fev. 2018.

¹⁹ A operação Lava Jato teve início em 17 de março de 2014 e segue em andamento.

Michel Temer, conspiravam visando à destituição da presidenta eleita e, em 31 de agosto de 2016, ela foi destituída do seu cargo por meio de um golpe parlamentar.

2.3 Política e eleições na Argentina

Nesta seção, abordamos questões econômicas da Argentina em meados dos anos 2000, não porque a economia seja nosso foco, mas sim porque nesse momento houve uma crise de grande impacto para as análises que aqui realizamos. Discutiremos também as três principais forças políticas atuantes no país, o peronismo, o kirchnerismo e o macrismo, as quais nos permitem entender a conjuntura eleitoral de 2015.

2.3.1 *Argentina em crise*

Em dezembro de 1999, momento em que a Argentina enfrentava uma crise econômica e passava por um período de recessão, Fernando de La Rúa assumiu a presidência do país e o governou por apenas dois anos, quando, pressionado pelo povo, renunciou. Suriano (2005, p. 12) observa que essa crise resultou de políticas adotadas muito antes:

La grave y profunda crisis económica, social, institucional y de representatividad política entonces desatada, en realidad, fue el resultado de la acumulación de las políticas desarrolladas desde un cuarto de siglo antes, y solo en parte parece haber sido superada pues aún hoy hace sentir mucho de sus peores efectos.²⁰

Quando o governo decretou o *Corralito* – suspensão de depósitos bancários e restrição a saques, que não poderiam exceder 1.000 pesos por mês –, em 2001, as classes médias também passaram a protestar, o que culminou na queda de De La Rúa. Mesmo antes de 2001, houve intensa mobilização por parte da população, cada vez mais

²⁰ Tradução nossa: A grave e profunda crise econômica, social, institucional e de representatividade política então desatada, em realidade, foi o resultado da acumulação das políticas desenvolvidas desde um quarto de século antes, e só em parte parece ter sido superada pois ainda hoje se pode sentir muito de seus piores efeitos.

pauperizada, muito em virtude de políticas ultraliberais, que levaram ao aumento da pobreza e das taxas de desemprego.

A população se manifestou em massa com o grito “Que se vayan todos”, um pedido de destituição do presidente e de ruptura total com tais políticas, como esclarece Cheresky (2007, p. 36-37):

La movilización cívica bajo la consigna ‘que se vayan todos’ (‘Que no quede ni uno solo’) se dirigía no sólo al ministro de economía y al presidente finalmente desplazados, sino a toda la clase política. Esta expresión de malestar tan poderosa, y paralela a la desinstitucionalización que profundizó el descontento ciudadano, fue de naturaleza espontánea e indicó que la relación gobernantes-gobernados había cambiado.²¹

Em meio a um clima de descrédito na política, De La Rúa renunciou à presidência, após o que, vários presidentes ocuparam o poder por poucos dias: Ramón Puerto, Adolfo Rodríguez Saá, Eduardo Camaño e Duhalde. Novaro (2010, p. 282) oferece-nos, a esse respeito, a seguinte explicação:

En los últimos días de diciembre de 2001, sucesivas Asambleas Legislativas designaron a cuatro presidentes provisionales, todos ellos peronistas, pero que no terminaban de reunir el apoyo generalizado de esa fuerza por disensos respecto a la duración de su mandato, la convocatoria o no a nuevas elecciones y las medidas inmediatas a adoptar.²²

Duhalde, último nome da série de presidentes designados, tinha apoio de várias forças políticas e isso lhe permitiu seguir com seu mandato até 2003. Novaro (2010, p. 283) destaca que para garantir apoio e se manter no poder, Duhalde “debió prometer que no pretendía ejercer el poder más allá de esa fecha, descartando una eventual

²¹ Tradução nossa: A mobilização cívica sob o slogan “vão todos embora” (que não fique nenhum) se dirigia não só ao ministro da economia e ao presidente finalmente destituídos, mas sim a toda classe política. Esta expressão de mal estar tão poderosa, e paralela a desinstitucionalização que aprofundou o descontentamento cidadão, foi de natureza espontânea e indicou que a relação governantes-governado havia mudado

²² Nos últimos dias de dezembro de 2001, sucessivas Assembleias Legislativas designaram a quatro presidentes provisórios, todos eles peronistas, mas que não conseguiam reunir o apoio generalizado dessa força por dissensos com respeito a duração de seu mandato, a convocação ou não de novas eleições e às medidas imediatas a adotar.

candidatura”²³. Assim, em 2003, não pode se candidatar, e Nestor Kirchner foi eleito presidente com somente 22% dos votos.

2.3.2 *Forças políticas: peronismo, kirchnerismo e macrismo*

Atualmente, na Argentina, existe um partido denominado Partido Justicialista, que se apresenta como uma expressão política organizada do peronismo. Trata-se de um dos maiores e mais tradicionais partidos políticos do país. Entretanto, o peronismo, como movimento, vai muito além do alcance desse partido.

Como força política, o peronismo nasceu da figura de Juan Domingo Perón, em meados dos anos de 1940. Perón era militar e foi presidente da Argentina três vezes. Peña (2012, p. 483)²⁴ afirma que Perón

concediendo mejoras a la clase obrera se ganó su confianza, y en ella encontró un respaldo cada vez más sólido y entusiasta contra la burguesía argentina y el imperialismo norteamericano²⁵.

O peronismo supõe o desenvolvimento de uma cultura de valorização do trabalhador e de defesa de seus direitos. Em uma entrevista ao *Clarín*, em 1998, a socióloga Maristella Svampa respondeu à pergunta “¿qué significa hoy ser peronista?”²⁶, comparando o que significou o peronismo no passado e o que ele passou a representar mais recentemente:

En el pasado, para los sectores populares ser peronista significó la posibilidad de su integración social y económica, y un protagonismo que hoy ya no tienen. Hoy significa cada vez menos. Y el peronismo se instala en la vida privada, no pública, como el lenguaje a través del

²³ Tradução nossa: Teve que prometer que não pretendia exercer o poder além dessa data, descartando uma eventual candidatura

²⁴ A edição é de 2012, porém, como Milcíades Peña faleceu em 1965, estudou o peronismo até essa data.

²⁵ Tradução nossa: Concedendo melhoras à classe trabalhadora ganhou sua confiança, e nela encontrou um respaldo cada vez mais sólido e entusiasta contra a burguesia argentina e o imperialismo norte-americano

²⁶ Tradução nossa: O que significa ser peronista hoje?

cual se expresa de modo muy desnudo el anhelo de una dignidad y una igualdad que ya no poseen²⁷. (CLARÍN, 1998, s.p.)

A ideia da socióloga é que hoje o peronismo representaria algo que tem a ver com dignidade e igualdade, não mais com o protagonismo de setores populares. Entendemos que o peronismo é um movimento político complexo e que tem um caráter contraditório: setores com ideologias e interesses contrapostos se identificam com o peronismo. Na mesma entrevista, Svampa destaca que

[...] el peronismo se define en relación con tres cosas fundamentales: el rol del líder, el llamado o la presencia del sujeto popular y la afirmación de un modelo de integración social o un modelo nacional popular, depende de dónde ponga el acento el militante²⁸. (CLARÍN, 1998, s.p.)

Com o momento político que se apresentava em 2001 e com o grito de “que se vayan todos”, os partidos perderam força e passaram a ser vistos pelo povo como parte do problema. Em 2003, Néstor Kirchner e Carlos Menem foram para o segundo turno das eleições e Kirchner foi eleito presidente após Menem anunciar a desistência de sua candidatura. Kirchner – que havia sido governador da província de Santa Cruz duas vezes, mas ainda não era uma figura muito conhecida na política nacional – chegou ao poder com 22% dos votos. Segundo Álvarez (2007, p. 14),

El liderazgo de Kirchner surge de las negativas o fracasos de otras candidaturas (Reutemann, De la Sota, Solá), con un grado de accidentalidad difícil de identificar en otros momentos de la historia argentina reciente²⁹.

²⁷ Tradução nossa: No passado, para os setores populares ser peronista significou a possibilidade de integração social e econômica, e um protagonismo que hoje já não têm. Hoje significa cada vez menos. E o peronismo se instala na vida privada, não pública, como a linguagem através da qual se expressa de modo muito evidente o anseio de uma dignidade e uma igualdade que já não possuem

²⁸ Tradução nossa: O peronismo se define em relação a três coisas fundamentais: o papel do líder, o chamado ou presença do sujeito popular e a afirmação de um modelo de integração social ou um modelo nacional popular, depende de onde o militante coloque ênfase

²⁹ Tradução nossa: A liderança de Kirchner surge das negativas ou fracassos de outras candidaturas, com um grau de accidentalidade difícil de identificar em outros momentos da história da Argentina.

Kirchner foi, gradativamente, identificando seu governo com a memória da esquerda peronista da década de 1970. Nesse sentido, Dagatti (2013, p. 91) afirma que “la discursividad kirchnerista ejecuta una superposición entre las consignas de la militancia setentista y ciertos postulados inherentes al liberalismo político”³⁰.

Para Balsa (2013, p. 29), “el kirchnerismo se presenta como novedad, más allá de que muchos de sus integrantes tengan larga historia en la política argentina”³¹. Raiter (2013) questiona se já seria possível tratar de uma lógica discursiva kirchnerista e faz uma série de observações sobre os discursos dos Kirchners:

No existen identificaciones constantes: alaba a empresarios y ataca a empresarios. Según la ocasión, afirma su amistad o critica a otros países, defiende o ataca al sindicalismo, da clases doctrinarias o recurre a conocimientos del sentido común, alaba al parlamento o lo critica. (RAITER, 2013, p. 141)³²

Com o kirchnerismo, houve uma tentativa de atender a demandas de segmentos da sociedade até então esquecidos, mas sem romper com práticas neoliberalistas. Balsa (2013, p. 31) explica o apelo ao povo presente no discurso kirchnerista:

El kirchnerismo ha procurado conjugar (o al menos yuxtaponer), la apelación al ‘pueblo’ del populismo clásico, con una interpelación a nuevos actores, con novedosas demandas-derechos (feminismo, movimientos homosexuales, indígenas, desocupados, hinchas/espectadores televisivos de fútbol, comunicadores comunitarios, etc.). El resultado fue un pueblo mucho más plural, y menos esencialista que el del populismo clásico.³³

³⁰ Tradução nossa: A discursividade kirchnerista executa uma sobreposição entre os slogans da militância dos anos 70 e alguns postulados do liberalismo político

³¹ Tradução nossa: O kirchnerismo se apresenta como uma novidade, apesar de que muitos dos seus integrantes tenham uma longa história na política da Argentina

³² Tradução nossa: Não existem identificadores constantes: exalta empresários e ataca empresários. Dependendo da ocasião, reforça amizade ou crítica a outros países, defende ou ataca o sindicalismo, dá aulas doutrinárias ou recorre a conhecimentos do senso comum, exalta o parlamento ou o critica.

³³ Tradução nossa: O kirchnerismo buscou conjugar (ou pelo menos justapor), a apelação ao “povo” do populismo clássico, com uma interpelação a novos atores, com novas demandas (feminismo, movimentos homossexuais, indígenas, desempregados, torcedores/espectadores televisivos de futebol, comunicadores comunitários, etc). O resultado foi um povo muito mais plural, e menos essencialista que o do populismo clássico.

O discurso dos Kirchners foi considerado de natureza populista por muitos, mas um populismo diferente, como afirma Balsa na citação anterior, já que tentava atingir diferentes grupos sociais. Néstor Kirchner se manteve presidente até 2007, quando sua esposa, Cristina Fernández de Kirchner venceu as eleições e assumiu a presidência até 2015.

Em 2015, Cristina Kirchner, que já havia cumprido dois mandatos e não poderia se recandidatar, manifestou apoio ao candidato Daniel Scioli. O primeiro turno das eleições ocorreu em 25 de outubro, o segundo, em 22 de novembro, em que Mauricio Macri foi eleito presidente.

Cambiamos é o nome da coligação política que ganhou as eleições presidenciais de 2015 na Argentina. Essa coligação foi conduzida pelo Partido Propuesta Republicana (PRO) e seu dirigente era Mauricio Macri. É importante destacar o papel da Unión Cívica Radical (UCR), que também fez parte da coligação:

PRO es un partido nacido de las cenizas del sistema político en la ciudad de Buenos Aires. Como ningún otro de su tiempo, pudo unir a peronistas y radicales, empresarios y profesionales del mundo de las organizaciones no gubernamentales (ONG), dirigentes de la derecha tradicional y personal político y técnico de pasado progresista. (VOMMARO; MORRESI; BELLOTTI, 2015, p. 16)³⁴

Os mesmos autores da citação anterior descrevem Macri como “un *team leader* que sabe formar equipos con los mejores; combina el conservadurismo católico y el tradicionalismo familiar”³⁵. (VOMMARO; MORRESI; BELLOTTI, 2015, p. 17) Com Macri no poder, houve aprofundamento das políticas neoliberais e retrocesso em conquistas sociais e trabalhistas.

Alguns elementos centrais na campanha de Macri tinham relação com as políticas econômicas com as quais seu partido se identificava. Vommaro, Morresi e Bellotti (2015, p. 178) destacam:

³⁴ Tradução nossa: PRO é um partido político surgido das cinzas do sistema político na cidade de Buenos Aires. Como nenhum outro em seu tempo, conseguiu unir peronistas e radicais, empresários e profissionais do mundo das organizações não governamentais (ONG), dirigentes da direita tradicional e funcionários políticos e técnicos de passado progressista.

³⁵ Tradução nossa: Um team líder que sabe formar equipes com os melhores; combina o conservadorismo católico e o tradicionalismo familiar

La mayoría de los dirigentes de PRO se muestra de acuerdo con dos políticas públicas que se suelen asociar con fuerza al neoliberalismo: la independencia del Banco Central del poder político y la privatización de las empresas públicas.³⁶

Em um estudo no qual analisa o discurso de posse de Mauricio Macri, em 10 de dezembro de 2015, Dagatti (2017) seleciona trechos da fala do presidente e destaca que, nesse discurso, há uma tentativa de mostrar preocupação com o bem-estar da população: “El Estado va a estar donde sea necesario [...] en especial para los que menos tienen”, “no haya argentinos que pasen hambre”, “ningún chico quede desprotegido”³⁷ (DAGATTI, 2017, p.166). O autor pontua que essa preocupação é sobreposta por outra:

Del otro lado, una dimensión activa, orientada menos al cuidado y la protección del conjunto y de las partes que a una operación de ampliación de la economía (por la ocupación de fuerza de trabajo disponible, por el aprovechamiento de ‘los enormes recursos naturales y humanos que tiene la Argentina’)³⁸. (DAGATTI, 2017, p.166)

De acordo com esse estudioso, Macri, em seu discurso, buscou contemplar as necessidades da população, mas deixou muito claro que as demandas econômicas da elite também seriam atendidas, em especial no que dizia respeito às privatizações. Mais especificamente, o discurso de posse de Macri

[...] se orienta a satisfacer de manera simultánea las demandas de transformación económica de las relaciones Estado-mercado, realizadas por ciertos sectores de las elites locales y foráneas, y las demandas de un Estado presente, realizadas por un amplio y heterogéneo conjunto de las fuerzas sociales.³⁹ (DAGATTI, 2007, p.167)

³⁶ Tradução nossa: A maioria dos dirigentes do PRO se mostra de acordo com duas políticas públicas que costumam se associar com força ao neoliberalismo: a independência do Banco Central do poder político e a privatização das empresas públicas.

³⁷ Tradução nossa: “O Estado estará onde for necessário [...] especialmente para os que tem menos”, “Que não haja argentinos passando fome”, “que nenhuma criança fique desprotegida”

³⁸ Tradução nossa: Do outro lado, uma dimensão ativa, orientada menos ao cuidado e a proteção do conjunto e das partes que a uma operação de ampliação da economia (pela ocupação de forças de trabalho disponíveis, pelo aproveitamento dos ‘enormes recursos naturais e humanos que tem a Argentina’)

³⁹ Se orienta a satisfazer de uma maneira simultânea as demandas de transformação econômica das relações Estado-mercado, realizadas por certos setores das elites locais e externas, e as demandas de um Estado presente, realizadas por um amplo e heterogêneo conjunto das forças sociais.

Em meio a uma crise partidária, o PRO se apresentou como algo inovador, mas, na verdade, não trouxe novas figuras ou ideias. Vommaro, Morresi e Bellotti (2015, p. 16) observam que o PRO “se presenta como la fuerza de aquellos que se meten en política, aunque la mitad de sus cuadros proviene de familias politizadas y cuenta con una historia de militancia previa”⁴⁰.

Os mesmos autores, ao refletirem sobre o público ao qual o partido se dirigia, observam que o PRO necessitava “del público, y en especial del ciudadano común, no politizado: hombres y mujeres para los que la política también es una actividad distante. A ellos les habla”⁴¹. (VOMMARO; MORRESI; BELLOTTI, 2015, p. 16-17)

Há uma diferença importante a ser ressaltada entre os governos kirchneristas e o macrismo no que se refere à problemática dos Direitos Humanos. Nos governos kirchneristas, havia preocupação em se fazer justiça pelos crimes cometidos na última ditadura e com o trabalho sobre a memória no período.

Em um texto em que trata do discurso sobre os Direitos Humanos na Argentina, considerando os governos de Alfonsín a Kirchner, Barros (2009, p. 7) faz a seguinte observação:

El Kirchnerismo se presentó como la única fuerza política capaz de encarnar finalmente la lucha por los derechos humanos en la Argentina democrática. Este discurso se constituyó entonces como la representación de aquello que había estado ausente durante esos años de impunidad: es decir como la forma misma de los derechos humanos, vinculados estrechamente a la justicia, a la verdad y a la memoria sobre los crímenes cometidos por la última dictadura militar.

⁴²

Ao assumir a presidência na mesma data em que se celebra o Dia Internacional dos Direitos Humanos, Macri

⁴⁰ Se apresenta como a força daqueles que entram na política, ainda que metade dos seus integrantes vem de famílias politizadas e conta com uma história de militância prévia.

⁴¹ Tradução nossa: Precisa do público, e em especial do cidadão comum, não politizado: homens e mulheres para os quais a política também é uma atividade distante. Falam para essas pessoas.

⁴² Tradução nossa: O kirchnerismo se apresentou como a única força política capaz de encarnar finalmente a luta pelos direitos humanos na Argentina democrática. Este discurso se constituiu então como a representação daquilo que havia estado ausente durante esses anos de impiedade: ou seja, como a mesma forma dos direitos humanos, vinculados estritamente a justiça, à verdade e à memória sobre os crimes cometidos pela última ditadura militar.

[...] no hizo referencia a las políticas de derechos humanos ni contó con la presencia en el recinto de referentes de las organizaciones que habían acompañado las medidas implementadas por las administraciones de Néstor Kirchner (2003-2007) y de Cristina Fernández de Kirchner⁴³ (2007-2015). (BERTOIA, 2016, p.2)

Macri não negou, explicitamente, a necessidade de se julgar todos os envolvidos na última ditadura, porém sempre buscou evidenciar que seu projeto de governo olharia para o futuro, com foco nos problemas atuais da Argentina.

Em janeiro de 2010, quando ainda era chefe de governo, Macri declarou: “yo estoy a favor de que se juzgue absolutamente todo lo que sucedió en el pasado, y que todos aquellos que hayan cometido cualquier tipo de homicidios paguen las consecuencias”⁴⁴. Macri continua: “el PRO ha marcado claramente que su energía, su prioridad, está puesta no en perseguir fantasmas del pasado sino en resolver los problemas del presente que afectan los derechos humanos de la gente que vive hoy actualmente”⁴⁶.

Macri não negava a necessidade de justiça e de preservação da memória, mas buscava se afastar disso focando seu discurso na preocupação com problemas do presente. Na sua campanha eleitoral, esse deslocamento se deu em relação ao tema da segurança.

No marco de 40 anos do golpe de estado de 1976, a Secretaría de Derechos Humanos y Pluralismo Cultural de Nación apresentou uma nova edição do *Nunca Más*, livro confeccionado com base no relatório emitido pela Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas sobre os desaparecimentos ocorridos durante a ditadura. Na nova edição, foi suprimido o prólogo elaborado em 2006, no marco dos 30 anos do golpe. De acordo com Dandan (2016), o

⁴³ Tradução nossa: não se referiu às políticas de direitos humanos nem contou com a presença no recinto de representantes das organizações que haviam acompanhado as medidas implementadas pelas administrações de Néstor Kirchner (2003-2007) e de Cristina Fernández de Kirchner

⁴⁴ Tradução nossa: eu sou a favor de que se julgue absolutamente tudo o que aconteceu no passado, e que todos aqueles que cometeram qualquer tipo de homicídio paguem as consequências.

⁴⁵ CLARIN. Represión: Macri pone paños fríos y en su entorno le pegan a Guelar. 5 jan. 2010. Disponível em: <https://www.pressreader.com/argentina/clarin/20100105/283102770171729>. Acesso em: 26 maio 2020.

⁴⁶ Tradução nossa: o PRO deixou claro que sua energia, sua prioridade, está não em perseguir fantasmas do passado, mas sim em resolver os problemas do presente que afetam os direitos humanos das pessoas que vivem hoje

[...] prólogo de 2006, buscó una filiación del kirchnerismo a la tradición alfonsinista de refundación de la democracia, pero es recordado sobre todo porque buscó corregir la doctrina de los dos demonios que recorría el prólogo original para re-encuadrar la teoría del terrorismo de Estado.⁴⁷

A teoria dos dois demônios, à qual se refere a autora, trata-se de um entendimento sobre o fato de que a violência praticada pelas Forças Armadas argentinas durante a ditadura, de alguma maneira, iguala-se a atos de violência praticados por organizações armadas que lutavam contra o regime.

Como afirmávamos, ao produzir um discurso de quem quer resolver os problemas atuais em vez de se preocupar com o passado, Macri pôs de lado os Direitos Humanos, no que se refere à busca pela justiça em relação aos crimes cometidos, e colocou em seu lugar o problema da segurança, uma das bandeiras de oposição ao kirchnerismo, conforme corroboram Vommaro, Morresi e Bellotti (2015, p. 140), ao tratarem da criação da Polícia Metropolitana:

Macri respondió a la promesa de traspaso de la Policía Federal con la creación de la Policía Metropolitana. Aunque la institución consume muchos recursos, le permite sostener la imagen de un gobierno que se hace cargo del problema de la inseguridad, una de sus banderas en la oposición al kirchnerismo, desde que Juan Carlos Blumberg convocara multitudes en la Plaza de los Dos Congresos, en abril de 2004. Aquellos tiempos, además, le legaron la relación con el rabino Bergman, quien propuso cambiar el Himno Nacional de ‘libertad, libertad, libertad’ a ‘seguridad, seguridad, seguridad’⁴⁸.

A imagem de um governo que se encarregaria do problema da segurança se fez muito muito presente na campanha de Macri. Tendo tratado das forças políticas em jogo na Argentina, chegamos às eleições.

Assim como no Brasil, o sistema eleitoral argentino também teve dois turnos. Na Argentina, há segundo turno caso nenhum dos candidatos atinja mais que 45% dos votos válidos ou 40% com mais de 10 pontos percentuais de diferença sobre o segundo

⁴⁷ Tradução nossa: Prólogo de 2006 procurou uma filiação do Kirchnerismo à tradição alfonsinista de refundação da democracia, mas é lembrado sobretudo porque procurou corrigir a doutrina dos dois demônios presente no prólogo original para reenquadrar a teoria do terrorismo de Estado

⁴⁸ Tradução nossa: Macri respondeu à promessa de transferência da Polícia Federal com a criação da Polícia Metropolitana. Ainda que a instituição consuma muitos recursos, lhe permite sustentar a imagem de um governo que se encarrega do problema da insegurança, uma de suas bandeiras na oposição ao Kirchnerismo ou, desde que Juan Carlos Blumberg convocou multidões na Plaza de los Dos Congresos, em abril de 2004. Aqueles tempos, além disso, lhe deixaram como legado a relação com o rabino Bergman, que propôs mudar o hino nacional de “liberdade, liberdade, liberdade” a “segurança, segurança, segurança”

colocado. Uma importante diferença em relação ao Brasil é que, primeiramente, os candidatos são escolhidos nas Primarias Abiertas, Simultaneas y Obligatorias (PASO).

Em 2015, as PASO foram realizadas em 9 de agosto. Os candidatos escolhidos naquela ocasião disputaram o primeiro turno das eleições em 25 de outubro; o segundo turno ocorreu em 22 de novembro. É válido mencionar que outras forças políticas também disputaram as eleições.

A seguir, apresentamos os candidatos às PASO (Quadro 2) e os candidatos ao primeiro turno das eleições (Quadro 3).

Quadro 2 – Candidatos às PASO – Argentina – 2015

Partido ou Coligação	Candidato(a) à presidência	Candidato(a) à vice-presidência
Frente para la Victoria	Daniel Scioli	Carlos Zannini
Cambiemos	Mauricio Macri	Gabriela Michetti
	Ernesto Sanz	Lucas Llach
	Elisa Carrió	Héctor Flores
Unidos por una Nueva Alternativa	Sergio Massa	Gustavo Sáenz
	José Manuel de la Sota	Claudia Rucci
Progresistas	Margarita Stolbizer	Miguel Ángel Olaviaga
Frente de Izquierda y de los Trabajadores	Nicolás del Caño	Myriam Bregman
	Jorge Altamira	Juan Carlos Giordano
Compromiso Federal	Adolfo Rodríguez Saá	Liliana Negre de Alonso
Frente Popular	Víctor De Gennaro	Evangelina Codoni
	Manuela Castañeira	Jorge Ayala

Movimiento al Socialismo		
MST-Nueva Izquierda	Alejandro Bodart	Vilma Ripoll
Partido Popular	Mauricio Yattah	María Moretta
Movimiento de Acción Vecinal	Raúl Albarracín	Gastón Dib

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 3 – Candidatos à presidência – Argentina – 2015

Coligação	Candidato(a) à presidência	Candidato(a) à vice-presidência
Frente para la Victoria	Daniel Scioli	Carlos Zannini
Cambiamos	Mauricio Macri	Gabriela Michetti
Unidos por una Nueva Alternativa	Sergio Massa	Gustavo Sáenz
Frente de Izquierda y de los Trabajadores	Nicolás del Caño	Myriam Bregman
Progresistas	Margarita Stolbizer	Miguel Ángel Olaviaga
Compromiso Federal	Adolfo Rodríguez Saá	Liliana Negre de Alonso

Fonte: elaborado pela autora.

Os dois quadros anteriores apresentam os candidatos à presidência, vice candidatos e coligações, para que possamos ver como se configurou o panorama das eleições de 2015 na Argentina. A seguir, trazemos os resultados das eleições na Argentina no primeiro e segundo turno, respectivamente:

Figura 4 – Resultado do primeiro turno das eleições presidenciais de 2015 na Argentina

Total País

Presidente y Vicepresidente - Generales - 25 de octubre de 2015

La fórmula Scioli - Zannini, obtiene el triunfo de las elecciones con el 37,08%

Resultados correspondientes a las tres agrupaciones políticas más votadas.

	32.130.853
	ELECTORES INSCRIPTOS
	26.048.446
	TOTAL DE VOTANTES
	25.184.257
	VOTOS POSITIVOS
	664.740
	VOTOS EN BLANCO
	199.449
	VOTOS NULOS

Dirección Nacional Electoral

Fonte: www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2015#7

Figura 5 - Resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2015 na Argentina

Total País

Presidente y Vicepresidente - Segunda Vuelta - 22 de noviembre de 2015

La fórmula **Macri - Michetti**,
obtiene el triunfo de las elecciones con el **51,34%**

Fonte: www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2015#7

Nas seções anteriores, tratamos de alguns aspectos pertinentes ao período das campanhas eleitorais de 2014 no Brasil e de 2015 na Argentina. Apresentamos também o histórico de algumas forças políticas, presentes em ambos os países, importantes para pensarmos o *corpus*.

Na sequência, explicitamos o aporte teórico que nos subsidia na análise que empreendemos mais adiante.

Capítulo III – Fundamentação teórica e Metodologia

Neste capítulo, apresentamos alguns conceitos da AD que nos subsidiam nas análises que empreendemos nos próximos capítulos. Esclarecemos que outros conceitos do mesmo referencial teórico serão apresentados durante as análises. Abordamos particularmente, neste capítulo, o discurso político, foco desta pesquisa, o fenômeno da determinação e, finalmente, discorremos sobre o conceito de Domínio Semântico da Determinação.

3.1 Análise do discurso: conceitos

Iniciamos nossa exposição nesta seção retomando Orlandi, pesquisadora de longa tradição nos estudos da análise do discurso de linha francesa inaugurada nos anos de 1960 por Pêcheux. De acordo com a autora, “o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2009, p.21). Na análise do discurso, buscamos os efeitos de sentido que acontecem no interior de uma formação discursiva específica.

Na introdução da obra *O discurso: estrutura ou acontecimento*, de Pêcheux, Orlandi (2015 [1983], p. 8) discorre sobre a análise do discurso:

A análise de Discurso – quer se a considere como um dispositivo de análise ou como a instauração de novos gestos de leitura – se apresenta com efeito como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise. E isto compreendendo-se o entremeio seja no campo das disciplinas, no da desconstrução, ou mais precisamente no contato do histórico com o linguístico, que constitui a materialidade específica do discurso.

Assim, na análise do discurso de linha francesa, parte-se da materialidade linguística para traçar gestos de leitura ou de interpretação dos enunciados. Pêcheux (2015 [1983]), ao discorrer sobre a descrição e interpretação de enunciados, afirma que

[...] todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso. (PÊCHEUX, 2015 [1983], p. 53)

Em um importante estudo sobre o discurso político, Courtine (2009) trata do discurso comunista endereçado aos cristãos, bem como discute noções de análise do discurso e procedimentos para sua pesquisa. Nos valeremos dessa obra para observar alguns princípios que o pesquisador considera em suas análises, mas antes tratemos de diferenciar as noções de intradiscurso e interdiscurso a partir do que afirma ele:

o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciator se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciator vai dar uma coerência à sua declaração, no que chamaremos, depois de Pêcheux (1975), o *intradiscurso* da sequência discursiva que ele enuncia. (COURTINE, 2009, p.74)

Quando falamos em interdiscurso, referimo-nos a um espaço (utilizando espaço como metáfora) no qual encontramos o que já foi dito, delimitado por regularidades. Nesse “espaço” se constituem os objetos de discurso que serão apropriados pelo sujeito falante; o discurso, por sua vez, é afetado por uma formação discursiva determinada⁴⁹. O pesquisador continua:

É, então, na relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma sequência discursiva produzida por um sujeito enunciator a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior dessa FD que se deve situar os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado-assujeitado como sujeito de seu discurso. (COURTINE, 2009, p.74)

É nessa relação entre interdiscurso e intradiscurso que está a noção de pré-construído. Courtine (2009, p.74) afirma que “um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscurso sob forma de pré-construído, isto é, como se esse elemento já estivesse aí”. É importante destacar, portanto, que

o interdiscurso, enquanto lugar de constituição do pré-construído, fornece os objetos dos quais a enunciação de uma sequência discursiva se apropria, ao mesmo tempo que (ele) atravessa e conecta entre si esses objetos; o interdiscurso funciona, assim, como um *discurso transversal*, a partir do qual se realiza a articulação com o que o sujeito enunciator dá coerência “ao fio do seu discurso”: o intradiscurso de uma sequência discursiva aparece nessa perspectiva

⁴⁹ Neste trabalho, não estamos postulando a hipótese de uma ou várias formações discursivas específicas nos discursos dos presidencialistas para caracterizá-las integralmente, embora reconheçamos que isso seria um foco possível.

como um efeito do interdiscurso sobre si próprio. (COURTINE, 2009, p.75)

Tendo exposto os conceitos de interdiscurso e intradiscurso, vejamos uma série de questionamentos a partir dos quais o autor resume alguns princípios para a sua análise, que podem servir, de fato, para qualquer análise:

O discurso é pensado como uma relação, uma correspondência entre língua e questões que surjam no exterior desta, no que diz respeito a todo discurso concreto: quem fala, qual o sujeito do discurso, e como é possível caracterizar a emergência do sujeito nos discursos? Do que fala o discurso, como identificar dentro dele a existência de temas determinados? Em quais condições, enfim, o discurso é produzido, mas também compreendido e interpretado? Em que medida tais condições inscrevem-se na relação do discurso com a língua? Como o exterior da língua se reflete na organização linguística dos elementos do discurso? (COURTINE, 2009, p. 30)

Essas mesmas perguntas indicadas pelo pesquisador vêm norteando os nossos estudos. Optar por analisar nosso *corpus* com base nos conceitos explorados pela AD nos fez mobilizar uma série de outros saberes e entrar em contato com outras áreas do conhecimento, mas sem abandonar o que mais nos interessa: a materialidade linguística.

Nas análises desenvolvidas, pensamos sobre os discursos, suas materialidades e pré-construídos. Nosso objetivo não é avaliar comparativamente a orientação dos candidatos à presidência, mas observar como, nas falas deles, atuam diferentes regularizações de discursos consolidados, na Argentina e no Brasil, sobre território, fronteiras e imigração, nem sempre controlados pelo programa político de cada um.

Foucault (2014 [1971], p. 66) afirma que a análise do discurso “não desvende a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação”. O autor trabalha a rarefação no discurso a partir de vários princípios, como o princípio da inversão:

[...] lá onde, segundo a tradição, cremos reconhecer a fonte dos discursos, o princípio de sua expansão e de sua continuidade, nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como a do autor, da disciplina, da vontade de verdade, é preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso. (FOUCAULT, 2014 [1971], p. 49)

Outro conceito de que nos valem em nossas análises é o de memória discursiva. Consideramos a memória como aquilo que restabelece os pré-construídos

(PÊCHEUX, 1999, p. 52), bem como o que sustenta cada tomada de palavra (ORLANDI, 2009, p. 31).

Courtine (2009, p. 105-106) afirma que “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”. Seu foco está na memória relacionada ao discurso político:

A existência de uma memória discursiva remete a questões familiares à prática política, como esta que veremos a seguir: do que nos lembramos e como nos lembramos, na luta ideológica, do que convém dizer e não dizer, a partir de uma determinada posição em uma conjuntura dada ao escrever um panfleto, uma moção, uma tomada de posição? Em outras palavras: como o trabalho de uma memória coletiva permite, no interior de uma FD [formação discursiva], a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento desses elementos de saber que são enunciados? (COURTINE, 2009, p. 106)

Em um artigo em que analisa a legislação do Município de Campinas (SP) a respeito do uso e ocupação do espaço urbano no período de 1974 a 2001, Zoppi-Fontana trata do conceito de memória discursiva, que diz respeito ao

[...] espaço dos efeitos de sentido que constituem para o sujeito sua realidade, enquanto representação imaginária (e necessária) da sua relação com o real histórico, no qual ele está inserido [...]. Efeitos dessa memória se manifestam na linearidade do discurso através de diversos funcionamentos das formas linguísticas, que se constituem em índices das filiações históricas a partir das quais o sujeito produz interpretação. (ZOPPI-FONTANA, 2002, p. 178)

É no funcionamento das formas linguísticas que buscamos observar como a memória se materializa e identificar as diferentes filiações históricas presentes nos discursos que analisamos. De acordo com Zoppi-Fontana (2002, p. 178), as falhas da língua e as contradições da história são constitutivas do sentido, pois,

[...] sendo fruto da relação da língua com a história, a memória discursiva é constitutivamente afetada pelas falhas que atravessam a língua e as contradições que estruturam a história, o que se materializa no seu caráter necessariamente lacunar e equívoco.

Outro conceito central em nosso trabalho é o de condições de produção (CP). Orlandi (2009, p. 30) trata das CP em um sentido amplo, em que inclui o “contexto sócio-histórico e ideológico”, ou seja, para entender como certas relações se

estabelecem no discurso, devemos analisar as condições históricas, sociológicas e ideológicas em que foi produzido, levando sempre em conta que o discurso é tomado pelo que já foi dito. A autora explica que as CP são abrangentes, pois

[...] implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. (ORLANDI, 2009, p.40)

Courtine faz uma revisão da noção de CP, de sua origem às transformações pelas quais passou. Destaca o caráter heterogêneo e instável das CP e reflete sobre a constituição do *corpus*, que muito tem a ver com essa noção. Dessa perspectiva, define *corpus* como “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso” (COURTINE, 2009, p.54) e nos mostra claramente a relação que a escolha e constituição do *corpus* têm com a noção de CP.

Sua contribuição também contempla a redefinição da noção de CP com base no conceito de formação discursiva para romper com a concepção psicossocial presente, desde sua origem, e para que as CP não sejam vistas como as circunstâncias de determinado ato de comunicação. Daí a importância de se pensar nas condições sócio-históricas e ideológicas que viabilizaram a produção de determinado discurso, e não só nas circunstâncias em que foi produzido. Rodrigues (2012, p. 30), ao revisar o conceito, afirma que,

[...] a partir das formulações de Pêcheux e Orlandi, podemos perceber que o conceito de condições de produção articula várias noções compreendidas a partir do ponto de vista da AD, entre as quais destacamos formação social, formação ideológica, posição, antecipações e formações imaginárias.

Na análise que empreendemos, pensamos sempre nas CP, pois as relações estabelecidas no discurso se produzem em virtude de fatores sociais, históricos e ideológicos que agem sobre ele. Destacamos que a materialidade linguística tem especial importância neste estudo, pois o

[...] discurso, como objeto, deve ser pensado em sua especificidade. A adoção de um ponto de vista especificamente discursivo deve evitar,

se é verdade que no discurso se estabelece uma determinada relação entre o linguístico e o ideológico, reduzir o discurso à análise da língua ou dissolvê-lo no trabalho histórico sobre as ideologias; porém, deve levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio, isto é, produzir a seu respeito propostas teóricas. (COURTINE, 2009, p.31)

Considerando que abordamos o discurso político de presidentiáveis no Brasil e na Argentina, destacamos o ponto de vista de Fanjul (2017) acerca da inter-relação entre aspectos linguísticos e socio-históricos, a qual deve ser considerada na análise discursiva. Segundo o autor, entre

[...] os níveis de funcionamento da linguagem verbal, a ordem do discurso, na qual o linguístico se entrelaça com o sócio-histórico, tem sido objeto de alguns estudos específicos que comparam séries discursivas argentinas e brasileiras em campos como a mídia, a música popular e as práticas políticas. Assim, existe hoje, muito favorecido pelos avanços na compreensão comparativa sobre o funcionamento das duas línguas, um espaço de observação para o discurso, e essa emergência põe na ordem do dia problemáticas teóricas e metodológicas, precisamente, sobre a comparabilidade: quais unidades recortar para formar conjuntos comparáveis? Quais categorias de análise para operar com elas? Pode o discurso ser comparado em línguas diferentes? Como intervém a ordem da língua nessa comparação? Como intervém a delimitação nacional e suas identificações, se os itens de comparação estão separados, também, por essas diferenças? (FANJUL, 2017, p. 7)

Nosso estudo ocupa esse espaço de observação do qual fala o pesquisador. Os problemas referentes à comparabilidade, enumerados na citação, são levados em conta no exame dos textos selecionados que compõem o *corpus* desta pesquisa, mesmo porque, estabelecemos uma hipótese em que está inserida a comparação entre discursos produzidos no Brasil e na Argentina.

Courtine (2009, p. 59-60) observa que muitas análises privilegiam “uma perspectiva contrastiva: trata-se de comparar sequências discursivas produzidas por um ou vários locutores a partir de posições homogêneas ou heterogêneas”. Dessa perspectiva, destaca que o método contrastivo é uma consequência da individuação; para isso, explora as noções de “individuação linguística dos grupos sociais e de estudos contrastivos em AD”. (COURTINE, 2009, p.63).

Dada a importância de não se reduzir as relações discursivas a oposições, cabe ressaltar, uma vez mais, a contribuição de Courtine, que tem uma visão crítica do conceito de individuação, como pontuado no excerto a seguir, em que explica que “o par ‘individuação/contraste’ privilegia uma aproximação na qual a inscrição discursiva

das contradições é medida pelo estabelecimento de diferenças, de proximidades ou desvios entre conjunto de discursos cuja individuação é, antes de tudo, postulada” (COURTINE, 2009, p. 65).

Esse autor, ao tratar do trabalho de Ebel e Fiala (1977) sobre discursos xenófobos, observa que o estudo desses discursos no âmbito das práticas linguageiras da formação social suíça leva os pesquisadores a adiantarem que

não são unicamente as diferentes condições de produção que determinam efeitos de sentido diferentes, portanto, mudanças de sentido; são também as condições de circulação dos discursos, seus encontros” (EBEL; FIALA, 1977, p.10, apud COURTINE, 2009, p.67).

Ao abordar a categoria da contradição, Courtine (2009, p. 65) argumenta que

[...] a individuação não é de modo algum um ‘estado inicial’ e, sim, ela própria, um processo contraditório: os efeitos das contradições ideológicas de classe são identificados no próprio interior da ‘unidade’ dos conjuntos de discursos cuja individuação é postulada.

Especificamente sobre o espanhol da Argentina e o português do Brasil, não podemos postular a individuação do discurso político brasileiro e do discurso político argentino como espaços completamente diferentes; faz mais sentido percebê-los por meio dos diferentes elementos e pontos comuns das CP. Nesse sentido, Fanjul (2017, p. 32) observa que na

[...] atualidade do português brasileiro e do espanhol na América do Sul, há espaços de memória parcialmente compartilhados para sequências discursivas em determinados domínios, o que possibilita o funcionamento de pré-construídos e de paráfrases transversais às duas línguas, eventualmente obstaculizados, em diferentes graus, pela especificidade e diferença no que há de sistemático no funcionamento linguístico. Esse embate de diferentes regularidades determina o que denominamos como uma ‘proximidade contraditória’ entre essas línguas, quando observadas no plano do discurso.

Para esclarecer nossa abordagem comparativa, podemos antecipar um fenômeno observado no *corpus* a ser explorado nos próximos capítulos: nos casos analisados de ambos os países, as fronteiras se relacionam ao crime e à violência, um ponto em comum que atravessa as CP dos discursos sobre a fronteira. Contudo, o perigo que emerge no discurso tem relação com diferentes fatores nos dois países: ao passo que, no

Brasil, o foco da preocupação está nas armas e nas drogas que entram no país, na Argentina, o foco está nas pessoas que entram por essas fronteiras.

3.2 O discurso político

Desde as primeiras reflexões que deram início a este estudo, decidimos pela análise do discurso político, que nos permitiria tecer comparações entre as discursividades brasileira e argentina. Depois de observar diversos âmbitos da política dos dois países, notamos que os discursos de candidatos à presidência seriam mais adequados para o desenvolvimento desta pesquisa em virtude de aspectos comuns no âmbito das condições de produção imediatas: ambos os países têm presidentes e havia uma proximidade temporal entre as eleições, como já pontuamos.

Os estudos sobre política podem ser realizados da perspectiva de diferentes ciências ou disciplinas, por exemplo, história, sociologia, antropologia, filosofia, e também da perspectiva dos estudos da linguagem. Em cada um desses âmbitos, adota-se determinada perspectiva de estudo. No nosso caso, como analistas do discurso, baseamo-nos na materialidade linguística.

De acordo com Charaudeau (2015, p. 37), a análise do discurso se questiona sobre “os discursos que tornam possível tanto a emergência de uma racionalidade política quanto a regulação dos fatos políticos”. Foucault (2014 [1971], p. 37) destaca que

[...] os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos, não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.

Para Courtine (2009, p.30), o discurso político é “um objeto de estudo privilegiado da relação da língua com as ideologias”. Nessa direção, Orlandi (2012) apresenta o discurso político como aquele afetado pelo poder e que remete a relações de força. Charaudeau (2015, p. 30), por sua vez, destaca a via dupla do discurso político, decorrente do posicionamento do locutor que, “por um lado, deve convencer todos da pertinência de seu projeto político e, por outro, deve fazer o maior número de cidadãos aderirem a esses valores”.

3.3 Determinação

A determinação ocupa um papel importante nas nossas análises, principalmente no capítulo V, em que abordamos as fronteiras. Indursky (2013) desenvolve uma interessante discussão sobre as diferentes operações da determinação e observa que os

[...] processos de enunciação, no entender de Pêcheux e Fuchs, consistem em uma série de determinações sucessivas, realizadas por mecanismos sintáticos, por meio das quais o enunciado se constitui, colocando o que foi efetivamente dito, e rejeitando o que poderia ter sido dito, mas não o foi, isto é, o não dito. (INDURSKY, 2013, p. 190)

Podemos pensar os processos de determinação de diversas perspectivas. No entanto, para fins deste estudo, adotamos a abordagem da determinação discursiva. De modo a esclarecer de que se trata esse tipo de determinação, valemo-nos da explicação sobre a operação de determinação linguística oferecida por Indursky (2013, p. 214), segundo a qual “os determinantes linguísticos saturam o nome, dando-lhe uma referência atual que o qualifica a ocupar uma posição lexicalmente identificada com um lugar referencial e a exercer funções semânticas e sintáticas no enunciado”. Indursky se refere à atualização referencial de um substantivo por determinantes antepostos, tais como artigos, possessivos, demonstrativos, quantificadores, etc.

Do ponto de vista da análise do discurso, parece insuficiente trabalhar com a determinação linguística, por isso optamos por pensar as operações de determinação considerando a perspectiva discursiva, que nos oferece uma visão mais ampla e aprofundada dos discursos selecionados para análise.

Com efeito, “a determinação discursiva decorre de sucessivas determinações que vão desde o nível linguístico, passam pelo fio do discurso, projetam-se no processo discursivo e afetam as propriedades de um discurso” (INDURSKY, 2013, p. 312). A diferença entre a determinação discursiva e a linguística reside no fato de a primeira, como pontua Indursky (2013, p. 215), envolver “um efeito de sentido onde intervêm conjuntamente fatores sintáticos, semânticos e ideológicos. E daí decorre sua diferença com a concepção linguística de determinação”.

A autora faz um percurso desde a determinação do ponto de vista filosófico, passando pelas gramáticas filosóficas, tradicionais e pela linguística, para chegar à

determinação discursiva, e observa que há, nas gramáticas tradicionais, uma diferença estabelecida entre adjetivos e determinantes:

[...] a gramática tradicional, a exemplo da gramática de Port-Royal e de Soares Barboza, define o adjetivo como palavra que se une ao substantivo para descrever a qualidade do objeto ou do ser designado pelo substantivo, ficando a função de determinar reservada, na gramática tradicional, aos antigos adjetivos determinativos. Acrescente-se a isso o fato de não haver referência, em tais gramáticas, ao processo de determinação. (INDURSKY, 2013, p. 207)

De acordo com o pensamento da pesquisadora, nas gramáticas tradicionais, a função de determinação está reservada a poucas classes de palavras. Essa abordagem é particularmente importante para este estudo, uma vez que nos permite considerar os determinantes de uma perspectiva mais complexa, isto é, como elementos que fazem parte da construção do sentido no discurso.

Antecipamos aqui um caso da série de discursos que somamos ao nosso corpus⁵⁰ para mostrar como podemos analisar os determinantes de uma sequência discursiva. No caso a seguir, que será analisado com mais detalhes no capítulo VII, temos a posição de um deputado ao defender, numa discussão na Câmara, a intervenção militar no Rio de Janeiro⁵¹:

Eu queria fazer um apelo a todos os Deputados, em especial aos Deputados do Rio de Janeiro, que vivem esta realidade: vamos aprovar este decreto, para estabelecer o início da intervenção, que, apesar de todos os problemas, precisamos acompanhar para que dê certo.
É o futuro das nossas crianças, dos nossos netos, das nossas famílias e das pessoas de bem que está em jogo no Rio de Janeiro. (Pedro Paulo, PMDB-RJ)

Na sequência discursiva, o “nós” presente em “nossas crianças”, “nossos netos” e “nossas famílias” é um determinante que trabalha na construção, no discurso, de uma ideia de divisão, que é reforçada pelo sintagma “pessoas de bem”.

⁵⁰ No próximo capítulo explicamos as motivações para a ampliação do corpus e os procedimentos adotados.

⁵¹ O então presidente da República, Michel Temer, em fevereiro de 2018, propôs intervenção militar em favelas no estado do Rio de Janeiro, justificando tal atitude pela constatação da crescente violência observada nos últimos anos na região. Esta sequência discursiva foi extraída de uma sessão extraordinária, em 19 de fevereiro de 2018, na Câmara dos Deputados, sobre o assunto.

Do ponto de vista da determinação linguística, a aparição do determinante possessivo “nossos/nossas” nas três denominações enumeradas indica, por um lado, que há uma determinação definida, como a de todo possessivo, e que o locutor se inclui no recorte referencial.

A abordagem dessa formulação a partir de uma noção de determinação discursiva nos leva a considerar vários outros elementos determinantes no intradiscurso. Em primeiro lugar, o quarto membro da enumeração, “as pessoas de bem”, que orienta claramente e recorta o efeito de referência das “nossas crianças”, “nossos netos” e “nossas famílias”. Nessa enumeração, o intradiscurso se vê afetado por algo do interdiscurso: o objeto “pessoas de bem” está pré-construído nos mesmos discursos que criminalizam a favela e as comunidades sobre as quais está sendo discutida a intervenção militar.

Por isso, outras fórmulas também recorrentes no discurso político, e que talvez seriam dizíveis pelo mesmo parlamentar em condições de produção diferentes, não poderiam entrar nessa enumeração específica (por exemplo, “nossas comunidades”, “nosso povo carente e sofredor”).

O emprego dos possessivos de primeira pessoa do plural deixa claro, portanto, que o que está em jogo é o interesse da classe média, da população branca que vive no Rio de Janeiro: o futuro que interessa é o de “nossas crianças” e não o das crianças da favela que serão diretamente afetadas pela intervenção.

Antecipamos esse caso, que também é analisado no último capítulo, para demonstrar como faremos as análises considerando a determinação discursiva.

3.4 Domínio Semântico da Determinação

O conceito de Domínio Semântico da Determinação (DSD) ocupa um papel central nas nossas análises. Proposto por Guimarães (2004) e retomado pelo mesmo autor (GUIMARÃES, 2007). O pesquisador considera que “a determinação é a relação fundamental para o sentido das expressões linguísticas” (GUIMARÃES; MOLLICA, 2007, p.79), uma vez que

[...] as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo. Ou seja, são relações que se constituem pelo modo como se relacionam com outras num texto, no sentido que dou para texto e que desenvolverei mais à frente. (GUIMARÃES, 2007, p.80)

Pensando nas relações de determinação, os semanticistas adotam o conceito de DSD, e explicam que

[...] um DSD é constituído pela análise das relações de uma palavra com as outras que a determinam em textos em que funciona. Deste modo, podemos dizer o que significa uma palavra num certo texto, num conjunto de textos relacionados por algum critério que os reúna: do mesmo autor, sobre um certo assunto, de um certo momento etc. (GUIMARÃES, 2007, p. 80)

Para explicar o conceito, o autor utiliza o caso da palavra *barraco*. Ao se perguntar o que essa palavra designa, o autor afirma que *barraco*:

Não é o conjunto de todos os objetos que podem ser referidos por expressões referenciais cujo núcleo é barraco. Barraco designa aquilo que é significado por esta palavra, em virtude de sua relação (da palavra) com outras palavras, dada a história de suas enunciações. (GUIMARÃES, 2007, p.81)

Ao analisar uma palavra inserida em uma sequência discursiva, devemos olhar para a relação estabelecida com as outras que compõem a sequência, assim poderemos entender de maneira mais completa o que tal palavra representa dentro do contexto no qual está inserida; não se trata, porém, de não considera-la individualmente, já que o DSD é uma análise feita sobre determinada palavra, conforme explica o autor:

Um DSD é uma análise de uma palavra. Ele representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus especificado (um texto, um conjunto de texto, etc) (GUIMARÃES, 2007, p. 81)

O autor cita o exemplo “as casas e os barracos do bairro mostram que as residências urbanas têm uma grande diferença de qualidade” e afirma que:

Neste caso podemos dizer que as casas e os barracos são “retomados” por totalização por as residências (é o que chamamos de reescritura por totalização). Deste modo podemos dizer que residência determina casa e barraco. Ou seja, casa é residência e barraco é residência. Se

reduzíssemos o problema da determinação a estas relações, poderíamos dizer que o DSD destas palavras é constituído das relações de determinações envolvidas. Vamos representá-lo como segue (os sinais $\vdash$ e $\dashv$ significam determina) (GUIMARÃES, 2007, p.80)

Embora o autor utilize símbolos para apresentar a análise do DSD, em nossas análises não os empregamos, mas levamos em conta o conceito de DSD que ele propõe, qual seja, “o DSD de um nome é o que ele designa” (GUIMARÃES, 2007, p. 82). De modo a elucidar como se dá a aplicação do conceito na análise discursiva, no próximo capítulo, exemplificamos seu emprego por meio do caso 11, que compõe o *corpus*.

Neste capítulo, abordamos a materialidade linguística, as relações com o interdiscurso e o intradiscurso, o pré-construído, a memória discursiva e as condições de produção, elementos que nos servem de base para nossa análise. Além desses elementos, discorreremos sobre a determinação e sobre o conceito de domínio semântico da determinação, que será retomado no capítulo V, em que exploramos o emprego discursivo dos termos *fronteira/frontera(s)*.

Dando sequência à nossa exposição, apresentamos o *corpus* selecionado e os procedimentos de análise.

Capítulo IV – Constituição do *corpus* e procedimentos de análise

Neste capítulo, dedicamo-nos a descrever o *corpus* de nossa pesquisa, considerando sua constituição e as condições de produção. Para isso, inicialmente, tratamos da noção de *corpus* discursivo com base nas reflexões de Courtine (2009).

Em seguida, detalhamos como se deu a escolha e a constituição do *corpus* e como será apresentado nesta tese. Além disso, explicitamos os critérios adotados para incluir nas análises discursos que não compõem o *corpus* principal, mas que nos ajudam nas reflexões sobre fronteiras e imigrantes.

Posteriormente, apresentamos a quantificação dos dados do *corpus*. Embora este seja um trabalho qualitativo, a quantificação nos fornece pistas para a análise comparativa desenvolvida nos próximos capítulos. Por fim, expomos os procedimentos de análise por nós empregados.

4.1 A noção de *corpus* discursivo

Para darmos início a esta exposição, tomamos os questionamentos de Courtine (2009, p. 28) a respeito da constituição de um *corpus* discursivo:

Como limitar um espaço discursivo? Como decidir sobre o fechamento de um corpus discursivo, sobre o pertencimento deste ou daquele texto a um corpus? Que forma atribuir a um corpus de discurso que não faça deste um simples corpus de língua? Qual a especificidade de um corpus discursivo que o distingue dos conjuntos de objetos empíricos que o fonólogo ou o gramático manipulam em sua descrição da língua?

No decorrer da referida obra, o autor procede à exposição do *corpus*, à fundamentação teórica e às análises, o que lhe permite chegar a possíveis respostas para tais perguntas. Um caminho, de acordo com o autor, para se pensar nas respostas é considerar a importância da noção de CP do discurso para a constituição de determinado *corpus*, já que as CP funcionam como um filtro, conforme explica o autor: “um filtro que opera por extrações sucessivas: extração de um campo discursivo determinado de um ‘universal do discurso’, extração ou isolamento de sequências discursivas

determinadas, uma vez delimitado o campo discursivo de referência” (COURTINE, 2009, p. 55).

O estudioso define, inicialmente, *corpus* discursivo como “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso” (COURTINE, 2009, p. 54). Depois de propor uma redefinição da noção de CP do discurso, reformula a definição de *corpus*, como segue:

[...] conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo a articulação, o cruzamento, ou a composição de dois planos de determinação:

- O plano de determinação das condições de produção de uma sequência discursiva de referência (cp(sdr));
- O plano de determinação das condições de formação de um processo discursivo no seio de uma formação discursiva de referência (CF(FDR)), caracterizável pelas noções de domínio de memória, domínio de atualidade, domínio de antecipação {DMem, DAct, DAnt}. (COURTINE, 2009, p.114-115)

Os questionamentos citados permitiram-nos proceder à constituição do *corpus*, e nos mostraram a possibilidade de ampliar este corpus incorporando discursos que em um primeiro momento não fariam parte dele, mas com os quais encontramos relações interdiscursivas, quer como domínio de memória ou de antecipação.

4.2 Constituição do *corpus*

O *corpus* principal desta pesquisa, transcrito no Anexo A e B, é formado por sequências discursivas produzidas em sincronia e por vários interlocutores: no Brasil, as falas dos candidatos à presidência em 2014; na Argentina, as falas dos candidatos à presidência em 2015.

Desde o início de nosso projeto, tínhamos claro que um de nossos objetivos seria comparar as discursividades brasileira e argentina. Para que fosse possível contrastar ideias e posições, centramos nossa investigação no processo eleitoral, momento de embate, de confronto entre discursos. Nesse sentido, é importante destacar o ponto de vista de Charaudeau (2015, p. 79) acerca da relação entre política, discurso e persuasão, a qual permeia os processos eleitorais:

[...] sendo a política um domínio de prática social em que se enfrentam relações de força simbólicas para a conquista e a gestão de um poder, ela só pode ser exercida na condição mínima de ser fundada sobre uma legitimidade adquirida e atribuída. Mas isso não é suficiente, pois o sujeito político deve também se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos de que ele partilha certos valores. É o que coloca a instância política na perspectiva de ter que articular opiniões a fim de estabelecer um consenso. Ela deve, portanto, fazer prova de persuasão para desempenhar esse duplo papel de representante e de fiador do bem-estar social. (CHARAUDEAU, 2015, p. 79)

Entendemos a eleição como um dos momentos nos quais a persuasão e a articulação de opiniões às quais se refere o autor se fazem presentes e se mostram relevantes para o enfrentamento entre candidatos. Nesse discurso, que é um local de embate, acreditamos que as posições e opiniões sobressaíam.

Para constituir o *corpus* desta pesquisa buscamos, inicialmente, declarações nas quais havia a ocorrência dos termos fronteira/frontera(s). No entanto, sentimos necessidade de ampliar nossa busca. Diante disso, chegamos aos objetos discursivos que nos permitiram constituir o *corpus*: fronteira/frontera(s), imigrante/inmigrante(s), imigração/inmigración, estrangeiro/extranjero(s). Esclarecemos que nosso intuito não era analisar esses termos individualmente, mas sim como parte de uma sequência discursiva.

A escolha dos referidos objetos de discurso deu-se por dois motivos principais. Primeiro, porque nos interessava selecionar temas não considerados centrais nas falas dos candidatos. Dessa perspectiva, no que se refere a imigração e fronteira, estes não eram temas centrais nos discursos dos candidatos, mas geralmente surgiam quando se falava sobre segurança. Assim, partimos do pressuposto de que, possivelmente, as falas sofriam menos monitoramento por parte do falante, por isso poderiam revelar determinados imaginários. Segundo, por conta da relevância do recente movimento migratório observado em países da América Latina.

Mesmo não se tratando de um tema central nas campanhas eleitorais, acreditávamos que, dado o contexto atual, identificaríamos muitos momentos em que os candidatos abordariam esses temas. Ao observarmos o *corpus*, isso não se confirmou: deparamo-nos com uma quantidade de falas sobre fronteira e imigração muito menor do que esperávamos. Diante disso, consideramos tratar dessa baixa ocorrência como um elemento constitutivo do sentido que se constrói sobre esses assuntos, um silêncio importante para pensarmos aspectos do discurso político eleitoral nos dois países.

A fim de compor o *corpus*, assistimos a debates presidenciais (muito mais comuns no Brasil) e programas de TV nos quais os candidatos foram entrevistados, além disso, ouvimos programas de rádio que apresentaram entrevistas com os candidatos. Consideramos, ainda, declarações dos presidencialistas, citadas entre aspas, publicadas em reportagens jornalísticas. Sempre que possível, verificamos a veracidade de tais declarações, procurando, por exemplo, a fala do candidato na fonte mencionada na reportagem. Nos casos em que não foi possível verificar a veracidade, a declaração foi descartada.

Assim, o *corpus* é composto por transcrições das falas dos presidencialistas do Brasil e da Argentina produzidas entre 2014 e 2015 e veiculadas em diversos meios, como televisão, rádio, jornais e revistas, bem como por transcrições dos discursos realizados em visitas dos candidatos durante as respectivas campanhas eleitorais. Todas essas manifestações discursivas inserem-se em uma mesma atividade, a política, e situam-se em um momento específico, o de campanha eleitoral.

4.2.1 Apresentação das transcrições

Nas transcrições que apresentamos no Anexo A e no Anexo B, ordenamos cronologicamente as falas dos presidentes, as quais chamamos de “casos”; estes foram identificados por meio de um número, do nome do candidato e de seu partido. Adotamos esse procedimento para facilitar a localização de determinada fala no referido anexo, já que, pode ser necessário considerar um contexto maior, não apresentado ao longo de uma análise.

Nas referências de cada caso, no decorrer das análises, indicamos o nome do candidato, a data da fala e a fonte, respeitando a denominação pela qual o candidato se apresenta. Quando há sobrenome, utilizamos a forma “SOBRENOME, nome”, como em “NEVES, Aécio”. Quando não, mantemos o nome pelo qual o candidato se apresenta, como em Eduardo Jorge, e o título, como em Pastor Everaldo. Havendo mais de um caso do mesmo candidato, utilizamos letras no final da designação, de forma a também facilitar a localização nos Anexos A e B. Vejamos um exemplo:

Caso 1 - Levy Fidelix - PRTB (a)

o Brasil colocou goela adentro do Brasil 8 mil médicos cubanos investindo 500 milhões de reais e agora quer trazer mais 8 mil, mas 500 milhões, ou seja, 1 bilhão pros cofres do nosso grande líder, entre aspas, hein? Aquele cubano, aquele senhor lá que gosta muito de mamar nas tetas do Brasil porque recebe dinheiro, Castro, el Castro, dos irmãos Castro, recebe dinheiro pra financiar portos [...] vamos deixar de brigar com o Conselho (de Medicina) que está correto porque está defendendo a brasilidade, defendendo o Brasil, os nossos interesses maiores. Ficar dando emprego pra **estrangeiro**, me desculpe, mas está errado.

FIDELIX, Levy (2014)⁵²

4.3 Ampliando o *corpus*

Ao longo das análises que realizamos, notamos a necessidade de ampliar o nosso *corpus* para dar conta de aprofundar nossas reflexões sobre as diferentes maneiras de representar os imigrantes e sobre a relação entre vulnerabilidade social e criminalidade. Com base no que analisamos inicialmente, formamos, de modo gradativo, um conjunto de outros discursos, de diferentes épocas e produzidos por diferentes sujeitos (não mais só os candidatos); discursos que, de certa forma, relacionavam-se a alguns dos casos que estávamos examinando. Os casos provenientes dessa nova série que formamos estão presentes ao longo das análises e, por uma questão de facilitar a organização, não têm a mesma designação nem constam nos Anexos A e B: aparecem integralmente no corpo do texto.

No Capítulo VII, por exemplo, apresentamos discursos de deputados na Câmara, produzidos em um momento de discussão sobre intervenção militar no Rio de Janeiro, porque se falava sobre violência e vulnerabilidade social, temas que abordamos nesse capítulo. Outro exemplo diz respeito à declaração xenófoba de um político argentino que não era presidenciável. Essa manifestação, muito polêmica, foi retomada por candidatos argentinos em suas falas, que constam em nosso *corpus*.

Para explicar por que optamos por considerar os casos dessa espécie, que passaram a compor o *corpus*, voltemos a Courtine (2009, p. 107), que apresenta uma

Programa do canal do candidato no YouTube, 6 de março de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5NY05CUXXos>. Acesso em: 10 fev. 2017.

seção na qual propõe a redefinição da noção de CP do discurso, buscando “formular uma concepção especificamente discursiva da constituição de um corpus”.

O autor destaca que sua pretensão não é prescrever o modo ideal de se construir um *corpus* discursivo político, mas sim discutir as questões que envolvem a constituição de um *corpus*. Ressaltamos também que não temos o intuito de aplicar todas as reflexões de Courtine sobre constituição do *corpus*; interessa-nos a noção de domínios da memória, de atualidade e de antecipação.

O autor explica, primeiro, a importância de se identificar, no *corpus*, uma sequência discursiva de referência (sdr), que define como “uma sequência como ponto de referência, a partir do qual o conjunto dos elementos do corpus receberá sua organização” (COURTINE, 2009, p. 107). Em relação à sdr, domínios da memória, da atualidade e da antecipação, o pesquisador esclarece:

Estas noções são relativas à escolha de uma sequência discursiva dada como sdr: não se trata, portanto, de ‘domínios de objetos’ cuja existência poderia ser estabelecida de uma vez por todas, mas de conjuntos de objetos empíricos cuja configuração e limites somente encontram sua definição em relação à determinação das cp de uma sdr no interior de um corpus discursivo dado. Esses domínios não são dados por antecipação, mas devem ser construídos. (COURTINE, 2009, p. 111)

O elemento que mais nos interessa é o domínio da memória, que nos permite identificar pré-construídos. Segundo Courtine (2009, p. 111-112), esse domínio

[...] é construído por um conjunto de sequências discursivas que pré-existem à sdr, no sentido em que algumas formulações determináveis na sequencialização intradiscursiva que a sdr realiza (que nomearemos ‘formulações de referência’) entram com formulações que aparecem nas sequências discursivas do domínio da memória, em redes de formulações a partir das quais serão analisados os efeitos que a enunciação de uma sdr determinada produz no interior de um processo discursivo (efeitos de lembranças, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de denegação do já dito).

O domínio da atualidade é “formado por um conjunto de sequências discursivas que coexistem com a sdr em uma conjuntura histórica determinada” (COURTINE, 2009, p. 112). Já o domínio da antecipação é o “conjunto de sequências discursivas que sucedem à sdr, no sentido em que certas formulações que esta última organiza em seu intradiscorso entretêm, em relação a formulações determinadas no domínio de

antecipação, relações interpretáveis como efeito de antecipação” (COURTINE, 2009, p. 113).

O que o autor desenvolve sobre esses três domínios nos ajuda a pensar uma sequência discursiva de maneira mais completa, inscrita em um processo discursivo mais amplo. Ele ainda esclarece que

[...] não se trata, pois, de ir procurar na sequencialidade de um domínio de memória, de um domínio de atualidade e de um domínio de antecipação a sequência “natural” do antes, do agora, e do depois, mas sim, de nele caracterizar as repetições, as rupturas, os limites e as transformações de um tempo processual. (COURTINE, 2009, p. 111)

Tomamos como referência a ideia defendida pelo estudioso, no sentido de não se pensar o *corpus* como “um conjunto fechado de dados dependente de uma certa organização”, isso implica “que a construção de um corpus discursivo só possa estar perfeitamente acabada ao final do procedimento” (COURTINE, 2009, p. 115). Assim, tratamos dos domínios da memória, da atualidade e da antecipação para justificar o uso dessa série de discursos que acrescentamos ao *corpus*.

4.4 Ocorrências lexicais no *corpus*

Como mencionamos no capítulo anterior, em 2014, Dilma Rousseff foi reeleita presidenta do Brasil, em segundo turno, com 51,64% dos votos. No primeiro turno, realizado em 5 de outubro desse mesmo ano, nenhum dos candidatos atingiu 50% dos votos válidos, então, um segundo turno foi realizado em 26 de outubro. Neste estudo, consideramos os discursos dos candidatos em ambos os turnos. Desses candidatos⁵³, selecionamos discursos de Aécio Neves, Dilma Rousseff, Eduardo Jorge, Levy Fidelix, Pastor Everaldo e Luciana Genro, que somam 14 casos.

Em 2015, na Argentina, Cristina Kirchner era a presidenta, função que vinha exercendo desde 2007. Como Kirchner não podia mais se candidatar, apoiou o candidato Daniel Scioli. Consideramos os discursos dos candidatos nas PASO e nas eleições. Desses candidatos⁵⁴, selecionamos discursos de Rodriguez Saá, Daniel Scioli,

⁵³ A relação de candidatos está no capítulo II, p. 45.

⁵⁴ A relação de candidatos está no capítulo II, p. 60.

Margarita Stolbizer, Mauricio Macri, Nicolás del Caño, Sergio Massa, Jorge Altamira, Ernesto Saz e Elisa Carrió, que somam 18 casos.

Mesmo este estudo não sendo de caráter quantitativo, apresentamos, a seguir, uma tabela com a quantidade de ocorrência dos termos *fronteira/frontera(s)*, *imigração/inmigración*; *imigrante/inmigrante(s)*, *estrangeiro/extranjero(s)* e *gentilícios*, os quais nos orientam na seleção das sequências discursivas que compõem nosso *corpus*.

Tabela 5 – Quantidade de ocorrência de termos

Termos	Brasil	Argentina
Fronteira/frontera(s)	17	16
Imigração/inmigración; Imigrante/inmigrante(s)	1	4
Estrangeiro/extranjero	2	4
Gentilícios	4	0

Fonte: elaborada pela autora.

Ao identificar e quantificar a ocorrência dos termos *fronteira/frontera(s)* no *corpus* brasileiro e compará-lo com o *corpus* argentino, constatamos que, no Brasil, é maior a ocorrência desse termo. Na Argentina, por sua vez, há o predomínio de discursos sobre imigrantes, aspecto que também constatamos com base nesses dados.

Em virtude da emergência da discussão sobre a mobilidade, sobretudo, a partir do recente fluxo migratório, acreditávamos que haveria maior ocorrência desses objetos discursivos nas falas dos candidatos. Decerto não podemos afirmar que esgotamos as ocorrências e que o apresentado aqui se refere, seguramente, a tudo o que disseram os candidatos.

Como não temos interesse no aspecto quantitativo, não consideramos um problema a baixa ocorrência dos objetos discursivos selecionados para análise nem o fato de que nossa pesquisa possa ter deixado passar algumas menções a esses objetos. A baixa ocorrência interessa-nos, de fato, como constitutiva do sentido que se constrói nesses discursos. Nessa direção, tratamos do apagamento e do processo de silenciamento sobre a temática que abordamos nesta tese.

4.5 Procedimentos de análise

Guilhaumou e Maldidier (1994, p.168), em texto no qual refletem sobre o arquivo, retomam o termo *co-texto*, utilizado por um dos autores (GUILHAUMOU, 1978) em pesquisas anteriores, e afirmam que “denominamos ‘co-texto’ o conjunto de enunciados que determinam a visualização mais ampla do tema estudado e, que ao mesmo tempo, permite enxergar as recorrências linguísticas”. Os autores continuam: “à análise do trajeto temático corresponde um procedimento essencialmente de compreensão. Já o momento do co-texto introduz a possibilidade de construir um objeto discursivo: a compreensão dá lugar à extensão”. (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1994, p.168)

Para fins de análise, consideramos todo o conjunto de enunciados que compõe os casos do *corpus*, mantendo foco nos objetos discursivos selecionados – fronteira/frontera(s), imigrante/inmigrante(s), estrangeiro/extranjero(s) e gentilícios – e tomando como base as diferentes maneiras de se determinar esses termos, já que, como afirma Guimarães (2007, p.79), “a determinação é a relação fundamental para o sentido das expressões linguísticas”. De maneira a exemplificar os procedimentos de análise que adotamos, tomamos um caso do *corpus*:

E se formos observar a dificuldade que as forças armadas possuem hoje em defender nossas **fronteiras** é muito preocupante, porque temos aí o narcotráfico, temos aí os países bolivarianos nas **fronteiras** que a qualquer momento podem sim atacarem as nossas **fronteiras**, invadirem. (Caso 11 - Levy Fidelix PRTB (c))

Pensando no DSD (GUIMARÃES, 2007), conceito que trabalhamos no capítulo anterior, notamos que, no excerto apresentado, o termo *fronteiras* está relacionado às palavras *narcotráfico*, *defender*, *bolivarianos*, que constroem a ideia de

fronteira como lugar do perigo. *Fronteiras* está determinado pelo possessivo *nossas*, determinante recorrente no *corpus* e que será examinado no próximo capítulo.

Nesse caso, o termo *fronteira* é central para a análise; o dêitico *aí* refere-se aos países que estão na fronteira, considerados como ameaça, já que podem atacar e invadir. Para o enunciador, é nas fronteiras que estão o narcotráfico e os países caracterizados como “inimigos”. Esses países se relacionam, segundo o discurso do candidato, ao narcotráfico, às guerrilhas e a uma possível invasão.

Diante do que expusemos, consideramos que as contribuições de Courtine (2009) nos ajudaram na reflexão sobre a constituição do *corpus* deste estudo e sobre como apresentá-lo. Além disso, permitiu-nos justificar a decisão de considerar um *corpus* ampliado, que nos oferece possibilidades adicionais de análise.

Buscamos esclarecer, ainda, como se apresentam o *corpus* da pesquisa e os procedimentos de análise, a fim de elucidarmos a forma como abordamos os objetos discursivos nos capítulos seguintes.

Capítulo V – Fronteira/frontera(s)

Neste capítulo, procedemos à análise propriamente dita do *corpus* selecionado, considerando os diferentes modos de determinar, de uma perspectiva discursiva, os termos fronteira/frontera(s).

É importante notar a amplitude da noção de fronteira, que envolve vários âmbitos. De acordo com Santos (2006, p. 180), “as fronteiras são um fato econômico, financeiro, fiscal, diplomático, militar, além de político”, característica que consideramos na abordagem de suas representações expressas nos enunciados analisados, elaborados em certas condições de produção e nos quais estão presentes os imaginários.

Cabe mencionar que, neste capítulo, a análise está mais centrada nos casos do Brasil. No próximo capítulo, privilegiamos, sobretudo, os casos da Argentina. Essa divisão não figura como mera opção nossa, antes, é reveladora de como o *corpus* foi se mostrando ao longo do processo analítico.

O exame atento dos enunciados nos levou a organizar nossa exposição da seguinte forma: iniciamos com a abordagem da relação entre as fronteiras com a criminalidade, permeada por imaginários vigentes no Brasil e na Argentina; depois, analisamos os diferentes modos de determinar as fronteiras, considerando o emprego de possessivos, adjetivos e artigos; por fim, discutimos o emprego dos verbos “cuidar” e “controlar”, quando associados ao tema das fronteiras, e retomamos a hipótese do trabalho.

5.1 Relação fronteira *versus* criminalidade

Nossa primeira constatação ao examinar o *corpus* foi a existência de uma relação entre as fronteiras e a criminalidade, como podemos notar no seguinte excerto:

estuvimos recorriendo un paso fronterizo viendo un poco la dificultad que significa muchas veces cuidar la frontera. Hemos pedido la posibilidad de que el Ejército colabore con la

Gendarmería en el cuidado de nuestra frontera para que los delitos que todos sabemos que muchas veces pasan de un país al otro, delitos vinculados al narcotráfico, delitos vinculados a la Trata de Personas, delitos vinculados al contrabando, encuentren un límite en el cuidado de nuestra frontera (Caso 22 – Sergio Massa (b))

Esta sequência discursiva, a primeira da série que analisamos, é de Sergio Massa, candidato à presidência da Argentina. O tema é a fronteira, na sequência, expresso pelos termos *paso fronterizo* e *frontera*. Esses termos estão em evidente associação com a criminalidade, marcada pelo emprego de *Ejército*, *Gendarmería*, *delitos*, *narcotráfico*, *trata de personas* e *contrabando*.

Nesse mesmo discurso, destaca-se a necessidade de *cuidar la frontera*, ação a que estão associados os termos *dificultad* e *límites*. Podemos entender, assim, que as fronteiras são o lugar do crime e que, apesar da dificuldade em cuidar desse espaço, isso é necessário para que a fronteira seja um limite que impeça a criminalidade. Nos casos pertinentes ao *corpus* do Brasil, também há a associação entre fronteira e criminalidade, como podemos observar a seguir:

No meu governo não vai haver a omissão vergonhosa que existe hoje do governo federal em relação à segurança pública. Vamos sim, com responsabilidade, com inteligência, cuidar das nossas **fronteiras** em benefício da população trabalhadora do Acre e de outras regiões do país. Aqui são dois mil quilômetros de **fronteiras** que o Acre tem e que nós precisamos tratar de forma diferente do que vem sendo tratada aqui. (Caso 4 – Aécio Neves – PSDB (b))

No contexto de manifestação desse discurso, o candidato Aécio Neves está no Acre e, por isso, há menção à “população trabalhadora do Acre”, em referência aos sujeitos quem seriam beneficiados com um controle maior das fronteiras. Nessa situação, as fronteiras também são apresentadas como um caso de segurança pública. Ao empregar o adjetivo “trabalhadora”, o candidato restringe a população que será beneficiada pelo controle efetivo da fronteira. Ao restringir ainda mais a população vinculando-a ao “Acre”, fica evidente que pessoas de outras nacionalidades que estão no espaço da fronteira não serão beneficiadas.

Ao mencionar “população trabalhadora do Acre”, o candidato não contempla a noção de “comunidade que vive na fronteira”, deixando emergir o chauvinismo e a visão de quem privilegia apenas parte da população. Em outras palavras, essa restrição

acaba por diferenciar a população trabalhadora de outra não especificada, que não mereceria proteção por parte do Estado; precisamente por não ser especificada, essa outra parcela da população poderia se referir a setores diversos, apontados como alheios à proteção do Estado ou até como inimigos.

De acordo com Orlandi (2009, p. 82), “há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário”. Ao restringir o termo “população” por meio do adjetivo “trabalhadora”, considerando que o PSDB (partido ao qual pertence o candidato) é um partido liberal de direita, entendemos que só determinada parte da população interessa, o que exclui grande parcela da comunidade que sofre com problemas das regiões fronteiriças, aspecto que abordamos mais adiante.

Vejamos mais um caso:

É necessário ajudar os estados. O governo federal investe muito pouco na defesa das nossas **fronteiras** quanto especialmente a tráfico de armas e drogas que vem da Bolívia, do Paraguai, da Venezuela, países inclusive muito amigos, muito hermanos do atual governo. (Caso 8 – Levy Fidelix – PRTB (b))

No trecho, o presidenciável Levy Fidelix afirma que o governo “investe muito pouco na defesa das nossas fronteiras”. É indiscutível que falta investimento nas regiões fronteiriças, mas a escolha do termo “defesa” para mostrar para onde iria o dinheiro investido explicita também o fato de que os discursos vinculados a esse tema sempre remetem ao perigo e à criminalidade. Outros problemas relacionados às fronteiras não são mencionados nos casos que compõem o *corpus*.

No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) junto com o Ministério da Integração Nacional (MI) realizaram, em 2017, estudos sobre as faixas de fronteiras do Brasil. Entre os problemas identificados nesses locais, além daqueles relacionados a tráfico, contrabando e imigração ilegal, o Ipea destaca, por meio de um gráfico (Anexo C), crimes ambientais e desmatamento, questões indígenas, garimpos ilegais e trabalho escravo. Ocorre que, ao mencionar as fronteiras em seus discursos, os presidenciáveis, tanto brasileiros quanto argentinos, não fazem referência a esses outros assuntos. Nesse sentido, entendemos que a não menção a esses temas é significativa, uma vez que segundo Orlandi (2007, p. 12), “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer”.

Ao considerar o discurso dos presidencialistas, a expectativa era de que alguns candidatos se posicionassem em defesa da maior atenção aos problemas fronteiriços, entre os quais os assinalados anteriormente. O fato é que há poucos discursos de candidatos mais progressistas sobre as fronteiras, aspecto que talvez se explique por não se tratar de um tema central nas campanhas presidenciais.

Em prosseguimento à nossa análise, tomamos um discurso mais recente que nos permite examinar aspectos importantes do imaginário sobre as fronteiras.

Em 2017, foi promulgada a Lei de Migração, que regula a entrada e permanência de estrangeiros no Brasil, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro. A nova lei provocou muita discussão, e durante um debate em plenário, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) questionou a parte do texto legal que trata dos direitos de povos indígenas e de populações tradicionais, mais precisamente, a garantia do direito à livre circulação desses grupos em terras tradicionalmente ocupadas, sem considerar as fronteiras criadas depois. Em seu discurso, Caiado mostra preocupação com “escancarar as fronteiras brasileiras” e menciona que há enfraquecimento da polícia nessas regiões:

Nós não podemos confundir gestos de humildade, de solidariedade, de amor ao próximo com escancarar as fronteiras brasileiras, com retirar todas as prerrogativas das polícias de fronteira [...] então, seria melhor se se dissesse: olha, a partir de hoje toda a polícia de fronteira está impedida de identificar quem quer que seja no Brasil. Porque o cidadão diz: eu sou indígena. Qual é a avaliação de se dizer se ele é indígena ou não? Não, mas eu sou de uma população tradicional. Como é que o policial vai dizer se ele é ou não de uma população tradicional?⁵⁵

A segurança das fronteiras não era tema de debate no Plenário no momento da fala do político, mas a discussão surgiu porque a perspectiva que ele apresentou pareceu ter prevalecido sobre os direitos humanos. Em outras palavras, no Brasil, o tema das fronteiras é recorrente quando se trata de segurança quase sempre considerada em relação à preocupação com a defesa e com o fechamento das fronteiras propriamente ditas.

Nos discursos que analisamos neste capítulo, é frequente a preocupação com a defesa do território nacional quando se fala em fronteira, assim como a associação entre

⁵⁵ YOUTUBE. É inaceitável escancarar as fronteiras do Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7kkHQcHhiuM>. Acesso em: 26 mar. 2018.

fronteiras e criminalidade, como já destacamos, aspecto que também podemos constatar no caso a seguir:

Todos nós sabemos que **tráfico de drogas, tráfico de armas** não são responsabilidade dos estados, é responsabilidade da União, e as nossas **fronteiras** infelizmente não vêm tendo a **segurança** e os investimentos prometidos há 4 anos atrás. (Caso 6 – Aécio Neves – PSDB (d))

Ao mencionar tráfico de drogas e armas, referentes à pauta de segurança, o candidato relaciona o problema às fronteiras. Refletimos sobre as fronteiras de uma perspectiva histórica, bem como sobre imaginários que emergem no discurso dos presidenciáveis do Brasil e da Argentina em relação ao território.

5.2 Fronteiras: formação e imaginários

Haesbaert (2007) estuda as diferentes concepções de território e questões sobre mobilidade para chegar ao amplo conceito de desterritorialização, tratando-o, inclusive, como um mito. Ao analisar o poder do Estado em relação às fronteiras, o autor afirma que

[...] é importante destacar este papel contraditório do Estado contemporâneo que, ao mesmo tempo em que libera as fronteiras no sentido da livre circulação de capitais – e mesmo de mercadorias, em muitos casos –, atua num movimento inverso no que diz respeito ao controle da circulação da força de trabalho ou de refugiados políticos, impondo cada vez mais seus ‘muros’ mundo afora para impedir a entrada de imigrantes. (HAESBAERT, 2007, p. 211)

Os “muros” mencionados pelo autor nos parecem muito evidentes quando analisamos o léxico relacionado às fronteiras nos discursos dos presidenciáveis. Vejamos:

E se formos observar a dificuldade que as forças armadas possuem hoje em defender nossas **fronteiras** é muito preocupante, porque temos aí o narcotráfico, temos aí os países bolivarianos nas **fronteiras** que a qualquer momento podem sim atacarem as nossas **fronteiras**, invadirem (Caso 11 – Levy Fidelix PRTB (c))

Las **fronteras** argentinas se han vuelto un colador, narcotraficantes y droga ingresan al país y van desde el norte argentino a Puerto Madero y Nordelta.
(Caso 15 – Elisa Carrió – Cambiemos)

La lucha contra la inseguridad tiene ejes centrales: tolerancia cero al narcotráfico, blindaje total a las **fronteras**. (Caso 28 – Daniel Scioli – Frente para la Victoria (b))

Novamente, a seleção lexical vai no sentido de relacionar as fronteiras ao perigo: narcotráfico, países bolivarianos, atacar, invadir, *narcotraficantes*, *droga*, *inseguridad* e *blindaje*. Percebemos que a preocupação com o fechamento da fronteira chega a ser relacionada com a soberania da nação, como explicitado no caso seguinte:

El narcotráfico se nos mete por las **fronteras** de una forma apabullante que nos hace hasta temer por la soberanía. (Caso 20 – Adolfo Rodríguez Saa – Compromiso Federal(a))

Anderson (2008, p. 32) define a nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”, perspectiva segundo a qual, o poder e a soberania constituem temas importantes dos discursos dos candidatos, sobretudo, quando eles se referem às fronteiras.

O historiador e cientista político estadunidense afirma, ainda, que é possível imaginar “a nação *limitada* porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações” (ANDERSON, 2008, p. 33). Sabemos que, para a formação do imaginário de nação, a territorialidade é sempre muito importante. A respeito disso, Ricupero (2017, p. 30), ao abordar as contribuições da diplomacia para o país, afirma:

Acima de todas essas contribuições, sobressai, em primeiro lugar, o território. A aceitação pacífica e a consolidação jurídica da expansão além da linha de Tordesilhas se deveram essencialmente à energia e à perseverança com que a política externa se devotou sistematicamente à questão até a primeira década do século XX. ‘Território é poder’, frase atribuída ao Barão, pode ser exagero retórico. O território é, no entanto, a condição que torna possível não só o poder, mas a soberania mesma. Traçar no terreno a linha que define onde começa nossa jurisdição e acaba a do vizinho constitui o ato inaugural do relacionamento do país com o mundo. Sua importância não deve ser subestimada. Não é à toa que as guerras no passado e no presente tiveram quase sempre origem em disputas territoriais.

No Brasil, a expansão das fronteiras deu-se no período colonial, quando se estabeleceu a relação entre fronteira e segurança. O autor observa que, mesmo sendo insuficientes os tratados definitivos, “parcela considerável da gigantesca fronteira terrestre do Brasil achava-se esboçada e delineada no final da monarquia”. (RICUPERO, 2017, p. 237)

O Brasil não enfrentou batalhas para demarcar suas fronteiras, o que ocorreu quase sempre de forma pacífica, como pontua Goes Filho (2013, p. 135): “olhando de relance o passado de cinco séculos, pode-se afirmar que sempre houve soluções satisfatórias para os conflitos territoriais que se foram constituindo com o correr do tempo”.

É evidente a importância do espaço na construção da identidade nacional. A grandeza do Brasil já aparece exaltada, por exemplo, no verso “gigante pela própria natureza” do hino nacional, evidente também nos casos do *corpus*, como exemplificado na sequência:

Aqui são **dois mil quilômetros de fronteiras** que o Acre tem.
(Caso 4 - Aécio Neves - PSDB)

nós estamos falando de **mil quilômetros de fronteiras** com a Bolívia. (Caso 5 - Aécio Neves – PSDB)

proteger os nossos **quase 17 mil quilômetros de fronteiras secas**. (Caso 14 - Pastor Everaldo - PSC)

O Brasil faz fronteira com dez países da América do Sul, totalizando 16.885,7 quilômetros⁵⁶. Só não tem fronteiras com o Equador e com o Chile. De acordo com a Lei nº 6.634/79, a fronteira é definida como uma faixa de 150 quilômetros de largura:

Art. 1º. É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira.

⁵⁶ Primeira e segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Disponível em: <http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 22 fev. 2017.

Ao que parece, a vasta extensão territorial é determinante para o Brasil e contribui para a construção de uma imagem de país poderoso, aspecto que é retomado em uma série de discursos. Nessa direção, de acordo com Ricupero (2017, p. 31-32), a

[...] ideia de país resulta de uma construção ideológica. Como dizia Da Vinci sobre a pintura, é ‘una cosa mentale’, isto é, uma obra de espírito. Alguns dos elementos que entraram na composição podem ser escolhidos com o objetivo de disfarçar interesses ou simplesmente nascem de uma complacente idealização do ego coletivo. Mesmo quando o exagero salta aos olhos, a escolha das qualidades que as pessoas atribuem ao próprio povo não é indiferente. Corresponda ou não à verdade objetiva, melhor é ver-se como pacífico, obediente ao direito internacional, moderado e disposto a transigir no relacionamento com os outros do que imaginar-se belicoso e conquistador, orgulhoso da capacidade de submeter e dominar, envaidecido de glória militar.

É fato que o Brasil, em comparação com os países vizinhos, tem grande extensão territorial, aspecto que, assim como outros – receptividade do povo e miscigenação supostamente sem preconceito –, serve para exaltar o país. Chauí (2000), ao abordar a representação dos brasileiros acerca do país e de si mesmos, expõe, entre outras crenças, a crença de que o Brasil

[...] tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor [...]
é um país sem preconceitos (é raro o emprego da expressão mais sofisticada ‘democracia racial’) desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador da raça [...]
é um país acolhedor para os que nele desejam trabalhar [...]. (CHAUÍ, 2000, p. 8)

Ainda de acordo com a filósofa, a representação do Brasil e dos brasileiros permite tanto “crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros”, como “conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater” (CHAUÍ, 2000, p. 7).

Para ilustrar o aspecto das representações, vejamos um caso do *corpus*, em que o então candidato à presidência Aécio Neves responde a uma pergunta sobre a manutenção do programa Mais Médicos⁵⁷ no Brasil, caso ele fosse eleito:

⁵⁷ Mais Médicos é o nome de um programa nacional criado em 2013, no governo de Dilma Rousseff. Seu objetivo era suprir, por meio da vinda de médicos de outros países, em grande parte cubanos, a carência

[...] AÉCIO NEVES: O que eu não permitirei, em primeiro lugar, é que haja discriminação em relação aos médicos cubanos, os médicos estrangeiros são bem-vindos ao Brasil. No nosso governo o Brasil vai criar cursos de qualificação desses médicos para que eles se submetam ao Revalida e vai garantir no entendimento com a força do governo brasileiro que eles recebam a mesma remuneração que eles recebem de médicos de outros países

ENTREVISTADOR: Mas aí o governo cubano tem que concordar, se não concordar aí os médicos cubanos vão [...]

AÉCIO NEVES: Eles vão pra onde? Nós é que temos que concordar com o governo cubano? Não. O governo cubano tem que concordar conosco! **Olha o tamanho do Brasil!** [...]. (Caso 2 – Aécio Neves – PSDB (a))

O candidato começa sua fala com um discurso amigável em relação aos médicos cubanos, no entanto, parece colocar em dúvida a formação desses profissionais quando sugere cursos de capacitação para que eles se submetam ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira (Revalida).

No excerto, o que nos chama a atenção é o segmento “olha o tamanho do Brasil”, que coloca a extensão territorial como um argumento para justificar o poder da nação. Notamos a comparação entre Brasil e Cuba quanto ao tamanho dos países. Levando-se em conta tal aspecto, podemos considerar algumas paráfrases derivadas de tal enunciado:

O Brasil é um país grande.
 O Brasil não é pequeno como Cuba.
 O Brasil é maior que Cuba, por isso pode mandar.
 Se o Brasil é grande, é poderoso.
 Quem é grande manda.
 Cuba não manda nada porque é um país pequeno.
 Cuba tem que ficar calada.
 Cuba tem que obedecer.

Esses enunciados evidenciam que o tamanho do território funciona como argumento de poder, nesse sentido, serve para explicar por que as decisões caberiam ao Brasil. Reforça-se, assim, o lugar de destaque da extensão territorial – utilizando as palavras de Ricupero (2017, p. 31), na “construção ideológica da ideia de país”.

desses profissionais em municípios do interior e nas periferias das grandes cidades. O programa sofreu muitas críticas por parte de médicos brasileiros e, em agosto de 2019, no governo de Bolsonaro, foi encerrado.

Há diversos enunciados que evidenciam o valor do tamanho do Brasil, começando pelo próprio hino nacional, retomado nos cartazes das manifestações de junho de 2013, da qual tratamos ao descrever a conjuntura eleitoral dos países no Capítulo II:

“Gigante pela própria natureza” (Hino nacional)

“O gigante acordou!” (Cartaz das manifestações de junho de 2013)

Chauí (2000, p. 51), ao analisar a obra “Porque me ufano de meu país”, de Afonso Celso, publicada em 1900, afirma que “o primeiro motivo de ufanismo é a grandeza territorial”. Nesse contexto, reproduz os seguintes trechos da obra do autor mineiro:

[...] o Brasil é um mundo [...] sobreleva em tamanho quase todos os países do globo. Quando lhe falecessem outros títulos à precedência – e esses títulos abundam – bastava-lhe a grandeza física. (CELSO, 1900, apud CHAUI, 2000, p. 51)

Na obra de Afonso Celso, percebemos que a extensão do país não é sua única qualidade, mas, sem dúvida, é representada como a mais importante e como algo que compensaria qualquer outra falta. Ainda a esse respeito, a filósofa ressalta:

Qual a função do vasto território? Afonso Celso parece reduzi-la ao motivo de orgulho, porém, o fato de que seja o primeiro motivo, de onde derivarão muitos outros, deve suscitar a pergunta sobre a razão dessa escolha. Ora, vimos há pouco que o liberalismo e a escola histórica alemã (cujas presença se faz sentir no Instituto Histórico e Geográfico com Von Martius) estabeleceram que o princípio da nacionalidade é definido pela extensão territorial. Assim, ao fazer da grandeza do território o primeiro motivo de ufanismo, Afonso Celso está afirmando que preenchemos o requisito da nacionalidade e somos, de fato e de direito, uma nação. (CHAUI, 2000, p. 52)

Chauí explica que, na obra analisada, há um ufanismo da grandeza de nacionalidade estabelecida pelo liberalismo. Rodrigues (2012, p. 269), ao tratar do mito da Ilha-Brasil e do imaginário nacional relacionado à extensão do país, destaca que ao longo do “século XIX, os aspectos relacionados à cultura indígena e à língua geral que

estavam presentes na formação desse imaginário são apagados e prevalece, simplesmente, a importância do ‘território’ enquanto espaço físico”.

Reforça-se, assim, o lugar de destaque que a questão territorial parece ocupar no imaginário dos brasileiros. Tal aspecto tem relação com o que ressalta Magnoli (1997, p. 290):

[...] a mitologia nacional brasileira foi elaborada pelo Império. [...] as condições particulares da monarquia e da escravidão moldaram o discurso identitário, impondo-lhe características ideológicas específicas: o território, não a sociedade, emergiu como traço definidor da nacionalidade.

Antes de tratar da Argentina, retomamos o fato de que as fronteiras sempre foram relacionadas a questões de segurança, e não a espaço de integração ou de mobilidade, conforme nos mostra Baraldi (2014, p. 4):

O Plano estratégico de fronteiras, instituído pelo Decreto 7.496/2011, e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras trabalham com a lógica da fronteira como local privilegiado para o cometimento de crimes [...] a estratégia para o enfrentamento dos crimes passa pela ideia de conter a ameaça, apesar da imensidão das fronteiras brasileiras e da insuficiência de recursos disponíveis para tanto. Nesse âmbito, o discurso integracionista ainda é fraco e a mobilidade de pessoas é associada a todos os tipos de crimes cometidos na fronteira, não somente o tráfico de pessoas, mas de armas e drogas.

O decreto mencionado na citação anterior foi substituído pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que “institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução”. O novo decreto mantém o discurso de controle e segurança do decreto anterior, como podemos constatar no seu artigo 1º: “Fica instituído o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF, para o fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão aos delitos transfronteiriços”. (BRASIL, 2016)

Alexandre Bastos Peixoto, coordenador-geral de programas macrorregionais do Ministério da Integração Nacional (MI), em livro que trata das fronteiras, problematiza as políticas de segurança e defesa:

Mesmo na formulação de políticas de segurança e defesa, estamos procurando defender a nossa fronteira sob a perspectiva do cidadão fronteiriço ou sob a perspectiva dos cidadãos de São Paulo, Rio de

Janeiro ou Brasília? É uma questão para se refletir. Para quem são formuladas as políticas fronteiriças? (PEIXOTO, 2017, p. 56)

Ao examinarmos o *corpus*, a resposta para a questão sobre para quem são pensadas as políticas de fronteiras nos parece evidente: trata-se de um tema de segurança pública. As fronteiras são tratadas unicamente como um espaço que precisa ser protegido e guardado, e essa proteção não leva em conta a população fronteiriça.

Nesta seção, abordamos as fronteiras como uma divisão física, mas reconhecemos que elas vão além do território. De modo a ampliarmos essa percepção, mais adiante, no capítulo VII, tratamos da flexibilização do conceito de fronteira.

5.3 Os diferentes modos de determinar os termos fronteira/frontera(s)

Após a reflexão que desenvolvemos sobre as fronteiras pertencentes a Brasil e Argentina, analisaremos mais detalhadamente os casos do *corpus*, especificamente, os diferentes modos de determinar os termos fronteira/frontera(s), o que nos permite observar como eles são construídos no discurso, por meio do emprego de possessivos, artigos e adjetivos.

5.3.1 O possessivo na construção da determinação

A seguir, apresentamos alguns casos nos quais os possessivos nossa/nossas/nuestra/nuestras exercem um papel relevante na determinação dos termos fronteira/frontera(s):

Eu quero estabelecer, vamos na raiz do problema, uma política de controle das **nossas fronteiras** com a valorização da Polícia Federal e das Forças Armadas. (Caso 10 – Aécio Neves (e))

Estuvimos recorriendo **un paso fronterizo** viendo un poco la dificultad que significa muchas veces cuidar **la frontera**. Hemos pedido la posibilidad de que el ejército colabore con la Gendarmería en el cuidado de **nuestra frontera** para que los delitos que todos sabemos que muchas veces pasan de un país al otro, delitos vinculados al narcotráfico, delitos vinculados a la Trata de Personas, delitos vinculados al contrabando encuentren

un límite en el cuidado de **nuestra frontera**. (Caso 22 – Sergio Massa (b))

A primeira ideia que o emprego do possessivo nos traz é a de posse, da fronteira como algo próprio. Mas a fronteira estaria representada como pertencente a quem? Ao país? Aos governantes? Ao povo de um país? Estes questionamentos nos levam a pensar sobre como é construída a referência de “*nós*”. Esclarecemos que, quando falamos em “*nós*”, consideramos toda a série que se refere à primeira pessoa do plural. Indursky (2013), em seu trabalho sobre o discurso dos militares no regime ditatorial após o golpe de 1964, afirma:

Dado que *nós* designa conjuntos lexicalmente não nomeados, *nós* os entendemos como uma não pessoa discursiva. Ou seja, na interlocução discursiva, a não pessoa discursiva corresponde ao referente lexicalmente não especificado ao qual eu se associa para constituir *nós*. (INDURSKY, 2013, p.82)

No caso de uma campanha política, parece-nos produtivo pensar na referência do pronome *nós* porque diz respeito a um elemento importante nos processos de determinação a que nos propomos estudar e porque pode revelar diferentes posicionamentos. Indursky (2013, p. 92) observa, ao tratar dos diferentes referenciais discursivos de *nós*, que

[...] em suma, *nós* constrói um referencial discursivo muito difuso que permite a instauração não só da indeterminação como também da ambiguidade que decorre do fato de uma mesma forma poder apresentar referentes tão diversos. Essa ambiguidade pode chegar a um grau bastante elevado, quando, em uma mesma sequência discursiva, ocorrem diferentes níveis de *nós*. (INDURSKY, 2013, p. 92)

Há casos nos quais a ambiguidade se instaura em virtude da possível ocorrência de referentes diversos, inclusive em uma mesma sequência discursiva como exemplificado a seguir:

No meu governo não vai haver a omissão vergonhosa que existe hoje do governo federal em relação à segurança pública. Vamos sim, com responsabilidade, com inteligência, cuidar das nossas **fronteiras** em benefício da população trabalhadora do Acre e de outras regiões do país. Aqui são dois mil quilômetros de **fronteiras** que o Acre tem e que nós precisamos tratar de forma

diferente do que vem sendo tratada aqui. (Caso 4 – Aécio Neves (b))

Nessa sequência discursiva, o candidato emprega, de início, a primeira pessoa do singular, “No meu governo”. Logo, passa à primeira pessoa do plural, “vamos”, “nossas fronteiras” e “nós precisamos tratar”. Nesse mesmo discurso, podemos pensar sobre os diferentes referentes para “nós”.

Como no começo de seu discurso, Aécio Neves tenta contrapor o então governo vigente com o governo que faria. Nesse sentido, o emprego do termo “vamos” pode ser entendido como um referente discursivo singular, ou seja, o candidato, como presidente, ou o governo dele, é que cuidaria das fronteiras. Podemos considerar essa mesma relação para o enunciado “nós precisamos tratar”. Se não há uma referência individual ao candidato, também é possível considerar a referência a um conjunto, formado pelo candidato propriamente dito e por seus companheiros de partido, sua equipe.

Já em “nossas fronteiras”, o emprego da primeira pessoa do plural refere-se a candidato + o povo, construção em que Aécio se coloca no lugar de povo, criando uma associação do locutor com seus interlocutores. Esse tipo de uso do pronome *nós* também pode ser observado no seguinte caso:

O governo federal se omite nas suas responsabilidades, sobretudo em relação às nossas fronteiras, aqui nós estamos falando de mil quilômetros de fronteiras com a Bolívia, se omite na transferência de recursos para os estados já que contingencia a maior parte dos fundos, se omite na discussão do processo penal e do código de processo penal coordenada no Congresso Nacional, no Senado, pelo senador Pedro Taques e que ainda permite uma grande sensação de impunidade no Brasil. (Caso 5 – Aécio Neves (c))

A expressão “Nossas fronteiras” aparece novamente na voz de um sujeito que se inclui em um “nós” coletivo. Indursky (2013, p. 159) afirma que “*nós* é uma representação muito produtiva do sujeito político, devido a sua ampla escala referencial. Assim, podemos pensar esse *nós* como elemento de uma construção que cria o efeito de inclusão de todos.

Zoppi-Fontana (1997), em seu estudo sobre o discurso alfonsinista a respeito da modernização, afirma que

[...] um dos principais efeitos do discurso político, como prática simbólica, é trabalhar sobre os mecanismos imaginários de constituição da(s) identidade(s) para produzir a representação de um coletivo de identificação, aparece claramente manifesta a eficácia discursiva do funcionamento da figura do porta-voz: o NÓS *dialogico maximamente inclusivo* que ela produz subsume num mesmo espaço referencial posições de sujeitos eventualmente diferentes, impedindo divisões internas ou separações de todo indistinto que se soma, como não-pessoa discursiva, ao ‘eu’ do locutor para constituir o NÓS *político*. (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 103)

Nesse sentido, o que a pesquisadora destaca é muito importante para pensarmos sobre os objetivos do discurso político e sobre a função do termo *nós* nessas construções. As construções com a primeira pessoa do plural incluem quem ouve, fazem com que o interlocutor se sinta parte de algo. Conforme Zoppi-Fontana (1997) pontua, isso produz um coletivo de identificação. Concluimos esta análise com uma citação de Indursky (2013) sobre os efeitos de sentido produzidos pelo emprego da primeira pessoa do plural no discurso político:

Ressaltamos que nós, ao associar ao *eu* diferentes *não pessoas discursivas*, produz um efeito muito especial que foi descrito por Jacques como ‘um valor performativo porque realiza o que a palavra exprime: afirmar uma palavra comum’. Deslocando tal valor para AD, preferimos tratá-lo como um efeito de sentido performativo. Esse efeito, dominante no espaço discursivo em análise, inscreve no bojo dessa aparente ‘palavra comum’ a socialização do arbítrio. (INDURSKY, 2013, p. 93, grifo no original)

No caso das fronteiras, acreditamos que, a partir do momento em que são dadas como nossas, o que virá na sequência serão propostas ou soluções em relação às quais não cabem dúvidas ou questionamentos, já que são nossas, isto é, do povo brasileiro. Destacamos, assim, uma construção que neutraliza possíveis discordâncias.

5.3.2 O emprego do adjetivo na construção da referência

Ao observarmos as diferentes maneiras de determinar “fronteira” no *corpus*, chamou-nos a atenção alguns adjetivos empregados. Antes de apresentar os casos analisados, explicitamos uma observação de Indursky (2013, p. 212) sobre os adjetivos que funcionam como determinantes:

Constata-se, a partir dessa rápida revisão da literatura, que os linguistas divergem quanto à inclusão ou não do adjetivo no grupo dos determinantes. E tais divergências podem ser mais bem entendidas se observamos que os determinantes sobre os quais há consenso são todos de natureza gramatical, enquanto o adjetivo, categoria geradora de divergência, é de natureza lexical. Se o adjetivo fosse admitido entre os determinantes, haveria uma entidade lexical determinando outra entidade lexical. E isso é um obstáculo.

Embora haja divergência do ponto de vista gramatical sobre a inclusão ou não dos adjetivos no grupo de determinantes, conforme afirma a pesquisadora, consideramos, do ponto de vista discursivo, que o adjetivo tem um papel na construção da determinação em alguns casos do *corpus* que trazemos a seguir:

Las **fronteras argentinas** se han vuelto un colador, narcotraficantes y droga ingresan al país y van desde el norte argentino a Puerto Madero y Nordelta. (Caso 15 – Elisa Carrió – Cambiemos)

Notamos no *corpus* a recorrência do gentílico na construção da determinação de fronteiras como no caso anterior, em “*fronteras argentinas*”. A seguir, o adjetivo “secas” determina os 17 mil quilômetros de fronteiras:

Nosso compromisso com as forças armadas é reequipá-la com equipamentos de última geração, reestabelecer a dignidade do militar com salário digno porque hoje muitos estão indo pra casa porque não têm o que almoçar. Nós vamos ter este compromisso de dar um salário digno, dar condições de desenvolver o seu trabalho, proteger os nossos quase 17 mil quilômetros de **fronteiras** secas e, eu como presidente da república, colocarei um oficial de alta patente como ministro da defesa. (Caso 14 - Pastor Everaldo – PSC)

Neste caso, parece que o adjetivo “secas” reforça a questão territorial da qual já falamos e que é muito evidente nos casos do *corpus* do Brasil, nos quais é recorrente a exaltação do tamanho do território. Isso fica claro também quando o candidato afirma que o Brasil tem 17 mil quilômetros de fronteiras secas. Vejamos mais um exemplo:

Para los narcos esta ha sido una década ganada, tenemos **fronteras** vulnerables, justicia colapsada, fuerzas de seguridad desordenadas y un gobierno indiferente. Todo eso es un cóctel explosivo, ideal para el avance del narcotráfico. Con el

narcotráfico no hay grises, o se lo combate o se lo promueve.
(Caso 18 – Ernesto Sanz – Cambiemos)

Indursky (2013, p. 215) afirma que um adjetivo, do ponto de vista discursivo, pode sim funcionar como determinante já que “um adjetivo justaposto a um substantivo funciona como modificador de sua extensão, contribuindo para ampliar-lhe a compreensão, limitando-lhe a extensão, já que sua referência virtual pode ser por demais genérica”. Nessa direção, devemos considerar, na fala de Ernesto Sanz, a enumeração que faz: “fronteras vulnerables, justicia colapsada, fuerzas de seguridad desordenadas y un gobierno indiferente”. Aqui a questão fronteiriça relaciona-se à necessidade de fortalecer “fuerzas de seguridad”.

5.3.3 Controle e cuidado nas fronteiras

Ao analisar os casos do *corpus*, tanto do Brasil quanto da Argentina, notamos uma ocorrência significativa dos termos “controle” e “cuidado” nas sequências discursivas sobre as fronteiras.

Em português, a primeira acepção do verbo “controlar” presente no dicionário Houaiss (s. d.; s. p.) é “submeter a exame e vigilância estritos; fiscalizar, monitorar”. No caso do verbo “cuidar”, a primeira acepção apresentada no dicionário é “meditar com ponderação; cogitar, pensar, ponderar” (s. d.; s. p.). Contudo, há outra acepção que se assemelha mais ao sentido que poderíamos pensar em uma primeira leitura dos casos do *corpus*, isto é, a de que “cuidar” é sinônimo de “responsabilizar-se por (algo); administrar, tratar, olhar”.

Pensando nas diferenças de sentido passíveis de serem construídas pelo emprego de um ou outro termo e para mostrar suas ocorrências no *corpus*, selecionamos alguns casos. Vejamos a seguir⁵⁸:

Vamos sim, com responsabilidade, com inteligência, **cuidar das nossas fronteiras** em benefício da população trabalhadora do Acre e de outras regiões do país. (Caso 4 – Aécio Neves – PSDB (b))

⁵⁸ As transcrições completas desses casos constam no Anexo A.

Eu quero estabelecer, vamos na raiz do problema, uma política de **controle das nossas fronteiras**. (Caso 10 – Aécio Neves – PSDB (e))

O papel do Exército é garantir a nossa soberania e **cuidar das nossas fronteiras**. (Caso 13 – Luciana Genro – PSOL)

Estamos planteando tres mil drones para **cuidar la frontera**. (Caso 17 – Sergio Massa – Unidos por una Nueva Alternativa (a))

Argentina no tiene **controles en fronteras**, un avión o un barco que sale no es detectado. (Caso 21 – Margarita Stolbizer – Progresistas (a))

Estuvimos recorriendo un paso fronterizo viendo un poco la dificultad que significa muchas veces **cuidar la frontera**. (Caso 22 – Sergio Massa – Unidos por una Nueva Alternativa (b))

Tenemos que volver a **controlar nuestras fronteras** en serio, mandar de vuelta los gendarmes en la frontera. (Caso 23 – Mauricio Macri – Cambiemos (b))

Y tiene que recuperar el **control sobre las fronteras**. (Caso 30 – Mauricio Macri – Cambiemos (c))

Nossa ideia inicial de que diferentes sentidos poderiam ser construídos mediante o emprego desses termos não se sustenta quando os examinamos nas sequências discursivas, já que observamos que tanto o verbo *controlar* quanto o verbo *cuidar* têm relação com um controle que se propõe que seja feito nas fronteiras.

Para Orlandi (2012, p. 151-152), “não há relação direta entre a palavra e a coisa, o que há é a construção discursiva do referente”. Se observarmos o léxico presente nas sequências discursivas em que há ocorrência do verbo “cuidar”, notaremos que o seu DSD se relaciona com a ideia de controlar, no sentido da acepção do dicionário, qual seja, “submeter a exame e vigilância estritos; fiscalizar, monitorar” (HOUAISS, s. d.; s. p.). Vejamos dois dos casos mencionados anteriormente, agora transcritos com maior extensão e com alguns termos destacados:

O papel do **exército** é garantir a nossa **soberania** e **cuidar** das nossas **fronteiras**. Ele foi treinado para a **guerra** e não para tratar com a população. Defendo que polícia tenha papel de proteção, não de violência como vemos nas manifestações e cotidianamente na periferia das grandes cidades. (Caso 13 – Luciana Genro – PSOL)

Estamos planteando tres mil **drones** para **cuidar** la **frontera**, estamos planteando **perpetua** para los **narcotraficantes**, estamos planteando pena similar a la del homicidio para el que vende **drogas** de 8 a 25 años, estamos planteando extensión de dominio, que es que el estado se pueda apropiar de los bienes de los corruptos y de los **narcotraficantes**. (Caso 17 – Sergio Massa – Unidos por una Nueva Alternativa)

Em ambas as sequências discursivas, podemos perceber que as palavras em destaque se relacionam a um controle, a uma necessidade de fiscalização no sentido de vigilância, e não no sentido de se pensar sobre a fronteira e suas necessidades.

Na primeira sequência discursiva (Caso 13), a candidata Luciana Genro, cujo posicionamento político é mais progressista, atribui ao Exército o papel de cuidar das fronteiras, logo em seguida, afirma que o Exército foi treinado para a guerra. De fato, sua fala é sobre a violência com a qual a polícia trata a população, e seu objetivo ao afirmar isso é se posicionar contra a intervenção do Exército em alguns casos. No entanto, o que emerge no discurso é o pré-construído de que a fronteira é um lugar de guerra. Tal afirmação, proferida por uma candidata de linha mais progressista, revela o quão forte é a associação entre fronteiras e noções de crime e defesa.

Na segunda sequência (Caso 17), o tema é a necessidade de aumentar a segurança. O candidato começa falando da fronteira, depois, aborda outros temas, como a condenação de narcotraficantes, que também considera do campo da segurança. Ao dissertar sobre as fronteiras, o candidato amplia o debate incorporando questões sobre drogas e tráfico. Quaisquer outros problemas que digam respeito a fronteira não são mencionados, pois, ao falar dela, parece necessário e inevitável relacioná-la, sobretudo, ao crime.

Além do uso dos verbos “controlar” e “cuidar”, em outros casos analisados, há termos como *defender*, *defesa* ou *blindaje*:

o governo federal investe muito pouco na **defesa das nossas fronteiras**. Caso 8 – Levy Fidelix – PRTB (b)

E se formos observar a dificuldade que as forças armadas possuem hoje em **defender nossas fronteiras** é muito preocupante. Caso 11 – Levy Fidelix – PRTB (c)

La lucha contra la inseguridad tiene ejes centrales: tolerancia cero al narcotráfico, **blindaje total a las fronteras**. Caso 28 – Daniel Scioli – Frente para la victoria (b)

Costumamos nos defender em uma guerra ou de um ataque. Ao empregar os vocábulos “defender” e “defesa”, o autor do enunciado já indica a existência de uma ameaça, o que reforça a ideia de perigo que faz parte da construção da fronteira.

5.4 Fronteira ameaçada: o que entra *versus* quem entra

Ao longo deste capítulo, afirmamos que, nos *corpora* relativos aos dois países, há uma relação entre fronteiras, crime e violência. Ainda nesse sentido, destacamos que as fronteiras são construídas como um lugar a ser controlado, vigiado e protegido. Conforme observamos anteriormente, somos levados a pensar que há algo ou alguém nas fronteiras cuja presença não é desejada. Assim, por meio das análises dos casos centrados na ocorrência dos termos fronteira/frontera(s), podemos identificar diferenças na forma como as fronteiras são construídas nos enunciados.

Na sequência, examinamos alguns casos no *corpus* do Brasil e no da Argentina, alguns já apresentados antes, mas que retomamos aqui, pois são significativos para nossa abordagem:

E se formos observar a dificuldade que as forças armadas possuem hoje em defender nossas **fronteiras** é muito preocupante, porque temos aí o narcotráfico, temos aí os países bolivarianos nas fronteiras que a qualquer momento podem sim atacarem as nossas fronteiras, invadirem. Como já estão fazendo com o narcotráfico, poderão também fazer guerrilhas, isso é muito preocupante. (Caso 11 – Levy Fidelix (c))

Na declaração de Levy Fidelix, o dêitico “aí” refere-se aos países que estão na fronteira, considerados como ameaça, já que podem atacar e invadir o espaço fronteiriço. Para ele, é nas fronteiras que estão o narcotráfico e os países caracterizados como “inimigos”. Esses países se relacionam, segundo o discurso do candidato, ao narcotráfico, às guerrilhas e a uma possível invasão. São, assim, uma ameaça ao Brasil.

Importante para nossa exposição, é a reflexão de Mariani (1996), em obra que trata do discurso jornalístico-político sobre o PCB, de 1922 até 1989, que explicita a associação do termo “comunista” à ideia de inimigo social. A autora ressalta que o

[...] uso da palavra ‘comunismo’ nos jornais, ao longo dos anos, para além de designar uma ideologia partidária, passou a determinar um

sentido que, como já mencionamos, é sempre negativo. Hegemonicamente, a produção de sentidos para ‘comunista’ gira em torno de ‘inimigo’, o outro indesejável. Se o lugar de inimigo já está previamente assinalado no imaginário social, significar o comunismo e os comunistas deste modo possibilita torná-los visíveis, singularizá-los e, assim, deixá-los isolados e sob controle, como todo inimigo deve ficar. (MARIANI, 1996, p.121-122)

Embora a palavra “comunismo” não apareça no Caso 11, a citação revela a ideia de que o inimigo está presente no imaginário da população. A essa ideia podemos relacionar a menção que o candidato faz a “países bolivarianos”, que a qualquer momento, segundo ele, podem atacar e invadir o Brasil. Nosso país nunca foi invadido por uma nação limítrofe, assim, o medo de um inimigo que procedesse dessa forma não se justifica, porém ele reside no imaginário de muitos brasileiros.

No discurso do candidato, embora haja menção à ameaça que outros países representam, não há referência à sua população como uma ameaça, mas há referência a drogas e tráfico como tal. Em outras palavras, o foco do perigo está no que pode entrar no país, por exemplo, drogas. Especificamente nesse caso, também os governos aparecem como ameaça e os perigos que poderiam trazer não estariam relacionado a imigrantes, mas a guerrilhas.

Observemos mais um caso:

Eu quero estabelecer, vamos na raiz do problema, uma política de controle das nossas **fronteiras** com a valorização da Polícia Federal e das Forças Armadas. E a partir disso, uma nova relação com os países produtores de drogas com os quais nós temos **fronteiras**. [...] Nós avançamos muito também na segurança pública. Mas eu quero repetir a minha proposta para a Presidência da República, já que eu sou candidato a Presidente da República. Eu terei uma relação diferente do atual governo com os países produtores de drogas, que fazem vista grossa para a produção de drogas em seu território. A Bolívia produz quatro vezes mais folha de coca do que consome internamente nos seus altiplanos e essa droga é que vem matar gente no Brasil. Portanto, nós vamos ter uma relação ativa, não vamos dar financiamentos a esses países, se eles não fizerem também o dever de casa. (Caso 10 - Aécio Neves – PSDB (e))

O candidato Aécio Neves, por sua vez, menciona as fronteiras brasileiras e esclarece que seu foco está nas fronteiras com a Bolívia. No final, sua fala é sobre a impunidade, relacionando também as fronteiras com a noção de criminalidade.

Ao mencionar as drogas, utilizando-se da expressão “dever de casa”, o candidato coloca a Bolívia em uma posição de inferioridade: dever de casa remete à infância e

quem controla se a criança cumpriu ou não seus deveres é o professor ou os pais, marcando, em ambos os casos, uma posição de domínio e superioridade. Assim, na fala do candidato, o Brasil é representado como país superior, e a Bolívia, como inferior.

No discurso, também é explicitada a preocupação com a entrada de drogas no país. Ao longo das análises do *corpus* do Brasil que empreendemos anteriormente, notamos a mesma preocupação com o que entra no país, mais especificamente, com drogas e armas.

Vejamos, a seguir, como esse aspecto é focalizado em casos que compõem o *corpus* da Argentina:

Las **fronteras** argentinas se han vuelto un colador, narcotraficantes y droga ingresan al país y van desde el norte argentino a Puerto Madero y Nordelta. Es preciso revisar la política migratoria, la falta de controles y los pedidos de asilo de narcos y familiares es imprescindible investigar las vinculaciones políticas, entre ellas la del ex ministro del Interior, ex ministro de Justicia y ex jefe de Gabinete Aníbal Fernández. (Caso 15 – Elisa Carrió – Cambiemos)

No caso apresentado, revela-se também a preocupação com a droga que entra no país. Cabe observar que, antes do emprego da palavra “droga”, temos o vocábulo “narcotraficantes”, igualmente relacionado à fronteira. A candidata expressa a preocupação com aqueles que podem ingressar no país através desses dos espaços fronteiriços, sentimento que fica mais evidente ao observamos a menção à política migratória e aos “pedidos de asilo de narcos y familiares”.

É válido mencionar que o fato de os candidatos argentinos abordarem as questões migratórias ao discursarem sobre o tema das fronteiras foi o que nos fez ampliar nosso recorte neste trabalho. Em um primeiro momento, nossa intenção era nos centrarmos no tema das fronteiras. No entanto, à medida que o *corpus* foi sendo selecionado, percebemos a referência recorrente a imigrantes e estrangeiros. No caso a seguir, além de mencionar o narcotráfico, o candidato contempla a temática “trata de personas”:

Hemos pedido la posibilidad de que el ejército colabore con la Gendarmería en el cuidado de nuestra **frontera** para que los delitos que todos sabemos que muchas veces pasan de un país al otro, delitos vinculados al narcotráfico, delitos vinculados a Trata de Personas, delitos vinculados al contrabando encuentren un límite en el cuidado de nuestra **frontera**. (Caso 22 – Sergio Massa – Unidos por una Nueva Alternativa (b))

Nos casos do *corpus* da Argentina, também as fronteiras são tratadas do ponto de vista da preocupação com a entrada de drogas e armas. No entanto, notamos ser mais comum no discurso de alguns políticos a preocupação com o ingresso de determinados grupos sociais, o que acabou por conduzir, por vezes, a discussão para o campo das questões migratórias.

Identificamos e analisamos, neste capítulo, as ocorrências dos termos *fronteira/frontera(s)*, nos *corpora* de Brasil e Argentina, com base em uma abordagem discursiva, levando-se em conta que a fronteira representa mais que um limite físico entre dois países, pois há imaginários envolvidos nas percepções individuais e condições de produção específicas do discurso sobre as respectivas fronteiras.

Assim, notamos a associação entre fronteira e perigo, aquela, um lugar que deve ser controlado e protegido; este, fruto de diferentes concepções: nos casos do Brasil, o perigo se relaciona a armas e drogas, ao passo que na Argentina, há acréscimo do elemento humano: os imigrantes e estrangeiros. Na sequência de nossa exposição, passamos a refletir sobre como a violência, na Argentina, costuma ser relacionada ao fluxo migratório atual.

Capítulo VI – Imigrante/inmigrante(s) e estrangeiros

Por meio da análise de alguns dos enunciados produzidos pelos presidentiáveis brasileiros e argentinos, discutimos, inicialmente, sobre os processos migratórios e sobre a representação dos imigrantes. Para tanto, abordamos aspectos relacionados à identidade, ao nacionalismo e à crescente xenofobia. Por fim, dedicamo-nos a pensar sobre as diferenças entre as representações acerca do imigrante, no passado e na atualidade, bem como sobre questões migratórias pertinentes ao Brasil e à Argentina.

Cumpre-nos destacar que o tema da imigração foi muito bem trabalhado por Payer (2016) em artigo intitulado “A condição humana de imigrantes à deriva: corpos, línguas e diluição do sujeito”. Em tal produção, a autora discute o ensino de línguas considerando a relação das línguas com a imigração e pensando nas condições de produção de discursos sobre o fluxo migratório do século XXI.

A pesquisadora evidencia “o modo predominante de enunciar a imigração na imprensa, que enfatiza números e expõe imagens denunciando a superpopulação, a precariedade e o abandono de embarcações à deriva no mar mediterrâneo” (PAYER, 2016, p. 345). Em seu texto, trata das diferenças entre as condições de produção da imigração europeia para a América no século XIX frente à imigração atual da África e da Ásia para a Europa.

Nesse sentido, conclui que, em ambos os casos, “identifica-se um discurso sobre a imigração. Ele se estrutura com base no já-lá de uma organização social que é, antes de tudo, a nacional” (PAYER, 2016, p. 347). Ainda a esse respeito, destaca:

[...] o discurso sobre o imigrante vai derivar para uma polarização, sempre tão fértil imaginariamente, entre identidade e alteridade – indesejada, neste caso. Esta resulta projetada para um lugar do suposto inimigo, ainda em termos de nacionalidades, para a qual uma figura de inimigo externo é bastante produtiva, na medida em que reforça a ilusão da coesão interna, ao localizar no seu exterior a fonte explicativa do que não funciona bem. (PAYER, 2016, p. 347-348)

A autora trata da produtividade da figura do inimigo externo como um mecanismo que reforça a ideia de coesão interna de uma nação. Observaremos claramente como essa ideia funciona no caso da Argentina. Começamos explorando as relações entre identidade e nacionalismo.

6.1 Identidade e nacionalismo

Acreditamos ser pertinente abordar os conceitos de identidade e de nacionalismo, pois sua compreensão nos permitirá aprofundar a análise dos casos que apresentamos neste capítulo, assim como estabelecer relações com questões migratórias.

Cada nação tem sua representação identitária, a qual permite que seus membros se reconheçam por meio de um conjunto de características imaginadas como comuns. No entanto, cada sujeito, ao ocupar determinado lugar, emerge em suas diferenças. Assim, semelhanças e diferenças entre os sujeitos que pertencem a uma nação constituem a identidade nacional, cuja ideologia, como afirma Chauí (2000, p. 21-22),

[...] opera noutro registro. Antes de mais nada, ela define um núcleo essencial tomando como critério algumas determinações internas de nação que são percebidas por sua referência ao que lhe é externo, ou seja, a identidade não pode ser construída sem a diferença.

A ideia de que a identidade se constrói também pela diferença faz com que, ao nos reconhecermos como pertencentes a uma nação, passemos a nos constituir não só por nossas características, mas também pelo que estabelecemos de diferenças em relação a outras culturas e povos. Nessa direção, Hall (2019, p. 29) destaca que

[...] no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte da nossa natureza essencial.

Se a nação constitui, como afirma o autor, uma das principais fontes de identidade cultural, perguntamo-nos que papel ocupariam os imigrantes nessa construção. Nos casos da Argentina, há uma tensão entre reconhecer os imigrantes considerando a contribuição dos processos migratórios para a formação da nação e vê-los como um problema. No caso a seguir, os processos migratórios são exaltados:

Los inmigrantes son los grandes protagonistas del desarrollo nacional y contribuyen a la mesa de los argentinos. [...] En este contexto internacional, nos tienen que unir más que nunca los valores y comienzos de las grandes transformaciones latinoamericanas. (Caso 24 – Daniel Scioli – Frente para la victoria (a))

Mesmo em um discurso no qual a imigração é vista como positiva e os imigrantes são caracterizados como “protagonistas del desarrollo nacional”, há uma distinção evidente entre imigrantes e argentinos, uma vez que os primeiros “contribuyen a la mesa de los argentinos”, enunciado que revela uma espécie de relação hierárquica entre esses atores/grupos sociais.

Em um estudo sobre a imigração boliviana, Caggiano (2005, p.189) afirma que “irónicamente, en una misma entrevista o un mismo artículo periodístico es posible hallar enunciados discriminatorios al lado de argumentaciones acerca de la Argentina abierta y acogedora”⁵⁹. O autor discorre sobre a imagem da Argentina como um país aberto e acolhedor, afirmando que se trata de um mito:

Paralelamente, sin embargo, el mito de la Argentina abierta y acogedora muestra persistencia y vitalidad. Como vimos, constituye un lugar común definir a la sociedad local como hospitalaria, y hay un amplio consenso en que aquí ‘no se discrimina a los inmigrantes’. Este desfase o desajuste hace que la imagen mitificada de la ‘apertura’ ampare el sostenimiento de discursos y prácticas xenófobas y discriminatorias antes que la motorización performativa de esa misma apertura que declama.⁶⁰ (CAGGIANO, 2005. p.195)

Tal afirmação parece mesmo permitir que discursos xenófobos não sejam caracterizados dessa forma por seus autores. Vejamos duas declarações de Mauricio Macri que, por serem anteriores a sua candidatura, não compõem o *corpus* principal desta pesquisa. Apesar disso, figuram como dados importantes para pensarmos sobre as questões migratórias:

⁵⁹ Tradução nossa: ironicamente, em uma mesma entrevista ou um mesmo artigo jornalístico é possível encontrar enunciados discriminatórios ao lado de argumentações sobre a Argentina aberta e acolhedora.

⁶⁰ Tradução nossa: Paralelamente, no entanto, o mito da Argentina aberta e acolhedora mostra persistência e vitalidade. Como vimos, constitui um lugar comum definir a sociedade local como hospitaleira, e há um amplo consenso em que aqui ‘não se discrimina os imigrantes’. Esta defasagem ou desajuste faz com que a imagem mistificada da ‘abertura’ ampare o sustento de discursos e práticas xenofóbicas e discriminatórias antes que a motorização performativa dessa mesma abertura que declama.

Argentina es un colador, cualquiera de Paraguay, Perú o Bolivia ingresa y se instala preferentemente en las villas de la ciudad, porque tiene sistema de salud y educación mejor que en sus países.⁶¹

Pareciera que la ciudad de Buenos Aires se tiene que hacer cargo de los países limítrofes, y eso es imposible [...]. Todos los días llegan entre 100 y 200 personas nuevas a la ciudad, que no sabemos quiénes son, de la mano del narcotráfico y la delincuencia.⁶²

Na primeira declaração, Macri se vale de uma metáfora, “Argentina es un colador” – as fronteiras Argentinas como uma peneira ou um escurridor –, a fim de explicitar o problema do tráfico, bem como a imigração, que não deveriam acontecer.

O termo “cualquiera” indica indefinição, que revela um tom pejorativo no tratamento ao estrangeiro. No entanto, não se trata de um “qualquer” totalmente indefinido, uma vez que, logo na sequência, os vocábulos “de Paraguay, Perú o Bolivia” servem para conferir certa definição ao termo “cualquiera”. Os imigrantes dos países mencionados é que incomodam o político, pois eles “ingresan y se instalan”.

Quando Macri menciona “preferentemente en las villas”, indica onde o imigrante costuma se instalar como se eles optassem pelas regiões mais carentes das cidades. Na sua fala, o candidato descarta uma realidade social muito mais complexa, que resulta em condições de vida críticas para pessoas de outros países que, obviamente, não lhes permitem escolher a zona da cidade em que morar.

Ainda em relação ao primeiro excerto destacado, as razões que motivam as pessoas a irem para a Argentina, segundo o político, são os sistemas de saúde e o educacional, melhores que em seus países. Nesse enunciado, há o pressuposto do imigrante como aquele que não tem nada a contribuir; só deseja beneficiar-se dos recursos existentes no país. Assim, na visão de Macri, o imigrante é um outro indesejado, alguém que não pode ter direitos equiparáveis aos de um argentino.

No segundo excerto, também fruto de declaração de Macri à imprensa, é possível perceber que o político argentino mantém o raciocínio: “pareciera que la ciudad de Buenos Aires se tiene que hacer cargo de los países limítrofes”. Macri destaca, ainda,

⁶¹ Disponível em: <http://www.eldeber.com.bo/bolivia/recuerdan-palabras-macri-migrantes-bolivianos.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.

⁶² Disponível em: <http://chequeado.com/ultimas-noticias/macri-todos-los-dias-llegan-entre-100-y-200-inmigrantes-a-la-ciudad-que-no-sabemos-quienes-son/>. Acesso em 22 jan. 2018.

que “llegan entre 100 y 200 personas nuevas a la ciudad, que no sabemos quiénes son, de la mano del narcotráfico y la delincuencia”, enunciado que evidencia a preocupação em explicitar números ao abordar tal temática. Essa estratégia é um recurso recorrente em discursos vinculados a esse campo semântico, caso, por exemplo, das notícias veiculadas pela imprensa acerca da imigração, como ressalta Payer (2016).

Na ideia de que a Argentina “se tiene que hacer cargo de los países limítrofes” está o imaginário de um país poderoso, colocado como uma nação que, caso quisesse, poderia dar conta de outras mais pobres. Sobre as representações acerca das culturas nacionais, Hall (2019, p. 31) afirma:

[...] as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.

Ao mesmo tempo em que o candidato diz não saber quem são as pessoas que chegam ao país, ressalta que elas estão envolvidas com o narcotráfico. Notamos, nos discursos, a falta de interesse em saber quem de fato são os estrangeiros que chegam ao país e uma facilidade em julgá-los, mesmo sem conhecê-los. Esse posicionamento se consolida por meio de um discurso que materializa a imagem de que o imigrante proveniente de um país limítrofe – e em condições econômicas piores – está envolvido com o crime. Na próxima seção, analisamos, com mais detalhes, representações semelhantes a essa.

Retomando a reflexão sobre as migrações, valemo-nos da abordagem de Haesbaert (2007, p. 248), para quem,

[...] as migrações ainda são amplamente regidas pela territorialidade dos Estados nações. Já comentamos aqui que um dos papéis que indiscutivelmente o Estado nação ainda procura exercer e que pode até mesmo ser fortalecido no futuro é o controle dos fluxos migratórios. Ainda que as fronteiras tenham se tornado mais abertas para a circulação do capital financeiro ou para os fluxos de mercadorias (estes, muitas vezes dentro de uma ‘reterritorialização’ em termos dos chamados blocos econômicos), elas geralmente têm se fechado para o fluxo de pessoas.

Em um momento em que o fluxo migratório é grande e em que se tenta discutir as dificuldades de quem deixa seu país, bem como a responsabilidade das nações de

acolher, observamos um nacionalismo cada vez mais excludente, que funciona como uma tentativa de proteger o que é nacional do que vem de fora. Nesse sentido, é importante considerar as identidades nacionais, que, segundo Hall (2019, p. 30),

[...] não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós só sabemos o que significa ser ‘inglês’ devido ao modo como a ‘inglesidade’ [englishness] veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional.

As identidades nacionais são, portanto, algo que se forma no interior da representação, fazem sentido e são constitutivas do sujeito. No entanto, o nacionalismo pode ser relacionado a um preconceito, a uma necessidade de exclusão do outro. Temos um exemplo disso em um caso extraído do *corpus*, referente ao discurso dos presidenciáveis brasileiros:

O Brasil colocou goela adentro do Brasil 8 mil médicos cubanos investindo 500 milhões de reais e agora quer trazer mais 8 mil, mas 500 milhões, ou seja, 1 bilhão pros cofres do nosso grande líder, entre aspas, hein? Aquele cubano, aquele senhor lá que gosta muito de mamar nas tetas do Brasil porque recebe dinheiro, Castro, el Castro, dos irmãos Castro, recebe dinheiro pra financiar portos [...] vamos deixar de brigar com o Conselho (de Medicina) que está correto porque está defendendo a brasilidade, defendendo o Brasil, os nossos interesses maiores. Ficar dando emprego pra estrangeiro, me desculpe, mas está errado. (Caso 1 – Levy Fidelix – PRTB (a))

No discurso, o candidato se refere ao Programa Mais Médicos e ao investimento em saúde feito por meio da contratação de médicos cubanos para atuarem nas regiões carentes do Brasil. Ao comentar o fato de que o Conselho de Medicina dificultava a regulamentação desses médicos no Brasil, o candidato destaca que essa entidade defende a “brasilidade”. Nesse sentido, para Fidelix, que adota um posicionamento nacionalista, empregar estrangeiros é uma ação equivocada.

Considerando os elementos ora expostos, parece pertinente destacar que o nacionalismo, exemplificado pelo posicionamento de políticos como Fidelix, assume um viés radical. No último excerto apresentado, notamos a ênfase na discussão em favor

da recusa de empregos a estrangeiros, o que é frequente em países que recebem grandes fluxos migratórios e que sempre se destacam em discussões sobre xenofobia envolvendo o tema do trabalho.

De acordo com Bresser-Pereira (2008, p. 171/172), o

[...] nacionalismo é uma ideologia particularista em vez de universal, e quando ela assume um caráter radical suas consequências são terríveis – mais violentas do que as resultantes das outras grandes ideologias do capitalismo [...]

o nacionalismo é a ideologia que une a nação, é sentimento de destino comum que garante a coesão necessária à nação para que ela se assegure de um território, organize um Estado e forme, assim, um estado-nação. É a ideologia da autonomia, da segurança e do desenvolvimento econômico nacional. A nação, por sua vez, é o grupo social razoavelmente homogêneo que partilha um destino comum e dispõe ou tem condições de vir a constituir um estado-nação – a unidade político territorial em que está dividida politicamente a humanidade no capitalismo.

O mesmo autor (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 179) afirma que “o nacionalismo nos países centrais tem como contrapartida o internacionalismo; já nos países periféricos ou em desenvolvimento, a contrapartida do nacionalismo é o cosmopolitismo ou a mentalidade colonial”. É importante, portanto, destacar que a forma como se constrói o nacionalismo em países centrais é diferente daquela observada em países periféricos.

6.2 Construindo um inimigo externo

Neste momento, tomamos casos do *corpus* para buscarmos a compreensão de como se constrói o imaginário de inimigo externo, muitas vezes relacionado à figura do imigrante. Vamos a um exemplo:

Las fronteras argentinas se han vuelto un colador, narcotraficantes y droga ingresan al país y van desde el norte argentino a Puerto Madero y Nordelta. Es preciso revisar la política migratoria, la falta de controles y los pedidos de asilo de narcos y familiares es imprescindible investigar las vinculaciones políticas, entre ella la del ex ministro del Interior, ex ministro de Justicia y ex jefe de Gabinete Aníbal Fernández. (Caso 15 – Elisa Carrió – Cambiemos)

No discurso anterior, a candidata trata da temática das drogas e da violência, o que a leva a considerar a importância de se “revisar as políticas migratórias”.

Em outro caso, temos o posicionamento de Macri, que problematiza as condições de trabalho dos imigrantes ilegais:

Hay un tema muy traumático, que es que ante la falta de trabajo y en muchos casos, combinando con la **inmigración ilegal**, hay gente que abusa y le da trabajo en condiciones inhumanas sin respetar las leyes locales y en forma clandestina [...] Es una situación del tipo que uno dice la gente no puede trabajar en estas condiciones y la gente te contesta ¿usted que se mete?, si yo quiero trabajar así déjeme. El mejor combate de esos abusos es lograr tener un país en crecimiento donde haya tanta demanda laboral que estos explotadores no encuentren gente que se quiera someter a este abuso que hacen los explotadores. (Caso 19 – Mauricio Macri - Cambiemos (a))

A construção *inmigración ilegal* e o próprio discurso do candidato dão a entender que toda imigração ilegal (ou a grande maioria) culmina em crime ou em trabalho escravo, e a culpa é do imigrante, que escolheu se submeter a essas condições. Quando Macri afirma que *hay gente que abusa y le da trabajo*, refere-se a argentinos que contratam trabalhadores imigrantes em condições desumanas. Há uma indefinição em *hay gente* para que o foco não recaia naquele que comete o crime de contratar imigrantes sem observar as leis trabalhistas. Com isso, o destaque é dado ao imigrante que aceita trabalhar nessas condições. A culpa continua sendo do outro. Um contraponto a esse imaginário é o discurso de um candidato de esquerda, um dos poucos casos no *corpus* no qual o ponto de vista sobre o estrangeiro difere significativamente:

Dicen, che, deportemos al extranjero que delinque, es el último que les tiene que preocupar, pero que la palabra es extranjero, es decir, empecemos a desviar la atención de todo el mundo hacia la cuestión de los extranjeros, acá no importa que delinquen o no delinquen, es la palabra extranjero para distraer la atención de la cuestión social y para distraer también la cuestión del tema de la inseguridad. (Caso 16 – Jorge Altamira – Frente de Izquierda y de Los Trabajadores)

Já que estamos discorrendo sobre a imigração ilegal e das condições de trabalho, parece-nos válido apresentar, neste momento, considerações sobre uma crise econômica pela qual passou a Argentina alguns anos antes de 2000. Essa crise se tornou uma crise

política, que se arrastaria por mais alguns anos. Caggiano (2005, p. 17) aborda as manifestações discriminatórias durante a década de 1990:

Durante la década de 1990 en Argentina se volvió común oír expresiones discriminatorias contra los inmigrantes bolivianos, y de otros países vecinos, de parte de altos funcionarios y representantes de instituciones locales. Un presidente que amenazaba con deportaciones, un canciller que manifestaba su temor de que en poco tiempo el 20% de la población fuera boliviana o paraguaya, un gobernador de provincia (que más tarde sería presidente) que pregonaba la defensa del ‘trabajo para los argentinos’ y la persecución de los trabajadores extranjeros ‘ilegales’, legisladores que confeccionaban proyectos de ley endureciendo el ingreso y la legalización de inmigrantes y voceros sindicales que exigían mayor control y represión de la inmigración son los casos más emblemáticos.⁶³

Em 2000, a revista semanal *La Primera* expressou, em uma de suas capas (anexo D), a xenofobia. A capa reproduz o Obelisco, monumento histórico localizado em Buenos Aires, uma bandeira da Argentina e uma pessoa em situação de pobreza. O sujeito retratado é alguém a quem falta um dente e que apresenta traços físicos que não caracterizariam uma pessoa pertencente à região de Buenos Aires, ou seja, que não figuraria no imaginário corrente como portenha. No título, lê-se “La invasión silenciosa”; o subtítulo é constituído pelo seguinte texto:

Los extranjeros ilegales ya son más de 2 millones. Les quitan trabajo a los argentinos. Usan hospitales y escuelas. No pagan impuestos. Algunos delinquen para no ser deportados. Los políticos miran para otro lado.⁶⁴

É possível constatar, por meio desse exemplo, a tentativa de responsabilizar os imigrantes pelos problemas sociais e econômicos enfrentados no país naquele momento: falta de trabalho, falta de recursos em hospitais e em escolas e aumento da violência. Culpar grupos vulneráveis parece ser uma maneira de encobrir as reais causas dos

⁶³ Tradução nossa: Durante a década de 1990 na Argentina era comum ouvir expressões discriminatórias contra os imigrantes bolivianos, e de outros países vizinhos, da parte de altos funcionários e representantes de instituições locais. Um presidente que ameaçava com deportações, um chanceler que manifestava seu temor de que em pouco tempo 20% da população fosse boliviana ou paraguaia, um governador da província (que mais tarde seria presidente) que pregavam a defesa do “trabalho para os argentinos” e a perseguição dos trabalhadores estrangeiros “ilegais”, legisladores que confeccionavam projetos de lei dificultando a entrada e a legalização de imigrantes e porta-vozes sindicais que exigiam maior controle e repressão da imigração são os casos mais emblemáticos.

⁶⁴ Tradução nossa: os estrangeiros ilegais já são mais de 2 milhões. Tiram trabalho dos argentinos. Usam hospitais e escolas. Não pagam impostos. Alguns delinquentes para não serem deportados. Os políticos olham para o outro lado.

problemas. Ainda nesse sentido, no trecho *los políticos miran para otro lado*, a única culpa que se atribui aos políticos argentinos é a de não tomarem atitudes contra a chegada desses estrangeiros. Esse processo de culpabilizar o estrangeiro, assim como de atribuir a esse grupo a responsabilidade pelas dificuldades econômicas do país é uma estratégia que vigorou nos anos seguintes. Como exemplo disso, retomamos a posição de Ernesto Sanz, cujas afirmações apresentamos anteriormente:

[...] el problema de los extranjeros que cometen delitos en el país no está en el después, sino en el antes [...] existen falencias enormes, por ejemplo, en la Dirección de Migraciones... no hace un estudio de las condiciones de quienes entran [...] hay extranjeros decentes, que por ejemplo vienen a estudiar, y otros con antecedentes muy complicados y utilizan a la Argentina como resguardo porque acá hay impunidad. Con esa gente sí, hay que ser muy duros. (SANZ, 2014)⁶⁵

A oração relativa “que cometen delitos” poderia ser lida como uma restritiva que reduz o grupo de estrangeiros segundo a perspectiva do candidato. No entanto, parece pertinente considerar a discussão apresentada por Henry (1975, p. 98) sobre as dificuldades de se caracterizar as relativas separando-as em restritivas e explicativas, de acordo com o seu funcionamento. O autor afirma que “on serait donc amené à poser que du point de vue de la langue il n’y a qu’une seule structure, et que ce n’est que du point de vue discursif qu’il y a une différenciation.”⁶⁶. Assim, é com base no discurso que podemos fazer alguma diferenciação entre as relativas.

Sanz, no início do trecho acima destacado, faz uso do termo “extranjeros”, determinado pela relativa, e só depois menciona que “hay extranjeros decentes”. Notamos que dá maior ênfase, na sua fala, aos estrangeiros que cometem delitos, como se se tratasse da maioria. Em “hay extranjeros decentes” emerge o pré-construído de que os estrangeiros não são decentes, já que o emprego do verbo “haber” reconhece uma suposta opinião generalizada de que eles não seriam decentes. Dessa forma, podemos entender a relativa como próxima de uma explicativa, como um recurso discursivo que vai na direção de reafirmar a ideia de que os estrangeiros cometem delitos.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.elsol.com.ar/nota/213228/el-pais/berni-suma-apoyo-para-expulsar-a-inmigrantes-que-delinquen.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.

⁶⁶ Tradução nossa: Somos levados a concordar que, do ponto de vista da língua, há apenas uma única estrutura, e que é somente do ponto de vista discursivo que há diferença.

A afirmação “hay extranjeros decentes” está também modificada por uma relativa explicativa que relaciona os estrangeiros decentes aos que “vienen a estudiar”. De fato, há muitos estudantes estrangeiros na Argentina. Isso reforça a interpretação da relativa anterior, “que cometen delitos” como explicativa, já que a imensa maioria dos estrangeiros no país não é composta por estudantes pertencentes à classe média.

Quando o candidato afirma “acá hay impunidad” é como se a culpa da Argentina no que se refere à violência se resumisse à impunidade dos estrangeiros, ou seja, se os estrangeiros que delinquem forem punidos e expulsos, resolve-se o problema da violência. Nesse discurso, constrói-se uma fuga da resposta a uma questão mais complexa que se refere a como solucionar a violência. Com esse comportamento, culpa-se o outro eximindo-se da própria culpa e simplificando a solução do problema. Uma construção mais indefinida com *haber*, em “hay impunidad”, também reforça a ação de eximir o sujeito de qualquer culpa. De acordo com Haesbaert (2007, p. 248), em

[...] muitos casos, ao se tornar o bode expiatório para a crise de governabilidade, o migrante acaba tendo sua condição ainda mais fragilizada, principalmente ao deparar-se com legislações que tornam mais duras as restrições territoriais de ingresso, circulação e permanência.

Em nossas análises, percebemos a forte presença tanto do que Payer (2016) chama de inimigo externo como da preocupação com a coesão interna e com a ideologia do nacional. Com base na investigação empreendida, podemos destacar que, nos casos do *corpus* da Argentina, as discussões sobre as fronteiras levam, em muitos casos, os candidatos a abordarem as questões migratórias, o que aparece pouco no *corpus* do Brasil. Isso reforça nossa ideia de que o perigo e a violência, nos casos do *corpus* da Argentina, materializam-se no outro que vem de fora, na pessoa que entra no país.

Ainda em relação a esse aspecto, ressaltamos um movimento que vem ganhando força: a identificação do imigrante com a criminalidade. No âmbito do imaginário, tais discursos reforçam a visão negativa que se tem do imigrante. A fim de explorarmos esse fenômeno, apresentamos, a seguir, o exame de um caso.

6.3 A crescente xenofobia: um caso da Argentina

Como já pontuamos, os discursos xenófobos têm ganhado destaque na mídia e no debate público. Um exemplo expressivo disso ocorreu no dia 16 de outubro de 2016, no programa de televisão *Periodismo para todos*, de Jorge Lanata, em que foi apresentado o episódio intitulado *Argentina, país generoso*. No programa de quase meia hora, foram apresentados os gastos com estrangeiros na Universidade de Buenos Aires e nos hospitais públicos. Em determinado momento, o apresentador afirmou: “*Es injusto para todos los que pagamos impuestos que un pibe de clase de media de Colombia venga a estudiar a la universidad cuando podría pagarla en Bogotá*”⁶⁷. Esse enunciado evidencia que a xenofobia também ocorre contra os imigrantes da classe média, e não somente contra os imigrantes mais pobres, como comumente imagináramos. Considerando que o imigrante é considerado pelo argentino como um problema, o apresentador valoriza o conceito de nacional.

A atual lei de imigração da Argentina, promulgada em 2003, leva mais em conta os direitos do imigrante em comparação com a redação anterior desse documento. No entanto, o artigo 125 é emblemático porque, ao mesmo tempo em que se vincula a uma legislação que se mostra mais amigável aos estrangeiros, revela a visão de exclusão:

Artículo 125: Ninguna de las disposiciones de la presente ley tendrá por efecto eximir a los extranjeros de la obligación de cumplir con la legislación nacional ni de la obligación de **respetar la identidad cultural de los argentinos**. (ARGENTINA, 2003, grifo nosso)

É possível inferir que o estrangeiro, nesse contexto, é compreendido como o outro, como aquele que não faz parte e que não deve influenciar a cultura nacional. Tal aspecto reforça as ideias de Payer (2016) sobre a força da identidade nacional e parece fomentar discursos xenófobos em um momento de grande fluxo migratório.

Levando em conta os aspectos ressaltados, destacamos, a seguir, trechos do discurso do político argentino Sergi Berni, proferido em 2014. Embora esse material não faça parte do nosso *corpus*, parece-nos importante trazê-lo à tona, uma vez que contempla uma discussão política anterior à eleição de 2015,, inclusive, retomada na fala de um dos candidatos.

Neste momento, trazemos, portanto, discursos de uma pessoa específica, Sergio Berni, mas entendemos, assim como afirma Maingueneau (2015, p. 175), que a análise

⁶⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZpAX9MVUc8o&t=199s>. Acesso em: 1º maio 2018.

do discurso “não se interessa pelos indivíduos enquanto tais, mas, sobretudo, pelo(s) estatuto(s) que eles ocupam em um domínio de atividade”. Segundo esse pesquisador,

[...] não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis. (MAINGUENEAU, 1997, p. 14)

Ao problematizar o que Sergio Berni afirmou, não buscamos centrar nossa investigação nesse indivíduo, mas sim em seu discurso, entendendo-o como parte de um processo socio-histórico, considerando que “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua”. (ORLANDI, 2009, p. 32)

Em 2012, Sergio Berni – médico, militar e político argentino – fez declarações polêmicas relacionando uma série de crimes à imigração latino-americana. Ele se queixou das leis, que não permitiam a deportação dos estrangeiros que delinquem. Na época, o embaixador da Colômbia em Buenos Aires, Carlos Rodado Noriega, respondeu às declarações, acusando Berni de xenófobo e chamando a atenção da imprensa nacional e internacional para a gravidade de discursos desse tipo.

Posteriormente, em 2014, Berni, então Secretário de Segurança da Argentina, voltou a proferir declaração de mesmo teor. Na sequência, tratamos, especificamente, de dois discursos do ex-secretário: um proferido em agosto, o outro, em outubro de 2014. Relacionamos os dados observados com aqueles de discursos posteriores que se inscrevem em um mesmo universo discursivo.

O primeiro discurso é de 19 de agosto de 2014, data em que ocorreu uma tentativa de roubo no estacionamento de um supermercado situado na esquina das avenidas Belgrano e Entre Ríos. Tal episódio terminou em tiroteio; cinco pessoas foram presas, todas chilenas. Depois desse episódio, Sergio Berni concedeu uma entrevista coletiva para a imprensa. A seguir, apresentamos trechos dessa coletiva, que, neste momento, nomeamos como *declaração 1*:

Yo lo que quiero rescatar de hoy es, así como la semana pasada estuvimos debatiendo si en la Argentina podemos hacer piquetes en una ruta o no, yo, me parece ese es el momento de debatir esto, ustedes fíjense, estos delincuentes son cinco delincuentes de nacionalidad chilena, hoy a la mañana detuvimos cinco delincuentes de nacionalidad colombiana, siempre con la misma modalidad, con modalidad de robo o

hurto, ahora ¿en qué momento un delincuente que roba un estéreo, que roba una bicicleta se convierte en asesino? en estos momentos. [...] durante este fin de semana hemos detenido a más de 60 delincuentes extranjeros que vienen a la Argentina únicamente a delinquir y esto corresponde a la laxitud del sistema judicial y sistema penitenciario, fíjense que cuando un extranjero delinque, cuando recién cumple el 50 por ciento de la condena puede ser deportado a su país de origen. Ahora ¿cuál es el problema? que del 100 por ciento de delincuentes que nosotros detenemos, solamente el 3 por ciento, escuchen el número que les digo, 3 por ciento tiene un juicio y ni hablar de una sentencia. Estamos hablando de hechos dolosos ¿eh? de los cuales 50 son extranjeros reincidentes, porque la gran mayoría de todos estos **extranjeros que vienen a Argentina a delinquir** ya tienen 2, 3, 4 y 5 entradas, entonces les pido a los señores legisladores que se sienten a legislar y que le den herramientas a la justicia para que de una manera ágil **estos delincuentes que vienen a la Argentina a delinquir** – y esto que nadie lo tome como una declaración xenófoba, este es el secretario de Seguridad que está todos los días en la calle, que está con la policía, que está con la gendarmería, cumple su función, nosotros detenemos los delincuentes pero necesitamos que los legisladores le den herramientas ágiles a la justicia para que estos delincuentes vuelvan a su lugar de origen.

O segundo discurso – *declaração 2* – data de 27 de outubro de 2014, quando ocorreu uma tentativa de assalto contra o promotor Carlos Stornelli, fato que terminou com tiroteio entre os assaltantes e o guarda-costas do promotor. Os assaltantes presos eram estrangeiros. Expomos, na sequência, a transcrição de trechos da declaração de Berli, que foi convidado por um programa de televisão, para falar de segurança após esse episódio:

Entrevistador: ¿nuevamente los colombianos en acción?

Berli: Sí, pero esto no es nuevamente, es cotidianamente, permanentemente, todos los días. Hay bandas de extranjeros formadas por colombianos, peruanos, bolivianos, paraguayos y otras nacionalidades. Lo que pasa es que esto ha tomado estado público porque lamentablemente le tocó vivir esa situación al fiscal Stornelli. [...] todos los días advertimos bandas de delincuentes extranjeros. Tenemos que explicar que estos extranjeros que vienen a delinquir al país son muy profesionales y que ejercen los delitos que en la tipificación del código son totalmente (cancelables) [...]

Hay una reforma del código procesal. La reforma del código procesal ha sido puesta a debate en el parlamento. En el parlamento están los representantes de la provincia y los representantes de la voluntad de todos los argentinos. Es allí donde se tiene que discutir y lo que se tiene que discutir y sacar

la mejor ley que nos permita a dar una solución a eso. Ahora, si los diputados dicen mira señores, la verdad es que esos colombianos son víctimas de la violencia que hubo en Colombia entonces vinieron a Argentina, y como nosotros somos un país de oportunidades vamos a dejar los delincuentes que sigan robando y lo votan, nosotros lo vamos a cumplir [...]
 [Resposta quando questionado se a reforma do código penal não possibilitaria uma perseguição a estrangeiros.]

Si hay algo de lo que nos sentimos orgullosos los argentinos y los militantes de este proyecto nacional y popular es de la fuerza laboral que ha puesto en pie este país desde su creación y que todos los días contribuyen con su fuerza al engrandecimiento de nuestra patria. Eso todos los inmigrantes, estamos hablando, de todos los países. Eso no quita que a los delincuentes que vienen a Argentina a delinquir que tengamos que tener el mismo trato. ¿Saben quienes son los que mejor van a defender esta postura? Los mismos extranjeros. ¿Quiere que le dé un ejemplo? Hace 10, 15 días un militante de un proyecto político fue asesinado en la villa [...] de una [...] por un extranjero. ¿Saben quién lo entregó? Otro extranjero. Porque estos extranjeros están cansados (interrupción) [...] ellos eligen venir acá a robar, ellos eligen a quien robarle y ellos eligen cómo robarle porque la técnica que tienen es cometer delitos que son rápidamente (cancelados).

Si los legisladores dicen señores, toda esta gente que viene a delinquir aquí es víctima y hay que tratarla como tal, la trataremos como víctima, pero después no nos quejemos cuando vemos que nos roban todos los días [...]

No trecho “*más de 60 delincuentes extranjeros que vienen a la Argentina únicamente a delinquir*”, a relativa “*que vienen a (la) Argentina únicamente a delinquir*” aparece recorrentemente em ambas as declarações, às vezes, na versão “*que vienen a delinquir*”. A sua alta ocorrência parece contribuir para que uma relativa que se apresentaria como restritiva – alguns estrangeiros cometem delitos – acabe adquirindo efeito de explicativa, funcionando para, cada vez mais, aproximar estrangeiros de delinquentes; por isso, esse enunciado ajuda a criar o tom xenófobo que acompanha o discurso.

Há, a partir do enunciado que apresentamos anteriormente (*extranjeros que vienen a [la] Argentina a delinquir*), uma série de expressões que buscam reforçar a ideia do grande número de estrangeiros delinquentes na Argentina, porém o que não está explícito no discurso é o número de argentinos delinquentes. Esse número seria necessário para uma comprovação da teoria de que a violência aumenta porque o país recebe muitos estrangeiros. Trata-se, no entanto, de uma teoria falsa, uma vez que em

um relatório de 2014, *Estatísticas presidiárias na Argentina: Gráfico sobre a nacionalidade dos presos na Argentina em 2014* (Anexo F), revela que somente 6% dos presos são estrangeiros⁶⁸.

Nas duas declarações, notamos a preocupação em antecipar e negar uma possível acusação de xenofobia. Na primeira, parece haver a construção da imagem de um enunciador com autoridade suficiente para falar o que quiser sem ser julgado: “[...] *este es el secretario de Seguridad que está todos los días en la calle, que está con la policía, que está con la gendarmería, cumple su función [...]*”.

Nesse sentido, é importante retomarmos Orlandi (2009, p. 42), que trata da noção de imaginário, a qual se assenta “no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”. Dessa forma, identificamos, no trecho anterior, o apelo à imagem de um secretário de Segurança que vai para a rua e sabe do que está falando. Tudo isso constitui, a nosso ver, uma tentativa de validação daquilo que foi dito até o momento por meio do suposto imaginário de que quem ouve terá sobre o lugar do enunciador.

No final da declaração 2, notamos a tentativa de Berni de se apresentar como alguém que não está declarando guerra aos imigrantes. Isso se consolida por intermédio de um exemplo que é apresentado sobre um estrangeiro que denuncia outro estrangeiro. Retomamos essa passagem a seguir:

¿Saben quienes son los que mejor van a defender esta postura? Los mismos extranjeros. ¿Quiere que le dé un ejemplo? Hace 10, 15 días un militante de un proyecto político fue asesinado en la villa [...] de una [...] por un extranjero. ¿Saben quién lo entregó? Otro extranjero.

Indicado como algo singular e merecedor de destaque, o fato de um cidadão estrangeiro ter denunciado um assassino estrangeiro evidencia uma situação de preconceito. Podemos apresentar o enunciado como: *um estrangeiro denunciou um assassino que também era estrangeiro*. Se tomarmos esse segmento e trocarmos a palavra “estrangeiro” por “pessoa”, teremos *uma pessoa denunciou um assassino que também era uma pessoa*, enunciado que causa bastante estranheza.

Ao apresentar esse fato como digno de destaque, entendemos que está em jogo o pressuposto de que um estrangeiro não denunciaria outro estrangeiro, mesmo em se

⁶⁸ Apresentamos os dados de 2014 por constarem no último relatório ao qual tivemos acesso, divulgado no mesmo ano dos discursos que analisamos.

tratando da identificação de um sujeito que tivesse cometido um assassinato. Assim, mais uma vez, temos um exemplo de associação entre estrangeiro e o campo semântico do crime, da delinquência.

Sabemos que há condições dadas previamente que determinam o discurso. Há uma forte contradição no discurso de Berni e, para entendê-la, devemos considerar o lugar institucional desse interlocutor, já que sua fala está entre o repúdio aos imigrantes e sua participação em um projeto kirchnerista que, entre várias de suas características, se propunha a valorizar os direitos humanos e a fortalecer as relações da Argentina com outros países da América Latina. Existe, portanto, uma relação de tensão no discurso, que leva Berni, depois de defender fortemente a expulsão de estrangeiros, reiterando a determinação “*que vienen a delinquir*”, a se justificar prevendo um possível julgamento por parte de quem o ouve.

Enquanto se aborda o problema do estrangeiro, apresentado como causa da violência, propondo como solução a deportação e políticas que dificultem a entrada e a permanência de imigrantes no país, não é preciso falar das reais causas do aumento da violência. O governo pode se eximir de qualquer culpa porque esta foi colocada sobre o outro, o estrangeiro.

Em continuidade à nossa análise, passamos a tratar da temática da imigração, considerando a perspectiva do passado em relação aos dias atuais.

6.4 A imigração ontem e hoje

Os “estrangeiros que representam um problema”, como exposto nos discursos que analisamos, são os que vêm de países limítrofes, o que se contrapõe à noção de imigração europeia que, no passado, foi, como revela o imaginário nacional, parte importante da formação da Argentina. É possível notar a distinção na valoração da imigração quando um presidenciável explicita o orgulho de ser filho de imigrantes, mas não de quaisquer imigrantes, como exemplificado pela seguinte declaração:

Soy hijo de dos inmigrantes que escaparon de la guerra y que apostaron a la educación, como apuesto yo, para que el país mejore. (Caso 32 – Sergio Massa – Unidos por una Nueva Alternativa (d))

A relativa “que escaparon de la guerra y que apostaron a la educación” qualifica os imigrantes aos quais o candidato se refere e os coloca em um espaço diferente daquele dos imigrantes que hoje chegam à Argentina. Assim, o trecho destacado acaba por contribuir para a construção de um imaginário sobre a imigração no passado, esta considerada de muito mais valor que a imigração no tempo presente. A importância dos imigrantes na construção do país é um pré-construído estabelecido por uma memória discursiva sobre a imigração na Argentina no século XIX. Nesse sentido, destacamos o pensamento de Hall (2019, p. 31):

[...] as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.

Entre o final do século XIX e a primeira metade do XX, período de intensa imigração na Argentina, o país apresentou avanços econômicos. No imaginário sobre uma fase de crescimento nacional como essa, os imigrantes são considerados como contribuição para a nação. Contudo, em um momento de crise, passam a ser vistos como inimigos, em grande parte por causa do peso da ideologia nacionalista, como defende Payer (2016). Culpar os estrangeiros seria uma maneira de escapar da responsabilidade interna pela crise, além disso, mencionar a contribuição dos imigrantes, como destacamos nos discursos analisados, seria uma tentativa de antecipar-se na defesa de uma possível acusação de xenofobia. Sobre isso, o candidato Nicolás del Caño, candidato pela Frente de Izquierda y de los Trabajadores, afirma:

Hoy vemos con mucha rabia la situación de los refugiados que llegan a Europa, desesperados, huyendo de la guerra y la pobreza, y se encuentran con fronteras cerradas y represión. Es una situación terrible. Y esto nos refuerza nuestra idea de que hay que terminar con esta barbarie capitalista. Solo con un gobierno de los trabajadores vamos a poder terminar con la pobreza y las penurias de las grandes mayorías sociales, de los trabajadores. Y esta lucha es internacional. (Caso 25 – Nicolás del Caño - Frente de Izquierda y de los Trabajadores (a))

A temática do candidato é o refugiado, uma categoria diferente de imigrante. Notamos que o discurso de um candidato de esquerda traz um ponto de vista diferente se comparamos aos discursos dos candidatos mais alinhados a ideias da direita sobre

questões migratórias. Nessa direção, Di Tullio (2010, p. 17) reflete sobre argumentos que geram atitudes hostis em relação aos imigrantes:

Las diferencias culturales, las demandas de uno y otro sector, la competencia por bienes escasos, la preservación de la seguridad del orden social se convierte en argumentos tendientes a generar actitudes hostiles hacia un individuo por el solo hecho de pertenecer a un grupo determinado: el prejuicio se justifica por un estereotipo, socialmente legitimado, que se construye a partir de rasgos negativos (inferioridad racial, hábitos, normas y valores inadecuados, conductas inadaptadas, ilegalidad, pertenencia a grupos políticos o religiosos incompatibles con la sociedad) que se asocian a un grupo determinado. La impericia lingüística se convierte en un objeto privilegiado de sátiras: la torpeza del inmigrante.⁶⁹

De acordo com a autora, o preconceito se justifica por um estereótipo carregado de características negativas, o que podemos constatar quando se fala, atualmente, sobre os imigrantes na Argentina. No caso do Brasil, no momento de composição do *corpus*, os imigrantes não figuravam como um grupo ao qual os políticos se referiam por meio de caracterizações negativas.

A seguir, desenvolvemos uma discussão com base na comparação do que observamos no Brasil e na Argentina em relação à imigração.

6.5 Argentina e Brasil: abordagem da imigração de uma perspectiva comparada

Klein (2000, p. 22) afirma que a Argentina foi um país receptor em larga escala de imigrantes, pois tinha “uma densidade populacional baixa e terras de agricultura extraordinariamente ricas”. O mesmo autor afirma que por volta de 1914, o total de estrangeiros na Argentina chegava a 30% da população, quantidade importante para pensar a constituição daquela sociedade. Ao problematizar a chegada de imigrantes naquele território, o pesquisador destaca:

⁶⁹ Tradução nossa: As diferenças culturais, as demandas de um e outro setor, a concorrência por bens escassos, a preservação da segurança da ordem social se transforma em argumentos que tendem a gerar atitudes hostis com um indivíduo simplesmente por ele pertencer a um grupo determinado: o preconceito se justifica por um estereótipo, socialmente legitimado, que se constrói a partir de traços negativos (inferioridade racial, hábitos, normas e valores inadequados, condutas desajustadas, ilegalidade, pertencimento a grupos políticos ou religiosos incompatíveis com a sociedade) que se associam a um grupo determinado. A linguística imperfeita se transforma em um objeto privilegiado de sátiras: a falta de jeito do imigrante.

Se aproximadamente 26 mil migrantes chegaram nos últimos anos da década de 1850, por volta de 1880 haviam entrado no país cerca de 440 mil europeus. Sendo a população nativa inicial muito pequena, essa migração, embora relativamente modesta, iria causar um impacto enorme sobre o crescimento populacional total. (KLEIN, 2000, p. 22)⁷⁰

Em meados do século XIX, antes do momento da imigração em massa, pensadores como Alberdi defendiam a necessidade de mudar a composição demográfica da Argentina, o que envolvia considerar a imigração, pensando no futuro do país. Ao analisar as ideias de Alberdi, Devoto (2000, p. 34-35) ressalta que, segundo o pensamento de Alberdi,

[...] todo esforço de transformação da Argentina seria inútil se não conseguisse mudar radicalmente as características de uma sociedade atrasada, mediante a mudança do ator que tornava possível esse atraso: os nativos [...] o programa alberdiano já anunciava a transformação radical de uma identidade nacional (entendida aqui não só como uma autoidentificação, mas também como um caráter ou uma cultura) e sua substituição por outra. (DEVOTO, 2000, p. 34-35)

A imigração europeia era desejada e vista como necessária, por parte da sociedade, para influenciar a cultura local, para substituir uma população nativa por outra, que acreditavam ser mais avançada. Depois da chegada em massa de imigrantes europeus, começaram a surgir pensadores que questionaram esse movimento migratório. Como exemplo, temos Leopoldo Lugones, poeta que, a partir de 1920, adotou um posicionamento de nacionalismo autoritário e militarista. Ele criticava a influência dos imigrantes e celebrava a figura do *gaucho* como modelo de argentinidade⁷¹.

O aspecto central que diferencia a imigração no Brasil e na Argentina está no número de imigrantes que chegaram a esses países. Pietro (2006, p. 13) explica:

Según el registro del segundo Censo Nacional en 1895, la población del país alcanzaba prácticamente los 4.000.000 de habitantes, de los

⁷⁰ Tradução nossa: Se aproximadamente 26 mil migrantes chegaram nos últimos anos da década de 1850, por volta de 1880 haviam entrado no país cerca de 440 mil europeus. Sendo a população nativa inicial muito pequena, essa migração, embora relativamente modesta, iria causar um impacto enorme sobre o crescimento populacional total.

⁷¹ Em 1916, ano do Centenário da independência da Argentina, Leopoldo Lugones publicou *El payador*, obra exemplar no âmbito da exaltação da figura do *gaucho*.

cuales el 34% eran extranjeros. Para el tercer Censo, levantado en 1914, la población casi se había duplicado, con 7.885.000 habitantes, con un porcentaje elevado ahora al 43% de extranjeros. En algunos centros urbanos del Litoral, y particularmente en Buenos Aires, el número de inmigrantes, durante largos años, igualó al de la población nativa, creando así un aire de extranjería, de cosmopolitismo tan arrollador como confuso en sus manifestaciones y tendencias.⁷²

A comparação apresentada entre os Censos de 1895 e de 1914 mostra um crescimento significativo do número de estrangeiros, inclusive porque nos 43% de 1914 não se levava em conta os filhos dos estrangeiros que já estavam no país em 1895, já que haviam nascido no país e eram argentinos. O aumento do número de imigrantes foi muito expressivo e vale destacar que, mesmo se tratando de uma época de imigração predominantemente europeia, setores das classes dominantes se posicionavam contra parte desses imigrantes, pois os viam como uma ameaça à ordem social ou à identidade nacional, como esclarece Di Tullio (2010, p. 13):

La magnitud del ‘aluvión inmigratorio’ que arribó a la Argentina a fines del siglo XIX fue, efectivamente, evaluada como un problema que provocó el temor de que la sociedad nativa no estuviera en condiciones de asimilarlo no sólo por su exigüidad demográfica sino también por su aún poco definida identidad cultural. Este temor se ve alimentado por un sector del nacionalismo, interesado en convertirlo en paranoia, para justificar la política cultural / educativa / lingüística en defensa de los valores en peligro.⁷³

Em um momento mais atual, janeiro de 2017, observamos que o então presidente da Argentina, Mauricio Macri, assinou um decreto aumentando restrições à imigração e prometeu reforçar o controle nas fronteiras⁷⁴. Justificando a associação do

⁷² Tradução nossa: segundo o registro do segundo Censo Nacional em 1895, a população do país alcançava praticamente os 4.000.000 de habitantes, dos quais 34% eram estrangeiros. Para o terceiro Censo, levantado em 1914, a população havia quase duplicado, com 7.885.000 habitantes, com um percentual elevado agora a 43% de estrangeiros. Em alguns centros urbanos do Litoral, e particularmente em Buenos Aires, o número de imigrantes, durante muitos anos, se igualou ao da população nativa, criando assim um ar de estranjería, de cosmopolitismo ou tão opressor como confuso em suas manifestações e tendências.

⁷³ Tradução nossa: A magnitude do “aluvião migratório” que chegou à Argentina no final do século XIX foi, efetivamente, avaliado como um problema que provocou o temor de que a sociedade nativa não estivesse em condições de assimilar não só por sua exigüidade demográfica mas também por sua ainda pouco definida identidade cultural. Este temor se vê alimentado por um setor do nacionalismo, interessado em transformá-lo em paranoia, para justificar a política cultural/educativa/linguística em defesa dos valores em perigo.

⁷⁴ Decreto nº 70/2017 que modificou a Lei nº 25.871. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/BDL/2017/10955>. Acesso em: 1º maio 2018.

aumento da violência à presença de imigrantes no país, encontrou no inimigo externo uma possibilidade para se explicar diante de um país que passava por diversas dificuldades.

De acordo com Robim (2017), nos últimos anos, parece ter havido um crescimento de imigrantes de origem africana. No seu trabalho, o pesquisador compara a escrita de alunos bolivianos com brasileiros na escola pública da cidade de São Paulo; ao analisar os dados sobre imigração, afirma que

“em geral, houve um grande aumento no número de alunos africanos. A matrícula de estudantes angolanos teve um crescimento surpreendente, configurando-se, atualmente, a segunda maior comunidade estrangeira na rede de ensino municipal. Em 2015, eram 90 alunos, atualmente, são 602 estudantes. Um aumento surpreendente de 568% em apenas 1 ano”. (ROBIM, 2017, p.33)

De acordo com Oliveira (2002, p. 15), no Brasil, durante o século XIX, “a entrada de imigrantes aconteceu voltada para dois focos: a pequena propriedade agrícola, principalmente nos estados do Sul, e as fazendas de café do Oeste paulista”. Quando comparamos os movimentos migratórios dos referidos países, destacando o peso da imigração na Argentina, não estamos afirmando que a imigração no Brasil não foi importante, mas sim que se tratou de algo mais regional, como explica Ribeiro (2015, p. 182):

[...] apesar de numericamente pouco ponderável, o papel do imigrante foi muito importante como formador de certos conglomerados regionais nas áreas sulinas em que mais se concentrou, criando paisagens caracteristicamente europeias e populações dominadoramente brancas. Conquanto relevante na constituição racial e cultural dessas áreas, não teve maior relevância na fixação das características da população brasileira e da sua cultura. Quando começou a chegar em maiores contingentes, a população nacional já era tão maciça numericamente e tão definida do ponto de vista étnico, que pôde iniciar a absorção cultural do imigrante sem grandes alterações no conjunto.

Além do fato de a população brasileira já ser numericamente muito alta quando chegaram os imigrantes, devemos levar em consideração que os imigrantes vinham para trabalhar nas propriedades agrícolas. A partir de 1930, a imigração foi substituída, em grande parte, por uma movimentação interna, principalmente do Nordeste para o Centro-sul. Ao comparar o Brasil com os países rio-platenses, o mesmo autor afirma que aqui não ocorreu

[...] nada parecido com o que sucedeu nos países rio-platenses, onde uma etnia original numericamente pequena foi submetida por massas de imigrantes que, representando quatro quintos do total, imprimiram uma fisionomia nova, caracteristicamente europeia, à sociedade e à cultura nacional, transfigurando-os de povos novos em povos transplantados. (RIBEIRO, 2015, p.182)

Um dado a ser considerado em relação ao Brasil é a escravidão, que ocorreu de forma muito mais significativa que na Argentina. Aqui, o número de escravos “em 1819, chegava a 38% do total de habitantes, enquanto na Argentina, numa data próxima, o percentual era bem inferior, embora seja difícil obter dados globais para o país como um todo” (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 42). Vale observar que

[...] a escravidão produziu, no Brasil, profundas diferenças sociais que se projetaram nos planos políticos e identitários, com repercussão nos sentimentos de integração e pertencimento social, por mais que as camadas pobres dos homens e mulheres livres também fossem marginalizadas e alheias à participação política. (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 43)

As diferenças sociais produzidas por anos de escravidão persistem até os dias atuais e figuram como um componente importante da formação da população brasileira. Nesse sentido, Schwarcz e Starling (2015, p. 14) argumentam que

[...] como se fosse um verdadeiro nó nacional, a violência está encravada na mais remota história do Brasil, país cuja vida social foi marcada pela escravidão. Fruto da nossa herança escravocrata, a trama dessa violência é comum a toda a sociedade, se espalhou pelo território nacional e foi assim naturalizada. Se a escravidão ficou no passado, sua história continua a se escrever no presente. A experiência de violência e dor se repõe, resiste e se dispersa na trajetória do Brasil moderno, estilizada em milhares de modalidades de manifestação.

Carneiro (1988), por sua vez, em obra sobre as manifestações do antissemitismo na Era Vargas, revela a persistência do racismo no Brasil contemporâneo e destaca ideias que existiam anteriormente, retomadas por intelectuais nos anos 30:

Resumidamente, as ideias que persistiram entre esses intelectuais e que foram retomadas nos anos 30 podem ser assim enumeradas:

- admitem a existência de raças superiores e inferiores;
- Delegam às raças manifestações que decorrem de fatores sociais;
- Afirmam a ideia da inferioridade do mestiço;
- Confirmam a influência negativa da presença do sangue negro em todas as civilizações;
- Propõem a formação de uma população eugênica;

- E a necessidade de controlar a imigração, incentivando a entrada de elementos arianos. (CARNEIRO, 1988, p. 97)

As ideias ressaltadas pela pesquisadora nos mostram a força do racismo na formação do Brasil. Ela destaca, ainda, que esses intelectuais,

[...] apesar de não fazerem referência especificamente ao elemento judeu, endossavam um conjunto de ideias que, enraizadas na mentalidade da intelligentsia brasileira, contribuíram para reavivar, na década de 30, valores raciais que, obviamente, forneceram sustentação para a formulação de uma política anti-semita durante o Estado Novo. (CARNEIRO, 1988, p. 97)

A reflexão sobre a relação entre imigração e a violência que persiste, como observam Schwarcz e Starling (2015), é muito importante para pensarmos a formação do Brasil e seus aspectos culturais.

No Brasil, a imigração veio para responder à necessidade de substituição da mão de obra escrava. Naquele momento, havia demanda por trabalhadores em grande número. Eles tinham de pagar, com o próprio trabalho, por todos os gastos com viagem, moradia e instrumentos que viessem a utilizar nas fazendas. Tal realidade fazia com que as condições iniciais de trabalho fossem bastante complicadas. Oliveira (2002, p. 13) esclarece-nos o objetivo da imigração:

No Brasil do século XIX, a política de imigração visava a atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitiria a posse do território e a produção de riqueza. O imigrante desejado era o agricultor, colono e artesão que aceitasse viver em colônias, e não o aventureiro que vivesse nas cidades. Em 1808 foi promulgada lei que permitia aos estrangeiros a propriedade de terras no Brasil.

A partir dos anos de 1930, a imigração europeia diminuiu muito. Iniciou-se, então, uma intensa imigração japonesa, além do que, começaram a chegar imigrantes de países limítrofes. Antes disso, havia uma restrição imposta por Getúlio Vargas, então presidente, como destacam Schwarcz e Starling (2015, p. 325):

De 1917 a 1924 os EUA limitaram a entrada de estrangeiros, e em dezembro de 1930, o então presidente Getúlio Vargas adotou o mesmo tipo de restrição diante daquilo que Sérgio Buarque de Holanda definiu como ‘a afluência desordenada de estrangeiros’, que seria responsável pelo desemprego das populações locais.

Oliveira (2002, p.25), ao tratar da imigração portuguesa no Brasil, menciona a ambiguidade em relação aos sentimentos que o brasileiro tem, atualmente, em relação aos portugueses que aqui residem, e afirma que “são muito próximos dos brasileiros, irmãos mesmo, e ao mesmo tempo são distintos”. Dessa perspectiva, ressalta que “o fato de a independência brasileira ter sido realizada sob o controle da dinastia portuguesa acrescentou mesmo traços peculiares ao Brasil” (OLIVEIRA, 2002, p. 26).

Tal ambiguidade é, de fato, algo marcante e recorrente, e não se limita ao português: o sentimento em relação ao estrangeiro, de qualquer nacionalidade, é ambíguo também, já que, ao mesmo tempo em que o brasileiro se define como um povo receptivo, uma nação de braços abertos, mostra-se capaz de produzir discursos xenófobos.

Em 2011, o então Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, afirmou que “o Brasil tem tradição de receptividade. Somos vistos como um país aberto, democrático, receptivo. O Brasil sempre foi um país de imigração” (PEREIRA, 2011). Ao tratarmos da Argentina, mencionamos que há um imaginário sobre a importância do imigrante na formação desse país. No Brasil, também há esse imaginário, como é possível observar no discurso do ex-secretário nacional de justiça. Nesse sentido, quando se considera o passado também há um espaço de exaltação da contribuição do imigrante para o Brasil.

Em outubro de 2015, o Ministério da Justiça brasileiro criou uma campanha (Anexo E) com *hashtags* a exemplo de *#EuTambémSouImigrante* e *#XenofobiaNãoCombina* em decorrência do aumento dos casos de xenofobia observados no país. Na campanha, divulgada nas redes sociais⁷⁵, eram apresentadas fotos de brasileiros, acompanhadas por falas entre aspas como: “Meu avô é angolano” e “Meu bisavô é ganês”, seguidas da afirmação: “Brasil. A imigração está no nosso sangue”. Se por um lado, não são raros os discursos que enaltecem o papel da imigração, por outro, há espaços institucionais de reconhecimento do aumento da xenofobia, e essa campanha é um exemplo disso.

A mencionada campanha gerou muitos comentários negativos nas redes sociais⁷⁶. Usuários ressaltaram que a campanha confundia tráfico de escravos com

⁷⁵ Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-lanca-campanha-de-enfrentamento-a-xenofobia-e-a-intolerancia>

⁷⁶ <https://www.geledes.org.br/campanha-do-governo-contr-xenofobia-gera-revolta-nas-redes/>

imigração. Além da imagem do negro e a frases sobre sua ascendência, o post na página do Ministério da Justiça trazia a frase: “há cinco séculos, imigrantes de todas as partes ajudam a construir nosso país”.

A memória sobre a escravidão fez com que os usuários do facebook se irritassem com a campanha do Ministério da Justiça. Parece-nos válido ressaltar que, em muitos pontos, há semelhanças entre a formação socio-histórica do Brasil e da Argentina. No entanto, acreditamos que as diferenças fazem com que a realidade de cada país seja bastante peculiar e uma dessas diferenças é a escravidão no Brasil.

De acordo com Fausto e Devoto (2004, p. 43),

[...] o componente branco era bem mais significativo na Argentina. [...] a característica diferencial entre os dois países tornou-se ainda mais nítida com o incremento da imigração em massa europeia, a partir aproximadamente da década de 1870, mais relevante na Argentina que no Brasil.

O componente branco era muito significativo na Argentina, e a imigração europeia ocorreu em grande escala. Enquanto no Brasil, a escravidão deixou até os dias atuais uma série de desigualdades e, talvez, venha daí também a maior hierarquização da sociedade, conforme ressaltava O'Donnell (1984, p. 3-4):

[...] Brasil es marcada y profundamente jerarquizado, ocultándose a veces tras sus ‘hombres cordiales’, pero encuentra su momento de mágica, pero no irreal, transmutación en los carnavales que Da Matta me ayudó a ver. En cambio, Argentina, sociedad también jerarquizada pero bastante menos que Brasil, tiene, en casi cualquier oportunidad que se presenta, una actitud más igualitaria (o, más precisamente, equiparadora) de las distancias sociales.⁷⁷

Ao longo das análises que realizamos, as questões sobre migrações foram ganhando destaque em virtude da recorrência de termos desse campo semântico no *corpus*. Neste capítulo, examinamos os casos em que observamos os termos *imigrante/inmigrante(s)* aparecem muito mais frequentes no *corpus* da Argentina.

⁷⁷ Tradução nossa: O Brasil é marcado e profundamente hierarquizado, ocultando-se às vezes nos seus “homens cordiais”, mas encontra seu momento de mágica, mas não irreal, transmutação nos carnavais que Da Matta me ajudou a ver. Por outro lado, a Argentina, sociedade também hierarquizada mas bastante menos que o Brasil, tem, em quase qualquer oportunidade que se apresenta, uma atitude mais igualitária (ou mais precisamente, equalizadora) das distâncias sociais.

Um ponto importante sobre o imaginário a respeito dos imigrantes é a contraposição das duas visões sobre o imigrante na Argentina: no imaginário dominante no país, o imigrante de países limítrofes está relacionado à criminalidade, visão que predomina desde a segunda metade do século XX. Há também o imaginário do imigrante europeu, do final do século XIX e início do século XX, hoje é visto como trabalhador, mas que na época também era considerado uma ameaça, fundamentalmente por sua filiação a movimentos operários e socialistas.

Observamos os casos nos quais os imigrantes europeus e sua contribuição para a Argentina foram exaltados em detrimento dos imigrantes de países da região, que em nada contribuíram para a nação, segundo a visão de alguns presidentiáveis. De fato, destacamos que exaltar a imigração do passado mostrou ser uma maneira de se defender de uma possível acusação de xenofobia.

As reflexões que aqui desenvolvemos serão retomadas e aprofundadas no próximo capítulo, em que abordamos a relação discursiva entre o racismo no Brasil e a xenofobia na Argentina.

Capítulo VII – Repensando a fronteira: racismo, criminalidade e vulnerabilidade social no Brasil e na Argentina

Nas páginas anteriores, apresentamos as análises dos casos do nosso corpus, dividindo-as em dois capítulos: um dedicado às fronteiras e outro aos imigrantes. traçamos análises que reforçaram nossa hipótese sobre as semelhanças e diferenças que se estabelecem – nas sequências discursivas dos presidenciais e nas séries relacionadas a esses discursos – no modo de construir as fronteiras, em cada país, como objetos de discurso.

Mostramos que, em ambos os países, se estabelece uma relação entre fronteiras e perigo, e destacamos que, enquanto no Brasil esse perigo parece estar associado a armas e drogas que entram pelas fronteiras, nos casos do corpus da Argentina há, além disso, o imigrante visto como parte importante desse perigo.

Feito esse caminho que nos permitiu constatar que, nos casos da Argentina, a figura do imigrante se associa a violência e criminalidade, começamos a nos perguntar quem seria colocado como culpado pela violência no Brasil, a quem seria relacionada a criminalidade, já que a figura do imigrante não era frequente no corpus.

Para pensar esta pergunta e ampliar as nossas reflexões sobre como se responde discursivamente ao pré-construído de que há um problema de segurança nos dois países, apresentamos este capítulo no qual, a partir da ampliação da noção de fronteira, do já desenvolvido até aqui e de novas fontes que buscamos, comparamos a xenofobia e o racismo no Brasil e na Argentina e observamos como o imaginário sobre os atores dessa violência emerge nos dois países.

Começaremos o capítulo com uma reflexão na qual tentamos redeterminar semanticamente o objeto de discurso “fronteira”. Depois, tratamos da relação entre criminalidade e vulnerabilidade social a partir da análise dos planos de governos de alguns presidenciais e terminamos mostrando como se traçam fronteiras – físicas, raciais e sociais – com a favela no Brasil. Concluímos o capítulo retomando as ideias apresentadas e traçando um paralelo entre as fronteiras no Brasil e na Argentina.

7.1 Repensando a fronteira

Ao buscarmos redeterminar semanticamente o objeto de discurso “fronteira” temos como intuito refletir sobre a relação entre criminalidade e vulnerabilidade social. No nosso entendimento, a fronteira deve ser pensada não só como divisão entre nações, mas também como barreiras sociais e raciais, que carregam a ideia de separação e exclusão, o que, de certa forma, é abordado por Hall (2003), para quem,

[...] o conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘Outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. (HALL, 2003, p. 32-33)

O autor, ao tratar do conceito de diáspora, menciona a construção de um outro e de uma oposição rígida entre o que está dentro e o que está fora. Fronteiras existem para separar povos, culturas, línguas e espaços e seu entendimento requer considerá-las em um sentido literal e figurativo, como defende Morales (1995, p. 23):

We live in a time and space in which borders, both literal and figurative, exist everywhere. Borders made of concrete, asphalt, aluminum, barbwire, and water, which mark the dividing line of one community in relation to another and mark the demographic, racial, ethnic, economic, and political separation of people, are the physical borders of heterotopia. Metaphorical borders are symbolized by the divisions and limits of culture, language, food, traditions, influence, and power. Psychological borders are manifested in metaphors of fear, desire, love, and hatred.⁷⁸

O autor considera que diversos tipos de fronteiras existem em todos os lugares: fronteiras físicas e psicológicas. Benedetti e Salizzi (2014, p. 123) explicam os três tipos de fronteiras que consideram em seu estudo sobre a construção do território argentino:

Las fronteras internacionales, conformadas a partir de límites jurídicos entre Estados nacionales; las fronteras interétnicas (con el indio), vinculadas a la relación entre los Estados coloniales o nacionales y las sociedades originarias del continente, y las fronteras agropecuarias,

⁷⁸ Tradução nossa: Vivemos em um tempo e espaço em que as fronteiras, literal e figurativa, existem em todos os lugares. Fronteiras de concreto, asfalto, alumínio, arame farpado, e água, que marcam a linha divisória de uma comunidade em relação a outra, e que marcam a separação demográfica, racial, étnica, econômica e política de pessoas, são as fronteiras físicas da heterotopia. As fronteiras metafóricas estão simbolizadas pelas divisões e limites da cultura, idioma, comida, tradições, influência e poder. As fronteiras psicológicas se manifestam em metáforas do medo, desejo, amor e ódio.

entendidas como procesos de colonización o valorización de ciertas áreas potencialmente utilizables para el desarrollo de actividades ganaderas, agrícolas o silvícolas.⁷⁹

Os autores fazem uma revisão histórica para mostrar a importância desses três tipos de fronteiras estabelecidas na Argentina ao longo dos anos, considerando-as não só como divisões entre Estados Nacionais. No caso da Argentina, podemos observar que há uma fronteira racial estabelecida:

El relato nacional que afirma que la Argentina es un ‘crisol de razas’ tiene sus orígenes en un proyecto de Estado-nación moderno que logró articular a través del tiempo subjetividades y significaciones acerca de la identidad argentina. Este relato, que afirma que los argentinos ‘descendemos de los barcos’, recorta y naturaliza en esa misma afirmación el carácter predominante de la población: blanca y europea, donde los componentes ‘negro’ e ‘indígena’ fueron instituidos como las huellas ausentes de la genealogía nacional. Pero esta idea hegemónica acerca de lo que somos no puede desvincularse del proceso de organización de nuestro país en términos espaciales, porque el mito de origen que reenvía a los barcos responde a una concepción centralista y porteña que ayuda a explicar, por ejemplo, que versiones populares de una nacionalidad cruzada por lo indígena (muy característica en algunas provincias) hayan tenido históricamente poca legitimidad, cuando no una directa negación⁸⁰. (GRIMSON; KARASIK, 2017, p. 97)

Pensando numa fronteira que separa a população mestiça dos argentinos de origem europeia não mestiçados, podemos considerar um significado mais metafórico das fronteiras como um limite estabelecido entre diferentes, sejam territórios, sejam culturas. Vila (2001) nos mostra que, em estudos sobre México e Estados Unidos, essas diferentes formas de pensar a fronteira ganharam espaço:

⁷⁹ Tradução nossa: As fronteiras internacionais, conformadas a partir de limites jurídicos entre Estados nacionais; as fronteiras interétnicas (com o índio), vinculadas à relação entre os Estados coloniais ou nacionais e as sociedades originárias do continente, e as fronteiras agropecuárias, entendidas como processos de colonização ou valorização de certas áreas potencialmente utilizáveis para o desenvolvimento de atividades pecuárias, agrícolas ou silviculturais.

⁸⁰ Tradução nossa: O relato nacional que afirma que a Argentina é um caldeirão de raças tem suas origens em um projeto de Estado-nação moderno que conseguiu articular através do tempo subjetividades e significações sobre a identidade argentina. Este relato, que afirma que os argentinos descendem dos barcos, recorta e naturaliza nessa mesma afirmação o caráter predominante da população: branca e europeia, onde os componentes negro e indígena foram instituídos como as pegadas ausentes da genealogia nacional. Mas esta ideia hegemônica sobre o que somos não pode ser desvinculada do processo de organização do nosso país em termos espaciais, porque o mito de origem que reenvia aos barcos responde a uma concepção centralista e portenha que ajuda a explicar, por exemplo, que versões populares de uma nacionalidade cruzada pelo indígena (muito característica em algumas províncias) tenha tido historicamente pouca legitimidade, quando não uma direta negação.

Los estudios fronterizos estadounidenses recientes se han desplazado desde el estudio de temas relacionados con la frontera entre México y Estados Unidos en particular, hacia temas mucho más amplios. donde la metáfora de ‘la frontera’ es usada para dar cuenta de cualquier tipo de situación donde la idea de límites esté presente, esto es, cualquier espacio físico o psíquico sobre el cual se puedan puntualizar problemas de límites: fronteras entre países, entre grupos étnicos en Estados Unidos, entre géneros, entre disciplinas académicas, etc.
⁸¹(Fox. 1994). (VILA, 2001, p. 3)

Essa reflexão nos permite pensar sobre a visão metafórica de fronteira, no caso do Brasil, a fronteira física, social e racial, o limite traçado entre a favela e o resto da cidade; no caso da Argentina, a fronteira racial, construída ao longo da história do país. Para desenvolvermos essa abordagem, valemo-nos de algumas sequências discursivas, inicialmente pertinentes ao Brasil, que não constam no *corpus* principal desta tese.

Em fevereiro de 2018, o então presidente da República, Michel Temer propôs intervenção militar em favelas no estado do Rio de Janeiro, justificando tal atitude pela constatação da crescente violência observada nos últimos anos na região. Alguns discursos que apresentamos ocorreram em uma sessão extraordinária, em 19 de fevereiro de 2018, na Câmara dos Deputados, sobre intervenção militar.

É importante pontuar que as forças armadas existem para agir em relação ao inimigo externo, ou para atuar em um país estrangeiro, como foi o caso da intervenção militar brasileira no Haiti, iniciada em 2004. A proposta de intervenção em favelas brasileiras sugere que esse lugar é visto como um espaço também estrangeiro, localizado no limiar de uma fronteira que o separa do resto da cidade.

Entre os discursos dos parlamentares sobre a temática da intervenção militar, temos a manifestação de Felipe Bornier, do Partido Republicano da Ordem Social do Rio de Janeiro:

Sr. Presidente, o bloco vota ‘sim’ conscientemente. Sabe que o plano de segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro está falido e não corresponde à realidade, ao que nós merecemos, ao nosso direito de ir e vir. Felipe Bornier.
 (Bloco/PROS-RJ)

⁸¹ Tradução nossa: Os estudos fronteiriços recentes dos Estados Unidos se deslocaram do estudo de temas relacionados com a fronteira entre México e Estados Unidos em particular para temas muito mais amplos. Onde a metáfora da “fronteira” é usada para dar conta de qualquer tipo de situação onde a ideia de limites esteja presente, isto é, qualquer espaço físico ou psicológico sobre o qual se possa pontuar problemas de limites: fronteiras entre países, entre grupos étnicos nos Estados Unidos, entre gêneros, entre disciplinas acadêmicas, etc.

Felipe Bornier critica o plano de segurança pública vigente na época no Rio de Janeiro, alegando que “nós merecemos” e reclamando o “nosso direito de ir e vir”. Aqui cabe-nos perguntar de que lugar fala o sujeito que reclama o direito de ir e vir, o que está incluído e o que não está no “nós” do determinante “nosso”, já que sabemos que a intervenção militar nas favelas prejudicaria o direito de ir e vir dos moradores desses locais.

Notamos que se traça uma fronteira entre a população à qual o parlamentar pertence e a população da favela; nessa segmentação, só um dos lados tem seus direitos garantidos. Trata-se de um *nós* que deixa clara a não inclusão da população pertencente a uma classe social mais baixa, como expresso no seguinte caso:

Eu queria fazer um apelo a todos os Deputados, em especial aos Deputados do Rio de Janeiro, que vivem esta realidade: vamos aprovar este decreto, para estabelecer o início da intervenção, que, apesar de todos os problemas, precisamos acompanhar para que dê certo.

É o futuro das nossas crianças, dos nossos netos, das nossas famílias e das pessoas de bem que está em jogo no Rio de Janeiro. (Pedro Paulo, PMDB-RJ)

Na sequência discursiva apresentada, há um fator a mais: o “nós” presente em “nossas crianças”, “nossos netos” e “nossas famílias” é seguido de “pessoas de bem”. Há, claramente, uma divisão estabelecida entre as famílias e as crianças que interessam: as nossas, não as das comunidades que terão de lidar com as consequências de uma intervenção militar. Benedita da Silva, deputada pelo Partido dos Trabalhadores, faz uma observação nesse sentido:

Quem não sabe que o crime organizado do morro não existe sem o crime organizado do ‘asfalto’, que lhe abastece de armas e drogas? Mas este último é ‘invisível’ para os órgãos de repressão. As lideranças comunitárias sabem que, para a intervenção militar, o ‘inimigo’ é o povo e o ‘território hostil’ é a favela. (Benedita da Silva, PT-RJ)

A deputada utiliza o léxico típico das forças armadas (“inimigo” e “território hostil”) para explicitar sua posição contrária à intervenção, já que a favela é vista como um território hostil e seus moradores, como inimigos. Sobre identidade, Woodward (2000, p. 39-40) observa que as

[...] identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença.

Há uma divisão que se traça entre a cidade e a favela: a favela é o lugar do crime, o território hostil que precisa de intervenção militar, ao passo que a cidade é o local de residência de pessoas do bem, de famílias que se sentem aprisionadas pelo medo da violência. A marcação dessa diferença é constitutiva da formação da identidade. Como Woodward (2000, p. 41) pontua, as

[...] formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades. A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições.

Vemos a oposição entre violência e segurança, ou crime e paz, emergir nas discussões da Câmara sobre a intervenção militar, as quais se materializam em discursos que escancaram o preconceito contra o negro, contra o pobre e contra a favela. Apoiada em Douglas em sua reflexão sobre oposições (1966, p.4) Woodward (2000, p. 46) afirma que

[...] a ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como a divisão entre ‘locais’ (insiders) e forasteiros (outsiders). A produção de categorias pelas quais os indivíduos que transgridem são relegados ao status de ‘forasteiros’ de acordo com o sistema social vigente, garante um certo controle social. A classificação simbólica está, assim, intimamente relacionada à ordem social. Por exemplo, o criminoso é um ‘forasteiro’ cuja transgressão o exclui da sociedade convencional, produzindo uma identidade que, por estar associada com a transgressão da lei, é vinculada ao perigo, sendo separada e marginalizada. A produção da identidade do forasteiro tem como referência a identidade do ‘habitante do local’.

Considerando os discursos da câmara que analisamos, podemos pensar no morador da favela pensado como um forasteiro, uma vez que, quando os parlamentares moradores do Rio de Janeiro mencionam “nosso direito de ir e vir”, excluem a comunidade da favela, esta, reiteramos, uma clara fronteira presente na sociedade brasileira.

Na Argentina, o tema a ser discutida diz respeito à xenofobia relacionada à entrada de imigrantes de países da região, âmbito da fronteira nacional. Essa fronteira

física funde-se com uma fronteira racial porque se expande à população nacional que apresenta traços não brancos. Grimson (2006), em artigo sobre xenofobia na Argentina, afirma:

Los llamados ‘inmigrantes limítrofes’ que desde el siglo XIX constituyen alrededor del 2,5% de la población argentina no eran socialmente considerados como tales en ese contexto. Más bien, y especialmente paraguayos y bolivianos, eran incorporados al conjunto de los ‘cabecitas negras’. Esta fue la manera despectiva en que se estigmatizó, en ‘un país sin negros’, a la población trabajadora con alguna ascendencia indígena que llegaba a la ciudad en los años treinta. Es decir, cualquier diferenciación por origen nacional o por especificidad étnica tendía a disolverse en una identificación de clase que las englobaba, aunque marcando racialmente la ‘oscuridad’. Los pobres eran ‘negros’ aunque, en sistemas clasificatorios tan distintos entre sí como el brasileño o el estadounidense, no fueran nada parecido con un ‘negro’ ya que no contaban con ascendencia africana⁸². (GRIMSON, 2006, p.2)

No capítulo anterior, tratamos da discriminação do imigrante proveniente de países da região, em contraposição a imigrantes originários da Europa no passado. Com base nessa constatação e considerando a citação anterior, notamos que o racismo na Argentina se volta tanto para a população imigrante que, em sua maioria, tem traços ameríndios, como para a população nacional, que compartilha tais traços. Grimson (2006, p. 6) observa que a generalização é uma forma de discriminar:

A esto se puede sumar que en ciertos contextos los ‘negros’ y pobres tienden a ser interpelados genéricamente como bolivianos. No es irrelevante que la hinchada de fútbol del equipo más popular del país sea llamada ‘boliviana’ por su principal adversario. Si antes los bolivianos eran parte de los pobres y ahora a los pobres se los considera en ciertos contextos como bolivianos, no sólo puede entenderse por qué cada vez se percibe que hay más inmigrantes en la Argentina de los noventa. También se entiende la rigurosidad de la metáfora: los excluidos son extranjerizados⁸³.

⁸² Os chamados ‘imigrantes limítrofes’ que desde o século XIX constituem em torno de 2,5% da população argentina não eram socialmente considerados como tais nesse contexto. Mas sim, e especialmente paraguaios e bolivianos, eram incorporados ao conjunto dos ‘cabecitas negras’. Esta foi a maneira depreciativa na qual se estigmatizou, em ‘um país sem negros’, a população trabalhadora com alguma ascendência indígena que chegava à cidade nos anos 30. Ou seja, qualquer diferenciação por origem nacional ou por especificidade étnica tendia a se dissolver em uma identificação de classe que as englobava, ainda que marcando racialmente a ‘escuridão’. Os pobres eram, ‘negros’ ainda que, em sistemas classificatórios tão distintos entre si como o brasileiro ou o dos Estados Unidos, não fosse nada parecido com um ‘negro’ já que não contavam com ascendência africana.

⁸³ Tradução nossa: A isso se soma que em certos contextos ‘negros’ e pobres tendem a ser interpelados genericamente como bolivianos. Não é irrelevante que a torcida de futebol da equipe mais popular do país

No caso da Argentina, portanto, o preconceito com o qual se olha para os estrangeiros pode se estender à população em situação de vulnerabilidade. De certa maneira, juntam-se num único grupo os imigrantes de países da região com a população de ascendência indígena. Vejamos a discussão que propõem Michaelсен e Johnson (2003, p. 20):

¿Cuáles son, entonces, las fronteras de América Latina? ¿La frontera internacional de los laberintos de la soledad, las fronteras en expansión hacia el desierto y los indígenas de diversas literaturas, las convivencias interculturales urbanas o aquellas de la Casa-grande e senzala? Son múltiples los escenarios limítrofes en América Latina.⁸⁴

Acreditamos que, como afirmam os autores, são múltiplos os cenários limítrofes na América Latina, por isso, ampliamos a noção de fronteira, entendendo-a como um limite entre Estados Nacionais e também como uma barreira racial ou social. Isto posto, e considerando nosso estudo sobre a relação estabelecida entre a fronteira e a criminalidade, passamos a tratar da relação entre a criminalidade e a vulnerabilidade social a partir de planos de governo dos presidenciáveis e do silêncio sobre o racismo nas eleições.

7.3 Os planos de governo e o silêncio sobre o racismo

O Brasil é marcado pela sua história de escravidão. Foram 300 anos que deixaram marcas e injustiças sociais vistas diariamente no cotidiano dos brasileiros. Nas periferias, há o extermínio da população negra. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), a

[...] taxa de homicídios (quociente entre o número total de homicídios registrados no Sistema de Informações de Mortalidade – SIM - do Ministério da Saúde para um determinado ano e a população do país no mesmo ano, multiplicado por 100 mil habitantes) no Brasil, em

seja chamada ‘boliviana’ por seu principal adversário. Se antes os bolivianos eram parte dos pobres e agora os pobres são considerados em certos contextos como bolivianos, não só se pode entender por que cada vez se percebe que há mais imigrantes na Argentina dos noventa. Também se entende a rigorosidade da metáfora: os excluídos são estrangeirizados.

⁸⁴ Tradução nossa: quais são, então, as fronteiras da América Latina? A fronteira internacional dos labirintos da solidão, as fronteiras em expansão ao deserto e os índios de diversas literaturas, as convivências interculturais urbanas ou aquelas da Casa-grande e senzala? São múltiplos os cenários limítrofes na América Latina.

2017, foi 16,0 para brancos e 43,4 para pretos ou pardos. Ou seja, uma pessoa preta ou parda tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que uma pessoa branca.

A série histórica revela ainda que, enquanto a taxa manteve-se estável para os brancos, ela aumentou para os pretos ou pardos entre 2012 (37,2) e 2018 (43,4), o que representa cerca de 255 mil mortes por homicídio registradas no SIM em seis anos.

Esses dados revelam que, no Brasil, a vulnerabilidade social está mais relacionada ao negro pobre. Apesar dessa constatação, há um silêncio em relação ao negro pobre; esse silêncio já havia sido observado ainda nas eleições de 2014, quando pouco se falou sobre promoção da igualdade ou enfrentamento do racismo. Da mesma forma ocorreu na Argentina em relação à xenofobia e também ao racismo.

É a partir desse silêncio, constitutivo do discurso, que analisamos alguns planos de governo dos presidencialistas. Para Orlandi (2009, p. 31), “o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é”. A autora observa, ainda, que existe

[...] uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma coisa’, para não deixar dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política. (ORLANDI, 2007, p. 53)

Nos discursos dos presidencialistas que compõem o *corpus* desta pesquisa, não identificamos falas relacionadas ao negro, ao racismo, à xenofobia, ao imigrante ou a políticas de igualdade. Hoje, poucos anos depois das eleições, esse silêncio causaria grande estranhamento em virtude de uma série de acontecimentos e discussões que poderiam ser temas de outros estudos, como os pronunciamentos do presidente Jair Bolsonaro durante a sua campanha presidencial nas eleições de 2018 no Brasil.

Em nossa análise, observamos os planos de governo de todos os candidatos à presidência do Brasil e, no caso da Argentina, os planos de Mauricio Macri, Nicolás del Caño e Margarita Stolbitzer⁸⁵. Desses planos, apresentamos aqui alguns trechos. O primeiro trecho, é do plano de governo de Dilma Rousseff, candidata à presidência do Brasil em 2014:

⁸⁵ Como resultado da pesquisa que realizamos, os únicos planos de governo de presidencialistas nas eleições de 2015 da Argentina que encontramos na internet foram os três mencionados.

A luta contra a discriminação e a promoção da igualdade racial continuarão tarefas prioritárias de nosso governo. Temos o desafio de tornar realidade a Lei de Cotas no serviço público federal, sancionada em junho de 2014, garantindo-lhe a mesma efetividade já alcançada pela lei de cotas nas universidades públicas. De especial importância para o futuro de nosso Brasil, é o enfrentamento da violência contra jovens negros e para isso fortaleceremos e ampliaremos o Programa Juventude Viva. (P.21 Plano de Governo – Dilma Rousseff)

O plano de governo da então presidenta Dilma Rousseff menciona a Lei de Cotas, Lei nº 12.990/2014, que garante 20% das vagas de concursos públicos da União à população parda e negra. Dois anos antes, havia sido sancionada a Lei nº 12.711/2012, que garante 50% das vagas das universidades públicas federais e Institutos Federais a alunos oriundos de escolas públicas e a jovens pardos e negros. O plano também faz referência ao Programa Juventude Viva, que reúne uma série de ações voltadas aos jovens, como oferta de serviços públicos em comunidades mais vulneráveis a violência.

Luciana Genro, por sua vez, ao defender a legalização da maconha em seu plano, afirma:

Neste sentido apresentamos um conjunto de propostas que começa apontando para o fim da chamada guerra às drogas. Esta guerra é hoje o mais poderoso instrumento de criminalização da pobreza e de instigação ao racismo. (P.8 Plano de Governo – Luciana Genro)

Como uma política de enfrentamento ao racismo, a candidata propõe ações para o fim da guerra às drogas, mas não trata de políticas de igualdade racial.

O plano de governo de Marina Silva expõe a quantidade de mortes de jovens negros, mas não traz propostas claras para o enfrentamento do problema:

A sensação de insegurança generalizada, que é repercutida diariamente pelos meios de comunicação de massa, evidencia os limites atuais da política de segurança, que ainda não se tornou prioridade nacional. Morrem de forma violenta no Brasil essencialmente homens, jovens, negros e pobres. Replica-se, portanto, no tema da segurança, o processo de exclusão social, que não pode ser superado apenas por meio da atuação policial. (P.22 Plano de governo – Marina Silva)

De qualquer maneira, as poucas menções a políticas de igualdade racial tratam o tema de forma muito genérica e sem muitas propostas palpáveis, com exceção da Lei de

Cotas, que já mencionamos anteriormente. Nos demais planos de governo, não identificamos menções a essas políticas, mesmo assim, apresentamos dois segmentos do plano de governo de Aécio Neves para uma breve análise:

A população jovem brasileira gira em torno de 55 milhões de pessoas, na sua grande maioria expostas aos riscos da criminalidade, violência, drogas e desemprego. Nesse quadro é urgente a adoção de projetos e ações que estimulem a geração de oportunidades voltadas a essa parcela da população, assim como novas formas de educação e inserção cultural e social desses jovens. P.21 Plano de governo – Aécio Neves

Nossa proposta tem enfoque abrangente, tendo em vista todo o ciclo de gestação da violência, evitando que jovens se envolvam com o crime, até uma atuação mais efetiva da justiça criminal. P.64 Plano de governo – Aécio Neves

Orlandi (2007, p.24) analisa os sentidos do silêncio distinguindo silêncio fundador, “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar”, de política do silêncio, que se subdivide em “silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras) e o silêncio local, que se refere à censura”. (ORLANDI, 2007, p.24).

No plano de governo de Aécio Neves, a menção é apenas aos jovens, não à população negra. Não são todos os jovens que estão expostos à violência e ao desemprego, são os jovens negros pobres, os jovens das periferias. Ao não mencionar os termos “negro” e “pobre”, ou qualquer outro que possa introduzir um recorte socioeconômico ou racial, o plano de governo do candidato nega, de certa forma, as diferenças sociais entre os jovens de classe média e os jovens negros da periferia.

Ao silenciar as diferenças sociais entre os jovens não trazendo para o debate a condição da população negra nos seus planos de governo, os candidatos se eximem de reconhecer o racismo. A fim de apresentar uma proposta para a igualdade racial, o candidato teria de reconhecer que há desigualdade. Não propor políticas para os negros é fugir da necessidade de reconhecer que o racismo existe, igualando todos os jovens.

Na Argentina, como já afirmamos ao propor a ampliação da noção de fronteira, o racismo se apresenta de maneira um pouco diferente, como explicam Grimson e Karasil (2017, p. 99-100):

[...] lo ‘negro’ en la Argentina no se asocia a ciertos rasgos fenotípicos referidos a un origen africano, sino que tiene que ver con cómo se articuló históricamente un discurso racista a pesar de la afirmación de que somos un país ‘sin negros’ y ‘sin indios’: considerar a los pobres como ‘negros’ o ‘cabecitas negras’. Esta forma de racismo en la Argentina da cuenta de cómo fueron tejiéndose maneras de interpretar a sectores sociales que, a pesar de ser parte del mismo territorio nacional, fueron marcados como los ‘otros’ de la nación.⁸⁶

O racismo na Argentina também se volta para uma população mais vulnerável, já que, de acordo com a citação, os pobres são denominados como “negros” ou “cabecitas negras”. Retomemos um caso já foi analisado, correspondente a uma fala de Mauricio Macri:

Argentina es un colador, cualquiera de Paraguay, Perú o Bolivia ingresa y se instala preferentemente en las villas de la ciudad, porque tiene sistema de salud y educación mejor que en sus países⁸⁷

Ao dizer “preferentemente en las villas”, Macri ativa o imaginário de que nas favelas se pode tudo, ninguém controla nada. Além disso, podemos pensar que quem está nas *villas* se relaciona ao proibido, ao crime, assim como quem está nas favelas no Brasil.

Nos três planos de governo da Argentina analisados também não identificamos menções a políticas de igualdade racial nem a políticas de combate ao racismo ou à xenofobia. No plano de governo da coligação Cambiemos, de Mauricio Macri, na seção que corresponde à declaração de princípios, lê-se:

Creemos, además, que el Estado debe esforzarse por igualar oportunidades. Creemos en una sociedad próspera en la que todos puedan cumplir sus sueños y ser felices. Creemos en el enorme potencial igualador de la educación. Creemos que la pobreza es inaceptable.

⁸⁶ Tradução nossa: O negro na Argentina não se associa a certas características fenotípicas referidas a uma origem africana, mas sim tem a ver com como se articulou historicamente um discurso racista a pesar da afirmação de que somos um país ‘sem negros’ e ‘sem índios’: considerar os pobres como ‘negros’ o ‘cabecitas negras’. Esta forma de racismo na Argentina dá conta de como foram sendo tecidas maneiras de interpretar setores sociais que, apesar de ser parte do mesmo território nacional, foram marcados como os ‘outros’ da nação.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.eldeber.com.bo/bolivia/recuerdan-palabras-macri-migrantes-bolivianos.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.

De modo muito geral, o plano fala de igualdade sem mencionar os desafios para alcançá-la. Posteriormente, há algumas referências à pobreza, mas elas não estão relacionadas a origem ou raça:

Alcanzar una política de protección social universal que otorgue cobertura ante los riesgos sociales a toda la población es base a su condición de ciudadanía. Vamos a institucionalizar y expandir la Asignación Universal por Hijo (AUH) para disminuir el nivel de desigualdad, pobreza e indigencia en la Argentina.

Las políticas de niñez buscarán extender la oferta de centros de cuidado de calidad para un pleno desarrollo de niños y niñas de 0 a 3 años, contemplando especialmente hijos e hijas de las familias en condiciones de pobreza y/o vulnerabilidad. Los centros de primera infancia focalizarán su esfuerzo en los hogares más desfavorecidos, acompañando las transferencias con trabajadores sociales de referencia.

O plano de Nicolás del Caño indica a necessidade da luta por igualdade e da defesa da educação pública, há também críticas ao avanço da criminalização da pobreza no país. Não há referência direta ao racismo, mas há a seguinte menção:

Desde la Emergencia en Seguridad se adoptaron como mecanismos sistemáticos la detención de colectivos públicos de pasajeros, para posteriormente realizar averiguaciones de identidad, cacheos y requisas sobre las personas que viajan en este medio de transporte. La mayoría de las veces se selecciona por ‘portación de rostro’, deteniendo sin orden judicial previa y violando los derechos constitucionales a la libre circulación y a no sufrir injerencias arbitrarias.

O texto trata da “portación de rostro”, que revela preconceito relacionado à aparência física. Com base nas leituras que realizamos, podemos entender que esse *rostro* é o de alguém que não se identifica com o argentino branco. No texto do programa de governo, ao se manter “portación de rostro” como inferência a ser realizada, não se especifica a relação entre classe e raça.

A seguir, temos um trecho no qual é abordada a criminalização da juventude e dos que estão em situação de pobreza, mas ainda sem tocar no problema racial:

La problemática de la llamada ‘inseguridad’ no se resuelve con las fracasadas políticas de mano dura, los aumentos de pena y

de efectivos policiales y la criminalización de la juventud y quienes están en situación de pobreza, sino desarticulando a las bandas que manejan el gran delito que están constituidas desde el propio aparato de Estado, en particular sus fuerzas represivas y el poder económico, con la complicidad de sectores del poder político y el propio Poder Judicial.

Finalmente, no plano da candidata Margarita Stolbizer, da coligação Progresistas, também só há menções mais gerais a injustiças sociais, estas não são relacionadas a nenhum fator racial ou de origem nacional:

Un estado con capacidad de abordar las problemáticas sociales desde una mirada interdisciplinaria. Esto exige un cambio profundo en el enfoque de las políticas sociales donde el eje sea el desarrollo humano y la transformación de las injusticias estructurales, manteniendo una política social de emergencia para la atención de las necesidades básicas.

Garantizaremos el acceso a la vivienda y a todos los bienes y servicios básicos sin distinciones sociales.

Todos os candidatos, em seus discursos, levantam a bandeira da igualdade, mas esta parece permanecer no campo da expressão do desejo “de um país mais igual”, sem a especificação dos grupos mais vulneráveis ou do papel do racismo nessa vulnerabilidade. Ao não identificar esses elementos, não há propostas em relação a eles.

No capítulo anterior, evidenciamos, por meio da análise dos discursos dos presidencialistas, que, na Argentina, a criminalidade está relacionada ao imigrante. Neste capítulo, mostramos que os traços que identificam a origem racial do imigrante de países da região são determinantes para que se estabeleça o preconceito. Esse preconceito ocorre em um país no qual, historicamente, ganhou força a representação ideológica da mistura de raças reduzida a feições brancas e europeias e que por muito tempo teve sua composição indígena apagada ou representada como algo alheio.

Já no que se refere ao Brasil, a violência foi atribuída ao negro pobre, aspecto que vamos abordar mais profundamente na seção seguinte, antes, porém, desenvolvemos uma reflexão que, acreditamos, ser necessária no contexto deste estudo e que diz respeito à formação da população no Brasil e na Argentina, nesse aspecto, Ribeiro (2002, p. 4-5) afirma:

O processo de formação da população e de ocupação territorial teve, evidentemente, impactos duradouros. No Brasil, como em outras áreas de *plantation* das Américas, a migração forçada de uma grande população escrava, negra, de origem africana, levou a impactos profundos na cultura e na futura segmentação étnica do Estado-nação. Nesta composição, foi igualmente importante a participação da população indígena, alvo, da mesma forma, de violências por parte dos colonizadores. Na Argentina, onde o sistema da *plantation* escravocrata, especializada na produção de produtos tropicais, não se instalou, a segmentação étnica foi dominada, inicialmente, por uma clivagem entre brancos e índios que, podemos dizer, iria ser redefinida com a chamada Guerra do Deserto (1879-1880) quando a população indígena foi morta ou expulsa da área da grande planície fértil, os pampas. Aprofundou-se, então, a intensa expansão da frente agro-pastoril que desembocaria na poderosa síntese capitalista realizada nas primeiras décadas do século XX. De meados do século XIX até meados do século XX a Argentina receberia milhões de imigrantes europeus, tornando sua segmentação étnica marcada basicamente pela proeminência de dois grandes segmentos de origem espanhola e italiana, e a presença de diversos outros de origem francesa, inglesa, alemã, russa e polonesa, por exemplo. A maioria dos habitantes da grande Buenos Aires, no começo do século XX, era de estrangeiros.

Se pensarmos na diferença entre a formação da população nos dois países, podemos entender que, no Brasil, a criminalidade está mais associada ao negro pobre, ao passo que, na Argentina, está mais associada ao imigrante de países próximos, que apresente traços mestiços ou mesmo a argentinos com esses traços. Ribeiro (2002, p. 4-5) segue explicando a composição étnica em ambos os países:

[...] o Brasil transformou-se em um país marcadamente branco, mestiço e negro, enquanto a Argentina tornou-se um país eminentemente branco. Um associado aos trópicos; outro associado à Europa. Assim, o modo de representar pertencimento ao Estado-nação, frequentemente impulsionado por suas elites e claramente presente nas diferentes imagens homogeneizadas onde cada 'identidade nacional' se projeta, é de um Brasil da 'democracia racial', formado por brancos, negros e índios, e de uma Argentina do 'crisol de razas', formada por uma composição de europeus. Dependendo do contexto, da posição dos atores na segmentação étnica e de suas posições políticas, pode haver maior ênfase em um ou outro aspecto desta composição ideal. Mas, este é o espelho interétnico onde brasileiros e argentinos se miram.

Mesmo considerando todas essas diferenças, ainda podemos colocar em paralelo, no Brasil e na Argentina, o fato de que a criminalidade está relacionada à vulnerabilidade social, como veremos a seguir.

7.4 Um pouco mais sobre a favela: a guerra racista contra o crime

No início deste capítulo, ao redeterminar semanticamente o objeto de discurso “fronteira”, propusemos uma reflexão sobre a fronteira que separa as favelas e as outras regiões das cidades brasileiras. Após as análises dos planos de governo, sentimos a necessidade de aprofundar a abordagem do tema das favelas, especialmente porque funciona como uma aplicação do que definimos como ampliação da noção de fronteira.

No Brasil, a população preta ou parda é maioria: 55,8% de acordo com dados do IBGE de 2019. Apesar disso, os índices como distribuição de renda, ocupação de cargos gerenciais e educação revelam uma grande diferença entre brancos e negros; os brancos têm maiores salários, melhores cargos e condições de vida, como podemos notar na Figura 2, a seguir:

Figura 6 – IBGE

Fonte: IBGE (2019, p.1).

De acordo com os dados expostos, a taxa de analfabetismo e de homicídios é muito maior entre negros. Há desigualdade também na distribuição de renda, no mercado de trabalho e na representação política. Embora os dados sejam significativos, há negação do racismo no Brasil, que é visto como um país que preza pela igualdade, como afirma Barbosa (1992, p. 129), ao analisar as constituições:

[...] nenhum outro domínio expressa tão bem nosso fascínio pela ideia de igualdade como nosso sistema jurídico e legal, a começar pela nossa carta constitucional. Em todas as nossas constituições, que não

foram poucas (oito), sempre existe um artigo explicitando a igualdade de todos perante a lei. Em todos os nossos textos constitucionais, não deixamos de registrar a importância que atribuímos à afirmação da igualdade de todos perante a lei.

Neste ponto, retomamos novamente a discussão sobre a intervenção militar no Rio de Janeiro que trouxemos no início deste capítulo. Na discussão sobre uma intervenção militar surge, como vimos, o tema do racismo; nesse momento, muitos parlamentares mencionam o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, que aconteceu em 14 de março de 2018. Marielle era negra, da favela e as investigações, ainda inconclusivas, apontam que o assassinato foi motivado por razões políticas. André Amaral, do Partido Republicano da Ordem Social, relata:

eu vi muitos Parlamentares se pronunciarem sobre a questão da Vereadora Marielle Franco. Choro pela Vereadora negra, da favela, pobre, assim como choro por um jovem branco, que mora em um bairro nobre. [...] Todos nós aqui choramos e toda a população brasileira chora também, não porque ela era negra, mas porque ela era gente, porque ela era humana

Notamos a expressa tentativa de negar a existência do racismo tomando-se a ideia de que todos são iguais, quando sabemos que, por ter motivações políticas, o assassinato da vereadora representa algo muito maior. Além disso, conforme expusemos mediante dados do IBGE, a violência contra a população negra é mais expressiva do que com o resto da população. Na sua obra sobre cultura e identidade brasileiras, Ortiz (1994) afirma que as

[...] relações raciais são obscurecidas pela ideologia da democracia racial. São vários os autores que têm insistido sobre o aspecto da questão racial, mas se é verdade que hoje existe uma ideologia da miscigenação democrática, é interessante observar que ela é um produto recente na história brasileira. (ORTIZ, 1994, p. 36)

Se a ideologia da miscigenação democrática é recente, voltemos um pouco ao passado para pensarmos sobre o racismo no Brasil. Carneiro (1988), ao tratar das manifestações do antissemitismo na Era Vargas (1930-1945), explica que, a partir do século XIX, novas modalidades do pensamento europeu influenciaram o pensamento nacional e os

[...] conceitos sustentados pelo darwinismo social, pelo evolucionismo social de Herbert Spencer, alcançaram grande repercussão nos meios intelectuais brasileiros, fornecendo justificativas científicas para as diferenças sociais e para o atraso brasileiro frente às demais nações europeias. A questão da raça passou a ser discutida, absorvendo através de uma extensa literatura europeia as ideias de outros teóricos do racismo científico, prevendo para o Brasil um futuro duvidoso, sob a alegação de sermos um 'país de mestiços'. A adoção de certos conceitos 'científicos', representativos do determinismo racial, justificavam, ideologicamente, o sistema de dominação, cristalizando as barreiras sociais e impedindo ao negro recentemente liberto equiparar-se aos demais cidadãos. (CARNEIRO, 1988, p.85)

Esses intelectuais, cujas ideias, de certa forma, foram retomadas nos anos de 1930,

- Admitem a existência de raças superiores e inferiores;
- Delegam às raças manifestações que decorrem de fatores sociais;
- Afirmam a ideia de inferioridade do mestiço;
- Confirmam a influência negativa da presença do sangue negro em todas as civilizações;
- Propõem a formação de uma população eugênica;
- E a necessidade de controlar a imigração, incentivando a entrada de elementos arianos. (CARNEIRO, 1988, p.96-97)

Essas ideias que a autora enumera evidenciam por que o racismo se consolidou na sociedade. Apesar de o racismo estar presente, há a tentativa de negá-lo por meio de um discurso que afirma a superação dos preconceitos e a igualdade de oportunidades. Vejamos o que diz Darcísio Perondi, deputado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, na discussão sobre a intervenção militar nas favelas do Rio de Janeiro:

Mas eu quero agora continuar insistindo num tema. Eu fico surpreso com que os deputados da oposição critiquem a intervenção no Rio de Janeiro. Eles querem que o Rio de Janeiro se incendeie, que aumente a insegurança, que todos os investimentos fujam do Rio de Janeiro, que o desemprego suba até o céu! Não adianta, guerra é guerra! É Medellín, é Nova York. E essa guerra vai longe. Falar de racismo? Tenha a santa paciência!

V.Exas. estão defendendo os bandidos traficantes do Rio de Janeiro que matam inocentes, que, inclusive, mataram aquela vereadora. Darcísio Perondi (PMDB-RS)

O deputado expõe seu incômodo ao ouvir os colegas falando sobre racismo porque, como ele afirma, trata-se de uma guerra. Ao falar de guerra, podemos entender que o uso das forças armadas e as mortes decorrentes das ações policiais nas favelas

estariam justificadas. De certo modo, ao dizer “V.Exas. estão defendendo os bandidos traficantes do Rio de Janeiro” depois de afirmar “Falar de racismo? Tenha a santa paciência!”, o parlamentar se identifica com pressupostos racistas, relacionando a população negra a bandidos/traficantes.

A ação de forças policiais nas favelas se faz presente com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que Marielle Franco (2014, p. 50) define, em sua tese de mestrado, como “um modelo de ação policial voltado para enfrentar, nas favelas, o poder dos grupos criminosos armados”. A autora faz uma crítica ao modelo implementado, chamando a atenção para a realidade da aplicação das UPPs, uma vez que

[...] não apresentou qualquer alteração de qualidade na forma de políticas públicas, sequer de policiamento. Até agora, o que se pode verificar é o predomínio de uma ideologia que conquista significativamente a cidade articulando a paz com a ação policial. Porém, não é possível, por meio de ações policiais, conquistar um ambiente de paz ou de segurança. (FRANCO, 2014, p.48-49)

A pesquisadora, ao longo de seu texto, mostra a ineficácia das UPPs e destaca a violência causada nas comunidades. Expõe, por exemplo, o caso do Complexo da Maré⁸⁸:

No caso da entrada das forças de segurança na Maré, o que pode ser considerado apenas como pré-UPP, teve como característica a ocupação policial, seguida da ocupação do Exército e ‘recheada’ desse caráter autoritário e violento, repleto de violações. O que se mostrou, até agora, ainda que a UPP não esteja oficialmente instaurada, foram ações centralizadas ainda na força armada do Estado e no tratamento dos moradores como suspeitos em potenciais, dadas as ações de destrato. (FRANCO, 2014, p.96)

A violência policial e, no caso da intervenção, a violência esperada dos militares, faz com que a favela se torne um ambiente perigoso para seus moradores e se consolide como um território de guerra. Ivan Valente, deputado pelo Partido Socialismo e Liberdade, durante a discussão na Câmara, afirmou que,

[...] na verdade, essa intervenção militar precisa ser duramente vigiada, porque se pode praticar as maiores arbitrariedades contra a cidadania comum. Não se pode tratar o jovem, o negro, o pobre, o cidadão como criminoso só porque mora naquele

⁸⁸ O Complexo da Maré, ou somente Maré, é um bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, constituído por bairros menores e favelas.

local. Às vezes, é obrigado a morar lá, e pode ser vítima das milícias, vítima da violência policial, vítima do tráfico de drogas. Ele é vítima de três setores. Agora chega o decreto de intervenção federal. Então tudo pode? Não! (Ivan Valente – PSOL)

Nessa manifestação, o deputado reforça a ideia de que não se pode criminalizar o cidadão porque ele mora na favela. De acordo com Silva (2009), a favela vem sendo definida pela ausência, “definida pelo que não seria ou pelo que não teria” (p.16), apreendida

[...] em geral, como um espaço destituído de infra-estrutura urbana – água, luz, esgoto, coleta de lixo; sem arruamento; globalmente miserável; sem ordem; sem lei; sem regras; sem moral. Enfim, expressão do caos. Outro elemento peculiar da representação usual das favelas é sua homogeneização. (SILVA, 2009, p.16)

Nos discursos na Câmara, podemos observar que alguns deputados mais progressistas tentam chamar a atenção para o fato de que a ideia de homogeneização da qual fala o autor não representa a realidade da favela, ao passo que outros insistem em tratar a favela como um espaço uniforme, em que tem lugar a guerra contra o crime, um território inimigo. Ao falar dos estigmas que circundam esse lugar, o autor afirma que o

[...] mais grave é que, como o simbólico também é um componente de instituição do mundo social, as políticas públicas e os investimentos privados, assim como as ações de organizações sociais, terminam sendo orientadas por essas concepções. Nesse caso, muitas vezes, as ações nas favelas são mais vistas como formas de prevenção da violência do que direitos de exercício da cidadania; as iniciativas são fragmentárias; os investimentos são precários e a ambiência econômica é frágil. (SILVA, 2009, p.17)

Valendo-se das reflexões desenvolvidas nos debates e atividades do seminário *O que é favela afinal?*, Silva (2009, p. 96)) destaca que o Observatório de Favelas apresenta uma declaração própria “com o objetivo de contribuir para a formulação de um conceito de favela que abrigue a complexidade e a diversidade desse território no espaço urbano contemporâneo”. Entre as diversas conclusões às quais chegam os pesquisadores no final do relatório, destacamos:

[...] a favela é um território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira,

configurando identidades plurais no plano da existência material e simbólica. (SILVA, 2009, p.97)

[...] superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela se apresenta com a riqueza da sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas. (SILVA, 2009, p.97)

Entendemos que há uma criminalização da favela. Emerge em muitos discursos dos políticos o pré-construído de que o território da favela é o lugar do crime. Quando pensamos que, conforme afirma o autor na citação anterior, na favela está predominantemente a população negra pobre, entendemos por que a criminalização no Brasil se volta para esse grupo.

Embora a favela no Brasil seja tema de uma série de estudos que contempla diversas perspectivas, nosso objetivo aqui foi tratar especificamente daqueles aspectos que nos pareceram necessários para pensarmos a ampliação da noção de fronteira e a relação entre criminalidade e vulnerabilidade social. Nesse sentido, consideramos os discursos de parlamentares, retomando aspectos históricos e apresentando dados que nos ajudaram a evidenciar a persistência do racismo na sociedade brasileira.

As reflexões que desenvolvemos neste capítulo permitiram-nos perceber que a fronteira deve ser entendida não só como uma barreira física, mas também como um limite imposto entre classes sociais, raças e espaços de uma mesma nação. A noção de fronteira deve ser ampliada para que possamos entender toda a complexidade das relações estabelecidas entre os cidadãos de um país.

Ao pensarmos o racismo e, sobretudo, sobre a desigualdade racial, problematizados ou não nos discursos dos presidenciáveis, deparamo-nos com o silêncio. Analisamos alguns planos de governo de presidenciáveis e neles não identificamos propostas para a promoção da igualdade racial, necessária, pois em ambos os países o racismo se faz presente de diferentes maneiras. Ao final do capítulo, abordamos a favela, no Brasil, como um território que, no imaginário, é ocupado pelo crime.

Diante do exposto, podemos afirmar que, no imaginário argentino, parece haver uma sobreposição entre uma fronteira que é nacional, relacionada aos imigrantes, e uma fronteira racial, relacionada à população mestiça. No caso do Brasil, a fronteira racial sobressai e se caracteriza como uma grande barreira, um limite que exclui a favela, o negro pobre, deixando-os num território que é quase estrangeiro, sobre o qual, algumas vezes, cabe, inclusive, a atuação das forças armadas.

Considerações finais

Ao iniciarmos esta tese de doutorado, definimos o objetivo de investigar as diferentes construções das fronteira/frontera(s) e da imigração no discurso político de presidenciáveis no Brasil e na Argentina, respectivamente, nas eleições de 2014 e de 2015, e, mais especificamente, verificar as diferentes formas como os termos referidos às fronteiras e aos imigrantes são determinados no discurso dos presidenciáveis levando-se em conta os imaginários e as condições de produção dos enunciados.

Trabalhamos com a hipótese de que nas sequências discursivas do Brasil, o perigo está associado *àquilo* que pode entrar pelas fronteiras, ao passo que, na Argentina, o perigo está associado a *quem* pode entrar e permanecer em seu território. No discurso de ambos os países, de formas distintas, emerge a preocupação com a manutenção do que se representa como nacional.

Partindo dessa hipótese e da constatação de uma maior ocorrência do termo “inmigrantes” no *corpus* da Argentina em comparação com a ocorrência do termo no *corpus* do Brasil, estendemos nossa análise para pensar a associação entre criminalidade e vulnerabilidade social com base na noção ampliada de fronteira, e construímos uma reflexão sobre o racismo e a xenofobia no discurso político de presidenciáveis de ambos os países.

De modo a avaliarmos o percurso que construímos neste estudo, retomamos alguns aspectos tratados em cada capítulo.

Inicialmente, no capítulo I, traçamos um panorama do cenário político da América Latina, com destaque para a crise dos governos neoliberais e para a emergência de novas lideranças. Falamos dos anos que antecederam as eleições, considerando especificamente o Mercosul e as políticas migratórias no Brasil e na Argentina.

Considerando a recorrência do tema dos imigrantes no *corpus* da Argentina, pareceu-nos importante apresentar dados sobre as migrações relativas aos dois países para pensarmos nas condições de produção dos casos analisados. Esses dados nos mostraram que, embora tenha havido avanços nas políticas migratórias ao longo dos anos, ainda é preciso percorrer um longo caminho para que os imigrantes disponham de condições de vida mais justas.

No capítulo II, apresentamos um panorama dos aspectos políticos de Brasil e Argentina e as especificidades dos movimentos políticos em cada um deles no momento

das eleições. Esses dois primeiros capítulos foram a base para nossas análises e alguns pontos levantados neles foram retomados ao longo dos capítulos seguintes.

O capítulo III foi dedicado às bases teórica e metodológica da tese. Nele, apresentamos conceitos da análise do discurso materialista, como pré-construído, memória discursiva e condições de produção. Além disso, explicitamos nosso entendimento acerca de discurso político e introduzimos os conceitos de determinação discursiva e de domínio semântico da enunciação, que foram muito importantes para as nossas análises.

No capítulo IV, discorremos sobre a escolha e constituição do *corpus* e antecipamos algumas análises, a fim de explanar o procedimento analítico adotado, além do que, abordamos a noção de *corpus* discursivo. Posteriormente, quantificamos os dados, mostrando o número de ocorrências dos termos “fronteiras” e “imigrantes”. Mesmo sendo esta uma pesquisa qualitativa, foi importante evidenciar os dados, de modo a fazer notar a baixa ocorrência do termo “imigrantes” no *corpus* brasileiro e também a ocorrência mais baixa do que esperávamos na discussão sobre as fronteiras, o que foi considerado nas análises. Ainda nesse capítulo, explicamos o que nos levou a ampliar o *corpus* a partir de outras sequências discursivas.

No capítulo V, procedemos à análise do *corpus* principal, com foco nas diferentes formas de se determinar o termo “fronteiras” e nas suas construções no discurso. Observamos que as fronteiras se relacionam com a criminalidade e são vistas como um lugar que precisa ser controlado. Notamos haver diferença na construção da fronteira na discursividade dos dois países: no *corpus* de ambos emergiu uma preocupação com o perigo, cujos agentes são diversos. Nos casos analisados pertinentes ao Brasil, o perigo mostrou estar relacionado a armas e drogas; naqueles pertinentes à Argentina, observamos o acréscimo de um elemento humano: além de drogas e armas, emergiu a preocupação com quem podia entrar e permanecer naquele território. A partir desse ponto, passamos para o capítulo seguinte, em que tratamos dos imigrantes.

No capítulo VI, seguimos analisando os casos do *corpus* principal e adicionamos casos de um *corpus* ampliado. Dedicamo-nos a responder, considerando novas sequências discursivas, às perguntas levantadas nas análises realizadas. Fizemos isso sem perder de vista o *corpus* principal, mas nos permitindo trilhar outros caminhos também relacionados ao tema de nosso estudo. Levando em conta as reflexões sobre identidade e nacionalismo, pensamos sobre como se construiu a ideia de inimigo externo, contexto no qual no *corpus* da Argentina emerge a questão do imigrante.

Tratamos das diferentes construções que envolvem a imigração na Argentina notando que há um imaginário que exalta o imigrante europeu, ao passo que trata o imigrante de países da região como um problema. Também comparamos a imigração nos dois países pensando em diferenças e semelhanças e destacamos a escravidão no Brasil como um ponto de bastante contraste.

Por fim, no capítulo VII, comparamos a xenofobia e o racismo no Brasil e na Argentina, observando como o imaginário sobre os atores da violência emerge nos dois países. Para isso, ampliamos a noção de fronteiras e tratamos da relação entre criminalidade e vulnerabilidade social.

Em ambos os países constatamos a existência de uma fronteira racial: no Brasil, com os negros pobres, criando uma barreira que separa a favela do resto da cidade. Na Argentina, com a população mestiça, na qual também se incluem os imigrantes de países da região.

O estudo que realizamos permitiu-nos confirmar a hipótese inicial sobre a diferença que se estabelece, no discurso de cada país, sobre o perigo das fronteiras e nos levou a estudar as diferentes construções de imigrantes no *corpus*. A hipótese inicial nos levou a uma necessidade de redeterminar semanticamente o objeto de discurso “fronteira”, pensando não só em barreiras nacionais-territoriais que se constroem, mas também expandindo seu conceito para entender como as fronteiras sociais e raciais nos nossos dois países podem ser estudadas a partir de uma série de perspectivas que as aproximam dos mesmos processos ideológicos mobilizados em torno da imigração e das fronteiras propriamente nacionais.

Desde a manifestação dos discursos dos presidentiáveis do Brasil, em 2014, e da Argentina, em 2015, o cenário político desses países mudou significativamente e as fronteiras sociais e raciais foram se desenhando cada vez de forma mais clara. Acreditamos que o capítulo VII encerra esta tese deixando abertos caminhos para estudos mais aprofundados sobre o tema considerando o fluxo de imigrantes de países da região nos últimos anos e a desigualdade social que tem se intensificado nos dois países.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. O presidencialismo de coalizão. *Revista de Ciências Sociais*, n. 31, 1988.

A FONDO: Maristela Svampa, socióloga. ¿En los 90, las clases populares siguen siendo peronistas? *Clarín*. 12 abr. 1998. Disponível em: https://www.clarin.com/opinion/90-clases-populares-siguen-peronistas_0_rJ-Rfyy83g.html. Acesso em: 19 abr. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. Países firmam acordo e diplomas de graduação valem em todo o MERCOSUL. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-12/paises-firmam-acordo-e-diplomas-de-graduacao-valem-em-todo-o-mercosul>. Acesso em: 1º fev. 2020.

ÁLVAREZ, Chacho. Introducción. Balance y desafíos después de los procesos políticos electorales en América Latina. In: CHERESKY, I. et al. *Elecciones presidenciales y giro político en América Latina*. Buenos Aires: Manatí, 2007.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AO FINAL DO PRIMEIRO MANDATO, Lula é aprovado por 52% dos brasileiros. *Datafolha*. Opinião pública. São Paulo, 18 dez. 2006. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2006/12/1222248-ao-final-do-primeiro-mandato-lula-e-aprovado-por-52-dos-brasileiros.shtml>. Acesso em: 19 fev. 2018.

ARGENTINA. *Decreto 70/2017 que modifica a Lei 25.871*. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/BDL/2017/10955>. Acesso em: 1º maio 2018.

_____. *Lei 26.165 - Ley general de reconocimiento y protección de 08 de noviembre de 2006*. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2006/4658.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

_____. *Ley nº 25871, de 17 de dezembro de 2003. Ley de Migraciones*. Disponível em: http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/campana_grafica/pdf/Libro_Ley_25.871.pdf. Acesso em: 1º nov. 2016.

_____. *Decreto 2.771, de 30 de dezembro de 1993*. Disponível em: <http://legislacion.16mb.com/normas/decreto-nacional-2771-93-30-12-1993-24627526.html>. Acesso em: 3 dez. 2016.

_____. *Ley nº 22.439, de 23 de março de 1981. Ley General de Migraciones y del Fomento de La Inmigración*. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16176/texact.htm>. Acesso em: 1º nov. 2016.

AVRITZER, Leonardo. Eleições, radicalização política e revolta social: uma análise do Brasil entre as eleições de 2014 e os painéis de 2015. In: _____. *Impasses da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BALSA, Javier. Sobre lógicas y discursividades. In: _____. (comp.) *Discurso, política y acumulación en el kirchnerismo*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación y Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

BARALDI, Camila. A experiência do Mercosul em matéria de migrações. *Pontes*, v. 10, 2014. Disponível em: <https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-experi%C3%Aancia-do-mercossul-em-mat%C3%A9ria-de-migra%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BARALDI, Camila; GAINZA, Patricia. (coord.) *Políticas migratorias e integración en América del Sur*. Realidad del acceso a derechos políticos, económicos, sociales y culturales de las personas migrantes. Lima: Editorial Punto Cero, 2013.

BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro*. A arte de ser mais igual do que os outros. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

BARROS, Mercedes. El discurso de los derechos humanos en Argentina de la post-transición: un análisis discursivo de Alfonsín a Kirchner. Actas del V Coloquio Internacional de Estudios del Discurso, ALED Regional Argentina y Facultad de Lenguas de la Universidad Nacional de Córdoba, 2009.

BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Estaban. Fronteras en la construcción del territorio argentino. *Cuadernos de Geografía; Revista Colombiana de Geografía*, v. 23, n. 2, jul.-dic. 2014.

BERNI suma apoyo para expulsar a inmigrantes que delinquen. *El Sol*. Disponível em: <https://www.elsol.com.ar/berni-suma-apoyo-para-expulsar-a-inmigrantes-que-delinquen.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.

BERTOIA, Luciana. La agenda de Memoria, Verdad y Justicia en tiempos de cambios. Tensiones, rupturas y continuidades en el discurso del gobierno macrista en torno al terrorismo de Estado. *Aletheia*, v. 7, n. 13, p. 1-18, 2016. Disponível em: <https://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/article/view/ATHv7n13a12>. Acesso em: 24 maio 2020.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. *Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. *Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm. Acesso em: 27 mar. 2018.

_____. *Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. *Lei nº 11.961, de 2 de julho de 2009*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111961.htm. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 abr. 1987.

_____. *Estatuto do estrangeiro*. 1980. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508142/000986045.pdf?sequence>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. *Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 62. 2008.

CAGGIANO, Sergio. *Lo que no entra en el crisol: inmigración boliviana, comunicación intercultural y procesos identitarios*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2015.

CHAUÍ, Marilena. Brasil. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHERESKY, Isidoro. Dilemas e desafios da democracia na América Latina. Deterioração ou renovação? *Revista USP*, São Paulo, n.109, p.53-66, 2016.

_____. Los desafíos democráticos en América Latina. In: CHERESKY, Isidoro et al. *Elecciones presidenciales y giro político en América Latina*. Buenos Aires: Manatíal, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EduFSCar, 2009.

DAGATTI, Mariano. Contribuciones para una cartografía discursiva del primer kirchnerismo. In: Balsa, J (comp) *Discurso, política y acumulación en el kirchnerismo*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación y Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

_____. “Pioneros de un nuevo mundo”. El discurso de investidura del presidente argentino Mauricio Macri. *Revista Conexão Letras*, v. 12, n.18, p. 154-174, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/79466/46463>>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

DANDAN, Alejandra. De vuelta a los dos demonios. 12 jun. 2016. p. 12. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-301566-2016-06-12.html>. Acesso em: 24 maio 2020.

DEVOTO, Fernando J. Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

DI TULLIO, Angela Lucía. *Políticas Lingüísticas e Inmigración: El caso Argentino*. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

DOMENECH, Eduardo. Las migraciones son como el agua: hacia la instauración de políticas de “control con rostro humano”. *Polis*, n. 35, 2013. Disponível em: <http://polis.revues.org/9280>. Acesso em: 29 abr. 2018.

DOMENECH, Eduardo; MAGLIANO, María José. Migración e Inmigrante en la Argentina reciente: Políticas y discursos de exclusión/inclusión. In: _____. *Pobreza, exclusión social y discriminación étnico-racial en América Latina y el Caribe*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2008. FANJUL, Adrián Pablo. *A pessoa no discurso. português e espanhol: novo olhar sobre a proximidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina*. Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATION (FAO). The State of Food Insecurity in the World. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>. Acesso em: 24 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014 [1971].

FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

GALHARDO, Ricardo. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será ‘marolinha’. *O Globo*, 4 out. 2008. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410#ixzz57XrwYf6L>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GENRO, Luciana. *Plano de governo – 2014*. Disponível em: <http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000043/idarquivo/61?x=1414180049000280000000043>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013.

GRIMSON, Alejandro; KARASIK, Gabriela (org.). *Estudios sobre diversidad sociocultural en la Argentina contemporánea*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: PISAC - Programa de Investigación sobre la Sociedad Argentina Contemporánea, 2017.

GRIMSON, Alejandro. Nuevas xenofobias, nuevas políticas étnicas en Argentina. In: GRIMSON, Alejandro; JELIN, Elizabeth (ed.). *Migraciones regionales hacia la Argentina*. Diferencia, desigualdad y derechos. Buenos Aires: Prometeo, 2006. p. 69-97.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

GUIMARÃES, Eduardo. *A batida da cachorra*. Escritos 9. Campinas: Labeurb-Unicamp, 2004. p. 9-16.

GUIMARÃES, EDUARDO. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília. *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes; RG Editores, 2007.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HENRY, Paul. Constructions relatives et articulations discursives. *Languages*, 9e année, n. 37, p. 81-98, 1975.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-atálogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em: 14 mar. 2020.

_____. Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece. 2019b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 26 jul. 2020.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública*, volume 2 / organizadores: Bolívar Pêgo ... [et al.]. Brasília: Ipea: MI, 2017.

KLEIN, Herbert. S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (eds.). *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora Unesp/Moderna, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1997.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário*. Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270690/1/Mariani_BethaniaSampaioCorrea_D.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

MÁRMORA, Lelio. Las leyes de migraciones como contexto normativo (de la Ley Videla a la Ley de migraciones 25.871). In: GIUSTINIANI, Ruben. (comp.). *Migración: un derecho humano*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

MERCOSUL. *Plano de ação para um Estatuto da Cidadania do Mercosul*. 2010. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2810/1/DEC_064-2010_PT_Estatuto_da_Cidadania.pdf. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. *Acordo sobre residência para nacionais dos estados partes do Mercosul, Bolívia e Chile*. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm. Acesso em: 5 abr. 2020.

_____. *Tratado de Assunção*. 1981. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao.pdf. Acesso em: 19 mar. 2018.

MICHAELSEN, Scott; JOHNSON, David: *Teoría de la frontera*. Barcelona: Gedisa, 2003.

MIGRANTES bolivianos recuerdan palabras de Macri. *El Deber*. Disponível em: <http://www.eldeber.com.bo/bolivia/recuerdan-palabras-macri-migrantes-bolivianos.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Nova lei de migração está em vigor para facilitar regularização de estrangeiros no Brasil*. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/nova-lei-de-migracao-esta-em-vigor-para-facilitar-regularizacao-de-estrangeiros-no-brasil>. Acesso em: 5 abr. 2020.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Bras. Polít. Int.* v. 45, n. 2, p. 135-146, 2002.

MORALES, Alejandro. Dynamic Identities in Heterotopia. *Bilingual Review / La Revista Bilingüe*, v. 20, n. 3, p. 14-27, 1995. Disponível em: www.jstor.org/stable/25745296. Acesso em: 5 mar. 2020.

MOREIRA, Gisele Souza. Os demonstrativos no português do Brasil e no espanhol: discutindo a construção de referências nas duas línguas e os diferentes graus de (in)definição em algumas expressões com demonstrativos. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NEVES, Aécio. Plano de governo. 2014. Disponível em <http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/2800000000085/idarquivo/229?x=14153046000002800000000085>. Acesso em: 15 abr. 2020.

NOVARO, Marcos. *Historia de la Argentina, 1955-2010*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. *¿Y a mí que me importa?* Estudios sobre sociabilidad y política en Argentina y Brasil. Estudios CEDES, Buenos Aires, 1984. Disponível em: http://www.cedes.org.ar/Publicaciones/Est_c/Est_c1984,8.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

OLIVEIRA, G. Aécio Neves promete oposição ‘incansável e intransigente’. *Senado notícias*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/05/aecio-neves-promete-oposicao-201cincansavel-e-intransigente201d>. Acesso em: 19 fev. 2018.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Introdução. In: PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2015 [1983].

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *Análise de Discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

_____. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAYER, Maria Onice. A condição humana de imigrantes à deriva: corpos, línguas e diluição do sujeito. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. (org.) *A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2016.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. Campinas: 2015 [1983].

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. et al. *Papel da memória*. Trad. e intr. J. H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PEIXOTO, A. B. Fronteira e integração regional. In: PEGO, Bolivar. et al. *Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública*. Brasília: Ipea: MI, 2017. v. 2.

PEÑA, Milciades. *Historia del pueblo argentino*. Buenos Aires: Emece, 2012.

PEREIRA, Pablo. Brasil vira Meca para mão de obra imigrante. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2011. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-vira-meca-para-mao-de-obra-imigrante,800496>. Acesso em: 10 out. 2018.

RAITER, Alejandro. ¿Existe una lógica discursiva kirchnerista? Constancias y alternancias. In: Balsa, Javier. (comp.) *Discurso, política y acumulación en el kirchnerismo*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación y Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

REPRESIÓN: Macri pone paños fríos y en su entorno le pegan a Guelar. *Clarín*. 5 jan. 2010. Disponível em: <https://www.pressreader.com/argentina/clarin/20100105/283102770171729>. Acesso em: 26 maio 2020.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015

RIBEIRO, Gustavo Lins. Tropicalismo e europeísmo: Modos de representar o Brasil e a Argentina. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; FRIGERIO, Alejandro (org.). *Brasileiros e Argentinos: encontros, imagens e estereótipos*. São Paulo: Vozes, 2002. p. 240-264.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

ROBIM, Renie. *Construções pronominais e verbos existenciais: comparação da escrita de alunos bolivianos e descendentes de primeira geração com a de alunos brasileiros sem nenhuma ascendência hispânica*. 2017. Dissertação (Mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-02022018-112004/pt-br.php>. Acesso em: 14 jul. 2020.

RODRIGUES, Fernanda Castelano. *Língua viva, letra morta*. Obrigatoriedade e ensino do espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro. São Paulo: Humanitas, 2012.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

ROUSSEFF, Dilma. Plano de governo. 2014. Disponível em: divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000083/idarquivo/194?x=1415620600000280000000083. Acesso em: 15 abr. 2020

SAFATLE, Claudia. BORGES, João. OLIVEIRA, Ribamar. *Anatomia de um desastre: os bastidores da crise econômica que mergulhou o país na pior recessão de sua história*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2016

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz.; STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia: pós-escrito da nova edição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. *E-Book* [versão Kindle]. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Brasil-P%C3%B3s-escrito-Lilia-Moritz-Schwarcz-ebook/dp/B079GB27S2>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Jailson de Souza et al. *O que é favela afinal?* Rio de Janeiro: observatório de Favelas, 2009.

SILVA, Marina. Plano de governo. 2014. Disponível em: divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000083/idarquivo/194?x=1415620600000280000000083. Acesso em: 15 abr. 2020.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SURIANO, Juan. Introducción: una Argentina diferente. In: SURIANO, Juan. *Nueva Historia Argentina*. Dictadura y democracia: 1976-2001. Buenos Aires: Sudamericana, 2005

TEXIDÓ, Ezequiel; GURRIERI, Jorge. *Panorama migratorio de América del Sur 2012*. Buenos Aires: Organización Internacional para las Migraciones, 2012.

UNITED NATIONS. Population Division. Department of Economic and Social Affairs. 2017. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/publications/world-population-prospects-the-2017-revision.html>. Acesso em: 19 abr. 2020.

VILA, Pablo. Versión estadounidense de la teoría de frontera: una crítica desde la etnografía. *Pap. poblac* [online], v.7, n. 30, p.11-30, 2001. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252001000400002. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

VOMMARO, Gabriel; MORRESI, Sergio.; BELLOTI, Alejandro. *Mundo PRO*. Anatomía de un partido fabricado para ganar. Buenos Aires: Planeta, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T. T. (org.) *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.7-72.

YOUTUBE. Felipe Bornier fala sobre Intervenção Federal no Rio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HRSag32N6-c>. Acesso em: 26 mar. 2018.

YOUTUBE. Ronaldo Caiado: “É inaceitável escancarar as fronteiras do Brasil”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7kkHQcHhiuM>. Acesso em: 26 mar. 2018.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. In: *Leitura – Discurso: história, sujeito e ideologia*, n. 30, p.175-205, jul.-dez. 2002.

_____. *Cidadãos modernos*. Discurso e representação política. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

Anexo A – Corpus das eleições de 2014 no Brasil

Caso 1 - Levy Fidelix - PRTB (a)

o Brasil colocou goela adentro do Brasil 8 mil médicos cubanos investindo 500 milhões de reais e agora quer trazer mais 8 mil, mas 500 milhões, ou seja, 1 bilhão pros cofres do nosso grande líder, entre aspas, hein? Aquele cubano, aquele senhor lá que gosta muito de mamar nas tetas do Brasil porque recebe dinheiro, Castro, el Castro, dos irmãos Castro, recebe dinheiro pra financiar portos [...] vamos deixar de brigar com o Conselho (de Medicina) que está correto porque está defendendo a brasilidade, defendendo o Brasil, os nossos interesses maiores. Ficar dando emprego pra estrangeiro, me desculpe, mas está errado.

FIDELIX, Levy (2014). Programa do canal do candidato no YouTube, 06 de março de 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=5NY05CUXXos>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Caso 2 - Aécio Neves – PSDB (a)

o que eu não permitirei, em primeiro lugar, é que haja discriminação em relação aos médicos cubanos, os médicos estrangeiros são bem-vindos ao Brasil. No nosso governo o Brasil vai criar cursos de qualificação desses médicos para que eles se submetam ao Revalida e vai garantir no entendimento com a força do governo brasileiro que eles recebam a mesma remuneração que eles recebem de médicos de outros países

ENTREVISTADOR: mas aí o governo cubano tem que concordar, se não concordar aí os médicos cubanos vão...

AÉCIO NEVES: eles vão pra onde? nós é que temos que concordar com o governo cubano? Não. O governo cubano tem que concordar conosco! Olha o tamanho do Brasil!

NEVES, Aécio. (2014). UOL. 16 de julho de 2014. Disponível em <<http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/aecio-mais-medicos-e-importante-mas-nao-pode-ser-tratado-como-panacea-04024C983472C4895326?types=A&>>. Acesso em 01 de agosto de 2016.

Caso 3 - Eduardo Jorge - PV

A imigração é uma pauta social que exige uma política muito forte para não cairmos em xenofobia. Cabe à ONU [Organização das Nações Unidas] e às nações buscarem um melhor equilíbrio e qualidade de vida em todos os países para evitar migrações dramáticas e forçadas.

Eduardo Jorge (2014). EBC. 30 de julho de 2014 Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-07/luciana-genro-diz-que-vai-criar-ministerio-da-ecologia-e-justica-ambiental>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Caso 4 - Aécio Neves - PSDB (b)

No meu governo não vai haver a omissão vergonhosa que existe hoje do governo federal em relação à segurança pública. Vamos sim, com responsabilidade, com inteligência, cuidar das nossas fronteiras em benefício da população trabalhadora do Acre e de outras regiões do país. Aqui são dois mil quilômetros de fronteiras que o Acre tem e que nós precisamos tratar de forma diferente do que vem sendo tratada aqui.

NEVES, Aécio (2014) Aécio Neves em campanha no Acre. 11 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UIHLM7cQNms>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Caso 5 - Aécio Neves - PSDB (c)

O governo federal se omite nas suas responsabilidades, sobretudo em relação às nossas fronteiras, aqui nós estamos falando de mil quilômetros de fronteiras com a Bolívia, se omite na transferência de recursos para os estados já que contingencia a maior parte dos fundos, se omite na discussão do processo penal e do código de processo penal coordenada no Congresso Nacional, no Senado, pelo senador Pedro Taques e que ainda permite uma grande sensação de impunidade no Brasil.

NEVES, Aécio (2014). Vídeo de campanha política no Mato Grosso do Sul. 19 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jAzA4cApSP0>>. Acesso em 03 de outubro de 2016.

Caso 6 - Aécio Neves – PSDB (d)

É preciso que nós tenhamos aquilo que não tivemos até aqui: uma política nacional de segurança, que passa pelo não contingenciamento dos recursos do fundo penitenciário, do fundo nacional de segurança, que permita uma profunda e rápida reforma no nosso código penal, nosso código de processo penal, para que essa sensação de impunidade que permeia todo o Brasil seja minimizada, mas mais do que isso é preciso uma articulação definitiva do poder central com os estados. Todos nós sabemos que tráfico de drogas, tráfico de armas não são responsabilidade dos estados, é responsabilidade da União, e as nossas fronteiras infelizmente não vem tendo a segurança e os investimentos prometidos há 4 anos atrás. Uma política nacional de segurança pública coordenada pelo governo federal é essencial para diminuirmos a insegurança no Brasil.

NEVES, Aécio (2014). Debate Band, 27 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fJRI21CIL18>> (7:38). Acesso em 10 de setembro de 2015.

Caso 7 - Dilma Rousseff - PT (a)

A União e os estados, eles não podem atuar mais de forma fragmentada como vem atuando até agora justamente porque o crime organizado age de forma coordenada em todo o território nacional. Na copa, por exemplo, nós adotamos uma política, que deu muito certo, de integração entre todos os órgãos. Criamos centros de comandos e controles, nesses centros de comando e de controle, a polícia federal, as forças armadas, a rodoviária federal, a polícia dos estados, tanto civis quanto militares, atuaram em conjunto e isso resultou numa grande vitória para nós no que se refere à segurança da Copa. Nós atuamos também coordenadamente na questão da política estratégica de fronteiras, é uma coordenação entre as forças federais e as forças armadas e as polícias

estaduais, por isso fomos capazes de ter um resultado muito efetivo no que se refere tanto a apreensão de drogas quanto de armas e isso levou à Operação Sentinela.

ROUSSEFF, Dilma. (2014). Debate Band, 27 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fJRI21CIL18>> (8:58). Acesso em 10 de setembro de 2015.

Caso 8 - Levy Fidelix - PRTB (b)

é necessário ajudar os estados, o governo federal investe muito pouco na defesa das nossas fronteiras quanto especialmente a tráfico de armas e drogas que vem da Bolívia, do Paraguai, da Venezuela, países inclusive muito amigos, muito hermanos do atual governo”.

FIDELIX, Levy (2014). Debate Band, 27 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fJRI21CIL18>> (10:54). Acesso em 10 de setembro de 2015.

Caso 9 - Dilma Rousseff - PT (b)

Nós pretendemos adotar um modelo que foi de muito sucesso que foi a integração das polícias estaduais, federais, e com o apoio das forças armadas em centros de comando e de controle para justamente reprimir o tráfico de drogas, o tráfico de armas nas nossas fronteiras; já fazemos isso com a operação, é... é... das fronteiras, com a Operação Sentinela e a Operação Ágata”.

ROUSSEFF, Dilma. (2014). Debate SBT, 01 de setembro de 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=sD8H0wealQM>> (8:24). Acesso em 10 de setembro de 2015.

Caso 10 - Aécio Neves – PSDB (e)

Eu quero estabelecer, vamos na raiz do problema, uma política de controle das nossas fronteiras com a valorização da Polícia Federal e das Forças Armadas. E a partir disso, uma nova relação com os países produtores de drogas com os quais nós temos fronteiras. [...] Nós avançamos muito também na segurança pública. Mas eu quero repetir a minha proposta para a Presidência da República, já que eu sou candidato a Presidente da República. Eu terei uma

relação diferente do atual governo com os países produtores de drogas, que fazem vista grossa para a produção de drogas em seu território. A Bolívia produz quatro vezes mais folha de coca do que consome internamente nos seus altiplanos e essa droga é que vem matar gente no Brasil. Portanto, nós vamos ter uma relação ativa, não vamos dar financiamentos a esses países, se eles não fizerem também o dever de casa.

NEVES, Aécio. (2014). Portal G1. 22 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/09/bom-dia-brasil-entrevista-aecio-neves.html>>. Acesso em 01 de agosto de 2016.

Caso 11 - Levy Fidelix PRTB (c)

Sabemos que as nossas forças armadas não apenas estão sucateadas em equipamentos como também faltam até coturnos, o salário está defasado em 28%, e o atual governo não consegue repor esses índices que a família militar tanto precisa e quer. E se formos observar a dificuldade que as forças armadas possuem hoje em defender nossas fronteiras é muito preocupante, porque temos aí o narcotráfico, temos aí os países bolivarianos nas fronteiras que a qualquer momento podem sim atacarem as nossas fronteiras, invadirem. Como já estão fazendo com o narcotráfico, poderão também fazer guerrilhas, isso é muito preocupante, Everaldo. Então a minha proposta exatamente é essa: temos que aumentar o índice de apenas 3% que temos hoje de investimentos nas forças armadas para pelo menos 5%. Nós temos hoje 350 mil homens e armas, podemos muito bem também ampliar a nossa capacidade deste efetivo. É fundamental que a nossa nação esteja realmente bem guardada e, a partir das nossas fronteiras, o reequipamento das forças armadas e os seus salários repostos imediatamente”.

FIDELIX, Levy (2014). Debate Presidencial na TV Record. 28 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/eleicoes-2014/assista-a-integra-do-debate-da-record-entre-os-candidatos-a-presidencia-29092014>> (17:30). Acesso em 10 de setembro de 2015.

Caso 12 - Levy Fidelix - PRTB (d)

Everaldo, aqui não é jogo de comadres, mas eu concordo plenamente com você. Nós somos de centro-direita, queremos a nossa pátria. Pátria livre. Para tal, gente, é muito importante isso, Forças Armadas são instituições perenes, temos que dar a elas as mínimas condições de funcionamento e o atual governo está deixando isso ao léu. Sabe pra que? Para que em alguns anos mais, sejamos fracos e possamos até ser invadidos por esses bolivarianos. É importante que saibamos disso de uma vez por todas”.

FIDELIX, Levy (2014). Debate Presidencial na TV Record. 28 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/eleicoes-2014/assista-a-integra-do-debate-da-record-entre-os-candidatos-a-presidencia-29092014>> (19:38). Acesso em 10 de setembro de 2015.

Caso 13 - Luciana Genro – PSOL

O papel do Exército é garantir a nossa soberania e cuidar das nossas fronteiras. Ele foi treinado para a guerra e não para tratar com a população. Defendo que polícia tenha papel de proteção, não de violência como vemos nas manifestações e cotidianamente na periferia das grandes cidades”

GENRO, Luciana (2014). Blog do PSOL. <http://www.psol50.org.br/blog/2014/08/28/luciana-genro-apresenta-propostas-do-psol-no-painel-rbs/>

Caso 14 - Pastor Everaldo - PSC

Nosso compromisso com as forças armadas é reequipá-la com equipamentos de última geração, reestabelecer a dignidade do militar com salário digno porque hoje muitos estão indo pra casa porque não tem o que almoçar. Nós vamos ter este compromisso de dar um salário digno, dar condições de desenvolver o seu trabalho, proteger os nossos quase 17 mil quilômetros de fronteiras secas e, eu como presidente da república, colocarei um oficial de alta patente como ministro da defesa.”

Pastor Everaldo (2014). Debate Presidencial na TV Record. 28 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/eleicoes-2014/assista-a-integra-do-debate-da-record-entre-os-candidatos-a-presidencia-29092014>> (19:03). Acesso em 10 de setembro de 2015.

Anexo B – Corpus das eleições de 2015 na Argentina

Caso 15 – Elisa Carrió – Cambiemos

Las fronteras argentinas se han vuelto un colador, narcotraficantes y droga ingresan al país y van desde el norte argentino a Puerto Madero y Nordelta. Es preciso revisar la política migratoria, la falta de controles y los pedidos de asilo de narcos y familiares, es imprescindible investigar las vinculaciones políticas, entre ella la del ex ministro del Interior, ex ministro de Justicia y ex jefe de Gabinete Aníbal Fernández.

CARRIÓN, Elisa (2014). La Nación. 01 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1677203-elisa-carrio-vuelve-a-plantear-vinculos-de-anibal-fernandez-con-el-narcotrafico-ahora-en-un-proyecto-de-ley>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Caso 16 – Jorge Altamira – Frente de Izquierda y de Los Trabajadores

Dicen, che, deportemos al extranjero que delinque, es el último que les tiene que preocupar, pero que la palabra es extranjero, es decir, empecemos a desviar la atención de todo el mundo hacia la cuestión de los extranjeros, acá no importa que delinquen o no delinquen, es la palabra extranjero para distraer la atención de la cuestión social y para distraer también la cuestión del tema de la inseguridad

ALTAMIRA, Jorge (2015). Site do candidato. <http://www.altamiraresponde.com.ar>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Caso 17 – Sergio Massa Unidos por una Nueva Alternativa (a)

Estamos planteando tres mil drones para cuidar la frontera, estamos planteando perpetua para los narcotraficantes, estamos planteando pena similar a la del homicidio para el que vende drogas de 8 a 25 años, estamos planteando extensión de dominio, que es que el Estado se pueda apropiar de los bienes de los corruptos y de los narcotraficantes

MASSA, Sergio (2015). 19 de março de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EK32LumqKPA>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

Caso 18 – Ernesto Sanz – Cambiemos

Para los narcos esta ha sido una década ganada, tenemos fronteras vulnerables, justicia colapsada, fuerzas de seguridad desordenadas y un Gobierno indiferente. Todo eso es un cóctel explosivo, ideal para el avance del narcotráfico. Con el narcotráfico no hay grises, o se lo combate o se lo promueve.

SANZ, Ernesto (2015). Salta 21. 14 de abril de 2015. Disponible em: <<http://www.salta21.com/Ernesto-Sanz-Para-los-narcos-esta.html>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Caso 19 – Mauricio Macri - Cambiemos (a)

Hay un tema muy traumático, que es que ante la falta de trabajo y en muchos casos, combinando con la inmigración ilegal, hay gente que abusa y le da trabajo en condiciones inhumanas sin respetar las leyes locales y en forma clandestina [...] Es una situación del tipo que uno dice la gente no puede trabajar en estas condiciones y la gente te contesta ¿usted qué se mete?, si yo quiero trabajar así déjeme. El mejor combate de esos abusos es lograr tener un país en crecimiento donde haya tanta demanda laboral que estos explotadores no encuentren gente que se quiera someter a este abuso que hacen los explotadores

MACRI, Mauricio (2015). Política Argentina. 02 de maio de 2015. Disponible em: <http://www.politicargentina.com/notas/201505/5510-polemica-macri-sobre-los-esclavos-de-los-talleres-textiles-se-enojan-cuando-uno-va-y-los-clausura.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Caso 20 – Adolfo Rodríguez Saa – Compromiso Federal(a)

El narcotráfico se nos mete por las fronteras de una forma apabullante que nos hace hasta temer por la soberanía

RODRÍGUEZ SAA, ADOLFO (2015). Jujuy al momento.com. 10 de maio de 2015. Disponible em: <<http://jujuyalmomento.com/post/35983/adolfo-rodriguez-saa-siempre-nos-pusimos-frente-a-las-crisis.html>> Acesso em 15 de julho de 2016.

Caso 21 – Margarita Stolbizer – Progresistas (a)

No es casual que tenemos procesado por el contrabando de efedrina, la sustancia que se utiliza para la elaboración de drogas sintéticas y por el traspaso de la efedrina a las organizaciones de narcotraficantes, nada menos que el que fuera titular de la Sedronar, el área que debía luchar contra el narcotráfico. Argentina no tiene controles en fronteras, un avión o un barco que sale no es detectado. Algo pasa en el país, donde la droga pasa como sin nada por todas nuestras rutas, tenemos infiltrados los cuerpos policiales en todas las provincias y en la Policía Federal. También en este punto hay que terminar con la corrupción. Si hay corrupción en los niveles más altos, si se acepta que la droga financie la política, es imposible trabajar hacia abajo

STOLBIZER, Margarita (2015). Info Noroeste. 01 de agosto de 2015. Disponible en: <http://infonoroeste.com.ar/nota/12246/para_stolbizer_la_clave_contra_la_inseguridad_esta_en_combatir_la_violencia_y_el_narcotrafico/>. Acceso en 10 de febrero de 2017.

Caso 22 – Sergio Massa – Unidos por una Nueva Alternativa (b)

Estuvimos recorriendo un paso fronterizo viendo un poco la dificultad que significa muchas veces cuidar la frontera. Hemos pedido la posibilidad de que el ejército colabore con la Gendarmería en el cuidado de nuestra frontera para que los delitos que todos sabemos que muchas veces pasan de un país al otro, delitos vinculados al narcotráfico delitos vinculados a Trata de Personas, delitos vinculados al contrabando encuentren un límite en el cuidado de nuestra frontera.

MASSA, Sergio (2015). YouTube. 17 de setiembre de 2015. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=fpYgkh27Wlw>. Acceso en 10 de febrero de 2017

Caso 23 – Mauricio Macri – Cambiemos (b)

Creo que lo primero que tenemos que hacer es hacer lo contrario del gobierno kirchnerista que ha venido negando la existencia de este problema, en las propias narices de los salteños que ven como esto ha ido violentando sus comunidades, como ha ido cambiando la forma de vida, corrompiendo las instituciones porque el narcotráfico

es un negocio detrás de la venta de drogas que va por comprar políticos, jueces, funcionarios, fuerzas de seguridad. Entonces yo espero trabajar codo a codo con el gobernador y todos los intendentes y los jueces de la provincia, porque esto lo tenemos que parar, tenemos que volver a controlar nuestras fronteras en serio, mandar de vuelta los gendarmes en la frontera.

MACRI, Mauricio (2015). 17 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E4RkRVDckT8>. Acesso em 08 de fevereiro de 2017.

Caso 24 – Daniel Scioli – Frente para la victoria (a)

Los inmigrantes son los grandes protagonistas del desarrollo nacional y contribuyen a la mesa de los argentinos. [...] En este contexto internacional, nos tienen que unir más que nunca los valores y comienzos de las grandes transformaciones latinoamericanas.

SCIOLI, Daniel (2015). 17 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1828810-evo-morales-dijo-que-daniel-scioli-es-un-revolucionario>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Caso 25 – Nicolás del Caño - Frente de Izquierda y de los Trabajadores (a)

Hoy vemos con mucha rabia la situación de los refugiados que llegan a Europa, desesperados, huyendo de la guerra y la pobreza, y se encuentran con fronteras cerradas y represión. Es una situación terrible. Y esto nos refuerza nuestra idea de que hay que terminar con esta barbarie capitalista. Solo con un gobierno de los trabajadores vamos a poder terminar con la pobreza y las penurias de las grandes mayorías sociales, de los trabajadores. Y esta lucha es internacional”.

DEL CAÑO, Nicolás (2015). La Izquierda Diario. 03 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.laizquierdadiario.com/Nicolas-del-Cano-En-Argentina-esta-creciendo-una-izquierda-de-los-trabajadores>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Caso 26 – Nicolás del Caño - Frente de Izquierda y de los Trabajadores (b)

Junto a la juventud precarizada, las personas inmigrantes son las primeras condenadas a trabajar en condiciones de superexplotación laboral, cuando no en la ilegalidad extrema,

realizando los peores trabajos con salarios de miseria y sin derecho siquiera a la protección social”.

DEL CAÑO, Nicolás (2015). Página 12. 03 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-283021-2015-10-03.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Caso 27 – Adolfo Rodriguez Saa – Compromiso Federal (b)

Y vamos a empezar por discutir y asignar las competencias: la Gendarmería a la frontera, la Prefectura a cuidar los ríos y el mar territorial. Cada uno cumplió su tarea. Las policías provinciales a defender los territorios, cada uno de los territorios. Y establecidas las competencias vamos a dar las instrucciones, que las vamos a acordar con todos los gobernadores, para que la inseguridad deje de ser un flagelo que azote a la Argentina.

RODRÍGUEZ SAA, ADOLFO (2015). Argentina debate. 04 de outubro de 15. https://www.youtube.com/watch?v=a_om-7F5NM8. Acesso em 10 de outubro de 2015.

Caso 28 – Daniel Scioli – Frente para la victoria (b)

La lucha contra la inseguridad tiene ejes centrales: tolerancia cero al narcotráfico, blindaje total a las fronteras. Con la combinación que hoy están las fuerzas armadas controlando, con información a las fuerzas de seguridad, con tecnología como los radares, a partir de INVAP, que forma parte de esa agenda de la ciencia y la tecnología, al cual el ingeniero Macri ha hecho referencia que es un despilfarro. Yo garantizo a los científicos que conmigo como presidente quédense tranquilos que todos los proyectos que están en marcha siguen.

SCIOLI, Daniel (2015). Argentina debate. 04 de outubro de 15. https://www.youtube.com/watch?v=a_om-7F5NM8. Acesso em 10 de outubro de 2015.

Caso 29 – Margarita Stolbizer - Progresistas (b)

El problema no lo tenemos en las fronteras, como muchos plantean; lo tenemos delante de nuestras narices. Lo tenemos en Ezeiza, en Puerto Madero y en el río Paraná. ¿Y por qué pasa? ¿Por qué aviones y barcos salen de la Argentina llenos de droga y recién se dan cuenta cuando llegan a Europa? Porque son corruptos, porque son cómplices. Y los cómplices están no solamente en las autoridades policiales sino fundamentalmente en las administrativas de la Aduana, porque no hay otro gobierno en la historia que haya tenido tantos funcionarios involucrados con la droga, tantos funcionarios enriquecidos a costa de la pobreza y tantos funcionarios que financiaron sus campañas electorales con la plata que venía de la droga.

STOLBIZER, Margarita (2015). Argentina debate. 04 de outubro de 15. https://www.youtube.com/watch?v=a_om-7F5NM8. Acesso e, 10 de outubro de 2015.

Caso 30 – Mauricio Macri - Cambiemos (c)

Y tiene que recuperar el control sobre las fronteras. Hoy hemos abandonado al norte argentino. Vamos a empezar radarizando desde el norte en todo el país con radares en Tartagal, en La Quiaca y en San Pedro y un nuevo Regimiento de Gendarmes en Formosa, que son las áreas más vulnerables de la Argentina”.

MACRI, Mauricio (2015). Argentina debate. 04 de outubro de 15. https://www.youtube.com/watch?v=a_om-7F5NM8. Acesso e, 10 de outubro de 2015.

Caso 31 – Sergio Massa – Unidos por una Nueva Alternativa (c)

Pero además para enfrentar un ejército tan poderoso extranacional como es el narcotráfico, en la Argentina tenemos que usar todas las herramientas y el poder del Estado. A mí no me va a temblar el pulso en convocar a las fuerzas armadas a que apoyen a las fuerzas de seguridad interior en la frontera. Tampoco me va a temblar el pulso para pedirles asistencia logística y sanitaria en los barrios de Rosario o del Gran

Buenos Aires, donde hoy en lugar de mandar la policía manda el capo que vende la droga.

MASSA, Sergio (2015). Argentina debate. 04 de outubro de 2015. https://www.youtube.com/watch?v=a_om-7F5NM8. Acesso em 10 de outubro de 2015.

Caso 32 – Sergio Massa – Unidos por una nueva alternativa (d)

Soy hijo de dos inmigrantes que escaparon de la guerra y que apostaron a la educación, como apuesto yo, para que el país mejore.

MASSA, Sergio (2015). Argentina debate. 04 de outubro de 2015. https://www.youtube.com/watch?v=a_om-7F5NM8. Acesso e, 10 de outubro de 2015.

Anexo C – Principais problemas nas fronteiras

Fonte: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30614. Acesso em 19 de setembro de 2020.

Anexo D - Capa da Revista La Primera

Anexo E - Campanha do Ministério da Justiça

MEU AVÔ É
ANGOLANO, MEU
BISAVÔ É GANÊS.
BRASIL.
A IMIGRAÇÃO
ESTÁ NO NOSSO
SANGUE.
Matheus Gomes | 18 anos

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Curtir Comentar

Ministério da Justiça
Há cinco séculos, imigrantes de todas as partes do mundo ajudam a construir nosso país.

Álbum: Fotos da Linha do Tempo

Compartilhado com:

Foto : Reprodução/Facebook

Foto : Reprodução/Facebook

Anexo F - Estatísticas presidiárias na Argentina: Gráfico sobre a nacionalidade dos presos na Argentina em 2014.

SISTEMA NACIONAL DE ESTADÍSTICAS SOBRE EJECUCIÓN DE LA PENA. Informe Anual. Dirección Nacional de Política Criminal en materia de Justicia y Legislación Penal. Subsecretaría de Política Criminal. Secretaría de Justicia. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. República Argentina: SNEEP, 2014. Disponível em: <http://www.jus.gob.ar/media/3074134/informe_sneep_argentina_2014.pdf>. Acesso em 1 jul. 2017.